

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas
2009/2011

Discursos Epidícticos em Relações Públicas:
uma análise com base na Nova Retórica

Daniela Ferreira

Escola Superior de Comunicação Social – I.P.L.

Setembro de 2011

Orientadora

Prof^a Doutora Mafalda Eiró-Gomes

Escola Superior de Comunicação Social – I.P.L.

Co-Orientador

Professor João Tiago Proença

Escola Superior de Comunicação Social – I.P.L.

**Discursos Epidícticos em Relações Públicas:
uma análise com base na Nova Retórica**

Dissertação de Mestrado

Daniela Torrão Ferreira

Escola Superior de Comunicação Social – I.P.L.

Declaração

Declaro ser a autora deste trabalho, parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Estratégica das Relações Públicas, que constitui um trabalho original e inédito que nunca foi submetido (no seu todo ou em qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou qualquer outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação do trabalho agora apresentado.

Lisboa, 22 de Setembro de 2011

Agradecimentos

Realizar este trabalho final de Mestrado não teria sido possível sem o apoio e a força de algumas pessoas, entre amigos, familiares, professores e colegas.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer às minhas cinco grandes amigas que me acompanharam durante a Licenciatura e o Mestrado: Catarina Crespo, Filipa Morgado, Kelly Pereira, Raquel Gorjão e, por último, mas não menos importante, Tatiana Nunes. Obrigada pela amizade, pela força, pelo espírito de união e, acima de tudo, obrigada por estarem sempre ao meu lado.

Dedico também este trabalho ao César Neto e agradeço a profunda dedicação, apoio e força ao longo deste último ano.

Agradeço ainda...

Ao meu co-orientador, Professor João Tiago Proença, pela enorme disponibilidade, dedicação e valorosos contributos para este trabalho.

À Prof^a Doutora Mafalda Eiró-Gomes, minha orientadora, professora e Coordenadora de Mestrado, por todo o apoio e acompanhamento ao longo destes últimos cinco anos.

À minha família em geral por todo o apoio, paciência e dedicação neste último ano, e um agradecimento especial à minha mãe, Margarida Torrão, e à minha avó, Elisa Santos.

À Catarina Moreira que, mesmo à distância, sempre me apoiou e deu força para seguir em frente.

E a todos os meus amigos que, na impossibilidade de mencionar todos, gostaria de deixar um especial agradecimento ao Nuno da Silva Jorge, à Andreia Fernandes e à Patrícia Moutinho.

Resumo

No presente trabalho final de Mestrado, o conceito de discurso é assumido como fundamental para as Relações Públicas, na medida em que permite o estabelecimento e gestão das relações entre a organização e os públicos.

Neste contexto surge um desafio aos profissionais de Relações Públicas: torna-se vital que consigam captar a atenção daqueles a quem se dirigem. Para isso é necessário que se adeque o discurso aos objectivos que se quer efectivamente cumprir.

E foi neste campo que se identificou uma lacuna ao nível de uma das funções da prática profissional das Relações Públicas, uma vez que, apesar de serem vários os estudos que se debruçam sobre os discursos, são poucos os que analisam de forma aprofundada o discurso de celebração. Existe, portanto, a necessidade de definir conceptualmente este tipo de discurso, bem como de apresentar de uma forma clara o seu verdadeiro contributo para a disciplina.

Desta forma, o principal objectivo deste trabalho é contribuir para o aumento da compreensão e conhecimento desta questão, e para a melhoria da prática profissional nesta área, através da clarificação dos objectivos e efeitos do discurso de celebração e, consequentemente, da percepção deste tipo de discurso enquanto elemento fundamental para a prática das Relações Públicas.

Para cumprir este objectivo, analisar-se-á o discurso de celebração, sob a rubrica do género epidíctico, de acordo com a proposta teórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, na sua obra *Tratado de Argumentação* (2006).

Palavras-chave

Relações Públicas; Retórica; Argumentação; Discurso de Celebração; Género Epidíctico; Valores; Carisma; Discursos Presidenciais; Dia 10 de Junho.

Abstract

In this Master's final work, the concept of speech is understood as fundamental for Public Relations in the sense that it allows the establishment and management of the relationship between the organization and publics.

In this context, there is a challenge for Public Relations professionals: it is vital that they're able to capture the attention of their target audience. Therefore, it is mandatory to align the speech to the objectives proposed to be fulfilled.

This is where we found a gap in the field of practice of Public Relations. Even though there are multiple studies about speech, only a few discuss the commemorative speech on a deeper level. It is, therefore, necessary to conceptually define this type of speech and present its true value for the discipline of Public Relations.

The main purpose of this Master's final work is to contribute to the understanding and knowledge of this issue, and to the improvement of professional practice in this area by clarifying of the purpose and effects of commemorative speech and consequently, for the perception of this type of speech as a fundamental element in the practice of Public Relations.

In order to accomplish this purpose, we analyzed commemorative speech as an epideictic rhetoric, according to the theoretical proposal of Chaïm Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca, in the *Treaty of Argumentation* (2006).

Keywords

Public Relations; Rhetoric; Argumentation; Commemoration Speech; Epideictic Rhetoric; Values; Charisma; Presidential Speeches; June 10th.

Índice

Agradecimentos	vi
Resumo	vii
Abstract.....	viii
Índice de Tabelas.....	xi
Introdução.....	1
Capítulo I: Análise de “Discurso” em Relações Públicas	8
1. O Discurso como função das Relações Públicas.....	9
2. Tipos de Discursos em Relações Públicas	10
2.1. Discursos Informativos	10
2.2. Discursos Persuasivos.....	13
2.3. Discursos de Celebração.....	18
Capítulo II: A Retórica.....	21
1. Retórica Perelmaniana	21
1.1. Géneros Discursivos	23
1.2. Género Epidíctico	26
1.2.1. Recuperação do Género Epidíctico.....	28
2. Tipos de Objecto de Acordo	31
2.1. O Real e o Preferível.....	32
2.1.1. Factos Argumentativos	33
2.1.2. Valores	34
3. Auditórios	37
3.1. Auditório Particular	39
4. Exaltação do Valor no Género Epidíctico.....	40
4.1. Ocasão do Género Epidíctico	41
4.2. Orador do Género Epidíctico.....	44
Capítulo III: Comunicação Pública.....	48
1. Comunicação das Instituições Públicas	50
1.1. O Presidente da República	51
2. Dia 10 de Junho	55

Capítulo IV: O Género Epídíctico nos Discursos do dia 10 de Junho.....	60
1. Metodologia.....	60
1.1 Esquemas Argumentativos.....	61
1.1. Limitações na análise.....	68
2. Análise dos Discursos de 10 de Junho.....	68
2.1. Conclusão da análise dos discursos.....	71
Notas Finais.....	74
Referências Bibliográficas.....	78
Sitegrafia.....	82
Apêndices.....	83
Apêndice 1: Análise do Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1977, proferido pelo Presidente da República General Ramalho Eanes.....	83
Apêndice 2: Análise do Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1986, proferido pelo Presidente da República Dr. Mário Soares.....	92
Apêndice 3: Análise do Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1996, proferido pelo Presidente da República Dr. Jorge Sampaio.....	99
Apêndice 4: Análise do Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 2006, proferido pelo Presidente da República Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva.....	108
Anexos.....	116
Anexo 1: Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1977, proferido pelo Presidente da República General Ramalho Eanes.....	116
Anexo 2: Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1986, proferido pelo Presidente da República Dr. Mário Soares.....	129
Anexo 3: Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1996, proferido pelo Presidente da República Dr. Jorge Sampaio.....	132
Anexo 4: Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 2006, proferido pelo Presidente da República Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva.....	140

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Grelha de Análise das Figuras Argumentativas	70
Tabela 2 - Selecção dos Dados - 10 de Junho de 1977	85
Tabela 3 - Apresentação dos Dados - 10 de Junho de 1977	88
Tabela 4 - Formulação do Pensamento - 10 de Junho de 1977	90
Tabela 5 - Figuras Argumentativas - 10 de Junho de 1977	91
Tabela 6 - Selecção dos Dados - 10 de Junho de 1986	93
Tabela 7 - Apresentação dos dados - 10 de Junho de 1986.....	95
Tabela 8 - Formulação do pensamento - 10 de Junho de 1986	97
Tabela 9 - Figuras Argumentativas - 10 de Junho de 1986.....	98
Tabela 10 - Selecção dos Dados - 10 de Junho de 1996	101
Tabela 11 - Apresentação dos Dados - 10 de Junho de 1996.....	102
Tabela 12 - Formulação do Pensamento - 10 de Junho de 1996.....	105
Tabela 13 - Figuras Argumentativas - 10 de Junho de 1996.....	107
Tabela 14 - Selecção dos Dados - 10 de Junho de 2006	110
Tabela 15 - Apresentação dos Dados - 10 de Junho de 2006.....	111
Tabela 16 - Formulação do Pensamento - 10 de Junho de 2006.....	114
Tabela 17 - Figuras Argumentativas - 10 de Junho de 2006.....	115

Introdução

O conceito de Retórica esteve, desde sempre, associado ao conceito de comunidade política. E a existência de uma comunidade exige, por sua vez, a partilha de opiniões e a aceitação de divergências. Por isso, a Retórica surge aqui como um instrumento que permite alcançar o acordo entre as diversas partes envolvidas no conflito e na partilha de opiniões.

No quadro das Relações Públicas, a Retórica pode ser definida como “persuasive strategies and argumentative discourse” (L’Etang, 1996, p.106), uma vez que representa a capacidade dos indivíduos de criar opiniões que influenciam as atitudes e comportamentos dos outros (Cf. Tench e Yeomans, 2009).

Por isso, a posição que se defende neste trabalho é a de que os profissionais de Relações Públicas, na área de Comunicação Política, poderão, através da Retórica, adquirir melhores competências, assumindo desta forma um papel mais interventivo no desenvolvimento de Campanhas de Comunicação Pública que visam, em grande medida, provocar a mudança ao nível dos conhecimentos, e influenciar as crenças e comportamentos dos públicos a que se dirigem (Cf. Dozier, L. A. Grunig e J. E. Grunig, 2001).

Assim, no contexto deste trabalho, é pertinente abordar de forma mais aprofundada a Retórica no âmbito das Relações Públicas e perceber de que modo poderá contribuir para a melhoria da prática profissional nesta área.

Ao longo da história da Retórica são vários os autores que se dedicaram ao estudo do discurso enquanto elemento poderoso para influenciar o auditório. Uma vez que não existe uma definição consensual, procurou-se enunciar três definições de épocas distintas.

Assim, Aristóteles definiu Retórica como uma técnica de persuasão, encarando-a como “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (Aristóteles, 1998, p. 48).

Seguindo esta linha, Quintiliano defende o conceito de Retórica como “[...] a arte de falar do que levanta problemas nos assuntos civis, de forma a persuadir” (Quintiliano, 1865 em Michel Meyer, 1994, p.31).

Michel Meyer, por sua vez, define Retórica como “[...] a arte de bem falar, de demonstrar eloquência diante de um público para o conquistar para a nossa causa” (Michel Meyer, 1994, p.31).

Analisando as várias definições, é então possível afirmar que, para estes autores, o objectivo da Retórica centrava-se na capacidade de falar em público de uma forma persuasiva¹ (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006). Dizia respeito, por isso, ao uso público da linguagem, destinado a um conjunto de pessoas, e cuja finalidade se centrava no alcance da adesão dos sujeitos.

No entanto, para que este processo ocorra é vital que exista um meio e um domínio comum de uma língua, de modo a permitir que a comunicação se estabeleça entre os vários participantes.

E aqui, o conceito de comunicação, verbal ou não-verbal, é compreendido como “[...] the creation of shared meanings through symbolic processes” (Makay, 1995, p.12). O objectivo é que, através de palavras ou de comportamentos, se consiga estabelecer uma relação de compreensão entre quem sustenta e apresenta uma hipótese, uma tese ou uma teoria e quem as recebe (Cf. Makay, 1995; Carrilho, 1990).

Assim, se a comunicação é entendida como a criação de um significado partilhado entre os vários intervenientes do processo, então Retórica define-se como “an invitation to respond” (Dan Hahn, 1999 em Makay, 1995, p.13). Afinal, o orador convida o seu auditório a responder de acordo com a tese exposta.

Por isso poderá entender-se Retórica como um processo de comunicação em que a mensagem é transmitida com o objectivo de obter a resposta desejada (Cf. Makay, 1995).

¹ O conceito de persuasão é aqui entendido como “A symbolic process in which communicators try to convince other people to change their attitudes or behavior regarding an issue through the transmission of a message, in an atmosphere of free choice” (Perloff, 2006 em Tench e Yeomans, 2009, p.256). Mas esclarecer-se-á este conceito, de acordo com a proposta teórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006), no Capítulo II deste trabalho (p.38).

Partilhando a noção de John Makay, entende-se aqui que a Comunicação Retórica, enquanto discurso público é interpretada como um instrumento que permite aos oradores transmitir os seus pensamentos e sentimentos, com o objectivo de criar conhecimento e influenciar os valores, crenças, atitudes e acções do auditório, de forma a alcançar um espaço de partilha e entendimento mútuos (Cf. Makay, 1995).

O discurso público tem por finalidade alcançar uma comunidade entre o orador e o auditório, por isso é importante que as suas mensagens sejam adaptadas ao objectivo que o discurso visa promover. Neste sentido, é possível identificar-se três tipos de discursos em Relações Públicas: informativos, persuasivos e de celebração.

Os discursos informativos procuram a partilha de informação, ou seja, visam transmitir novos conhecimentos aos auditores e informações detalhadas sobre o assunto em discussão, mesmo que o público² já possua algum conhecimento geral sobre o tema. E, ao nível destes discursos, podem identificar-se três subtipos de discursos: de descrição, que permitem relatar um acontecimento, descrever uma pessoa, objecto, lugar, situação ou explicar um conceito; de demonstração, que visam descrever as mudanças graduais de um processo que levam ao alcance de um resultado particular; e de explicação que procuram transmitir ideias, teorias, princípios e crenças e, cuja finalidade é, por isso, a clarificação de temas complexos (Cf. Makay, 1995).

Os discursos persuasivos visam influenciar as atitudes, crenças ou comportamentos do público a que se dirigem, face a um determinado ponto de vista (Cf. Makay, 1995).

E os discursos de celebração têm como principal objectivo a comemoração de ocasiões especiais, realizando-se, por isso, em situações de agradecimentos públicos, elogios fúnebres, testemunhos, cerimónias ou comemorações (Cf. Makay, 1995; O'Connor, 1997).

Mas, ao analisar-se os três tipos de discurso, identificou-se uma lacuna ao nível de uma das funções da prática profissional das Relações Públicas. Percebeu-se que os teóricos e os profissionais de Relações Públicas dão maior importância aos discursos persuasivos e informativos, deixando assim para segundo plano os discursos de celebração.

² Entende-se o conceito de público como um sistema estruturado de pessoas que é afectado por determinado problema ou assunto, podendo discuti-lo e organizar-se para fazer algo relativamente a essa questão (Cf. Blumer e Dewey, 1940 em Grunig e Hunt, 1984).

Da mesma forma, e analisando a definição conceptual de discurso de celebração, é possível afirmar que foram excluídos aspectos fundamentais deste tipo de discurso. Por isso, torna-se evidente que os estudos de Relações Públicas têm necessidade de uma análise mais aprofundada ao nível das formulações, uma vez que os autores têm dedicado maior interesse e importância às ocasiões em que os discursos de celebração são proferidos, e não tanto aos objectivos que eles visam efectivamente cumprir.

Por isso, enquanto nas Relações Públicas existe uma definição clara dos discursos persuasivos e informativos, bem como dos seus objectivos e efeitos, é possível identificar-se, nos discursos de celebração, uma falha pois, além do baixo nível conceptual, uma vez que analisa de forma muito superficial este tipo de discurso, não apresenta claramente o verdadeiro contributo que estes discursos podem ter para a prática das Relações Públicas.

Como tal, é fundamental que se caracterize de uma forma aprofundada os discursos de celebração e se analise os seus objectivos, de modo a recuperar este tipo de discurso no quadro das Relações Públicas. E, para concretizar esta análise, abordar-se-á os discursos de celebração à luz da obra *Tratado de Argumentação* (2006), que, partindo da definição aristotélica, aborda este tipo de discurso sob a rubrica do género epidíctico.

Desta forma, ao abordar esta temática de um ponto de vista inovador³, espera-se assim contribuir para o aumento da compreensão e conhecimento desta questão, e para a melhoria da prática profissional nesta área, através da clarificação dos objectivos e efeitos do discurso de celebração e, conseqüentemente, da percepção deste tipo de discurso enquanto elemento fundamental para a prática das Relações Públicas.

Apesar de os discursos de celebração ocorrerem em diversas situações sectoriais, neste trabalho dar-se-á maior importância aos discursos proferidos em contexto político, do que, por exemplo, em ambiente empresarial. E esta escolha apoia-se no facto do discurso de celebração proferido em contexto político ter a capacidade de, através da referência a valores que visam a existência colectiva, chegar a todo o auditório, contribuindo assim para o fomento de um espaço de partilha pré-existente e para o reforço da identidade do grupo.

³ Consultar a Tese de Mestrado *Práticas Discursivas sobre Questões Ambientais: uma análise comparativa do discurso de duas organizações* (Nobre, 2001), que realiza a “[...] a análise do discurso de duas organizações [...] nacionais que, embora desempenhem actividades diferentes, com objectivos também eles distintos, têm em comum as questões ambientais” (Nobre, 2001, p.1).

E, no que diz respeito à existência colectiva, neste contexto, o Presidente da República assume a figura de representante do todo, enquanto símbolo da nação, reunindo assim as condições para obter e dirigir a palavra aos portugueses e, simultaneamente, apelar aos valores comuns de Portugal, o que contribuirá para o reforço da identidade do grupo.

Por isso, e tratando-se de um trabalho empírico, foram seleccionados os primeiros discursos dos primeiros Presidentes da República democraticamente eleitos, entre 1974 e 2006. Desta forma tornar-se-á possível responder à questão de partida deste trabalho que consiste em identificar as figuras argumentativas predominantes nos quatro discursos e perceber de que forma a sua utilização permite fornecer orientações gerais para deliberações futuras.

Ao nível metodológico, e para alcançar o objectivo referido, esta dissertação apoiar-se-á na pesquisa documental e na revisão das contribuições teóricas, de forma a melhor enquadrar e justificar a pertinência deste trabalho. Posteriormente, proceder-se-á a uma leitura flutuante dos quatro discursos e ao estabelecimento de hipóteses, seguido da análise dos discursos, de acordo com os esquemas argumentativos propostos por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca na sua obra *Tratado de Argumentação* (2006).

Assim, e tendo como base esta metodologia, estruturar-se-á o presente trabalho em quatro capítulos. Numa primeira instância, procurar-se-á analisar o conceito de discurso em Relações Públicas. Para isso abordar-se-á o conceito de discurso, enquanto texto, ou seja, enquanto transmissão escrita, da mesma forma que se evidenciará o discurso enquanto função das Relações Públicas. De seguida realizar-se-á uma análise das contribuições teóricas, de forma a caracterizar e distinguir os três tipos de discurso em Relações Públicas, demonstrando de seguida o facto do discurso de celebração ser, muitas vezes, desprestigiado e incompreendido por parte dos teóricos.

Num segundo capítulo, e porque interessa recuperar o discurso de celebração no quadro das Relações Públicas, abordar-se-á este tipo de discurso sobre a rubrica do género epidíctico e de acordo com a proposta teórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2006). Para concretizar esta análise, aprofundar-se-á o conceito de argumentação, analisando todos os factores que determinam a sua concretização, abordar-se-á os conceitos de auditório, tipos de objecto de acordo e identificar-se-á os géneros discursivos à luz da obra *Tratado de Argumentação* (2006).

Ao analisar-se os géneros discursos, e de forma a concretizar o objectivo deste trabalho, dar-se-á destaque ao género epidíctico, relacionando-o com o discurso de celebração, e evidenciado, simultaneamente, o seu papel fundamental para o fomento de um estado de comunhão na sociedade.

Mas, para contribuir para este estado de comunhão, o orador que profere um discurso do género epidíctico deverá recordar e formular expressivamente os valores comuns do grupo em que se insere. No entanto, para que possa tomar a palavra em nome do grupo e apelar aos valores comuns desse grupo, é necessário que o orador tenha capacidades reconhecidas por parte do auditório. Por isso, neste capítulo, analisar-se-á a ocasião do género epidíctico, bem como o orador deste género oratório, enquanto representante do grupo.

Num terceiro capítulo, após esta análise, torna-se então possível estabelecer uma associação entre o orador do género epidíctico e o Presidente da República. Além disso, após a análise dos conceitos de Comunicação Política e Comunicação Pública, enquanto Campanhas de Comunicação realizadas por entidades públicas, enunciar-se-á as funções do Presidente da República para perceber de que forma é que esta figura contribui para a garantia da unidade do Estado.

E é aqui que se procurará evidenciar como é que o Presidente da República, enquanto figura prestigiosamente reconhecida por todos, assume o estatuto de representante do todo, obtendo e dirigindo a palavra aos portugueses, apelando aos valores comuns de Portugal e fornecendo, assim, orientações gerais para deliberações que possam surgir no futuro.

O quarto capítulo assume elevada importância, uma vez que, depois de se descrever a metodologia adoptada para este trabalho, analisar-se-ão os quatro discursos da Sessão Solene do dia 10 de Junho, tendo por base os esquemas argumentativos propostos por Perelman e Olbrechts-Tyteca na sua obra *Tratado de Argumentação* (2006).

Neste sentido, analisar-se-á o discurso de 1977, proferido pelo Presidente General Ramalho Eanes; o de 1986, do Presidente Dr. Mário Soares; o de 1996, proferido pelo Presidente Dr. Jorge Sampaio; e o de 2006, do Presidente Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva. E, de forma a identificar as figuras argumentativas que predominam nos quatro discursos, criar-se-á uma grelha de análise onde se evidenciará as figuras da escolha, da

presença e da comunhão presentes em cada um dos discursos, permitindo assim perceber quais as figuras argumentativas utilizadas com maior frequência.

Simultaneamente, procurar-se-á evidenciar que, de facto, as figuras argumentativas presentes nos discursos de celebração analisados permitem fornecer orientações gerais para uma deliberação que possa surgir no futuro. Isto é, ao apelar aos valores comuns do grupo, o Presidente da República estará a fomentar uma pré-disposição junto do auditório que, no futuro, se revelará suficientemente forte para justificar uma deliberação.

E, neste sentido, estar-se-á então em condições de definir e compreender correctamente os objectivos do discurso de celebração, conseguindo, assim, recuperar efectivamente este tipo de discurso no quadro das Relações Públicas.

Capítulo I: Análise de “Discurso” em Relações Públicas

Apesar de não existir uma definição consensual de Relações Públicas (Cf. Grunig e Repper, 1992; White e Mazur, 1995; Wilcox, Cameron e Xifra, 2006), é possível identificar um denominador comum à maioria das definições existentes: a função de estabelecer e gerir relações entre a organização e os *stakeholders* (Cf. Neto, 2010, p.6).

E, neste sentido, Cutlip, Center e Broom (1985) referem que as Relações Públicas são

“[...] the management function that establishes and maintains mutually beneficial relationships between an organization and the publics on whom its success or failure depends” (Cutlip, Center e Broom, 1985, p.4).

Assim, se as Relações Públicas se centram na gestão e criação de relações benéficas entre as organizações e os públicos, então é fundamental que os profissionais desenvolvam um esforço acrescido para estabelecer relações de confiança entre os intervenientes. E, neste campo, o discurso assume um papel preponderante, na medida em que é percebido como o elemento que permite estabelecer contacto com o auditório e fomentar uma comunidade entre os participantes.

Interessa então definir o conceito de discurso, que pode ser aqui entendido como a “exposição de um determinado assunto, [de forma] escrita ou proferida em público” (Segre, 1989, p.11).

Neste trabalho, analisar-se-á o discurso enquanto transmissão escrita, ou seja, enquanto discurso escrito. Assim, o nascimento da escrita está associado às necessidades da economia pública do IV milénio a.C. que derivam dos desenvolvimentos e das invenções económicas da época (Cf. Barthes e Marty, 1987). Por isso, a noção de escrita, e consequentemente de texto, associa-se historicamente a instituições e a artes como a Igreja, o ensino, a literatura ou o direito.

No mesmo sentido, o discurso escrito caracteriza-se por ser definitivo e inalterável, atribuindo por isso uma nova característica à linguagem, que se torna irrevogável. Enquanto a oralidade representa um “ter estado lá”, a escrita assume-se como um “estar ali definitivo” (Barthes e Marty, 1987, p.55). E, assim, pode afirmar-se que o texto representa a segurança e a garantia de invariabilidade do conjunto de significantes que o constituem (Cf. Barthes e Marty, 1987).

Com efeito, e uma vez que este trabalho tem por base a análise dos discursos escritos da Sessão Solene do dia 10 de Junho, neste capítulo procurar-se-á analisar o discurso enquanto função das Relações Públicas, evidenciado a sua importância para a criação de opiniões e influência de atitudes e comportamentos.

1. O Discurso como função das Relações Públicas

Assim, sendo que através do discurso, o orador consegue criar opiniões e influenciar atitudes e comportamentos, percebe-se então que este desempenha uma função fundamental das Relações Públicas, pois a sua prática permite o estabelecimento e gestão das relações entre a organização⁴ e os públicos. E este é, acima de tudo, o objectivo fulcral desta disciplina.

Mas, de forma a chegar aos públicos a que se dirigem, é vital que os profissionais de Relações Públicas consigam antes encontrar um espaço de partilha comum, que permita o alcance de um estado de comunicação efectiva e de compreensão (Cf. Curtin e Gaither, 2007). E é aqui que surge um desafio para estes profissionais, na medida em que é necessário adaptar o discurso aos objectivos que se pretendem efectivamente alcançar.

É então que se perfila um problema ao nível de uma das funções da prática das Relações Públicas, ou seja, percebe-se que os profissionais atribuem maior importância ao discurso que visa persuadir e informar do que àquele que pretende celebrar e, por isso, contribuir para um estado de comunhão na sociedade.

Da mesma forma, é possível verificar a existência de uma definição clara dos discursos persuasivos e informativos, e dos seus objectivos e efeitos, enquanto se verifica uma lacuna ao nível da conceptualização dos discursos de celebração.

E, ao delimitar este problema, o presente trabalho tem por objectivo definir e apresentar o verdadeiro contributo do discurso de celebração para a prática das Relações Públicas, e demonstrar simultaneamente de que forma pode ser entendido como pertencendo ao género epidíctico.

⁴ Apesar de a organização poder ser pública, privada ou do terceiro sector, neste trabalho o destaque centrar-se-á no estudo da importância do discurso de uma organização pública e, em especial, da Presidência da República.

2. Tipos de Discursos em Relações Públicas

Apesar de o discurso ter, na maioria das vezes, o objectivo de influenciar as atitudes e os comportamentos do auditório, o profissional de Relações Públicas deverá adaptar, como referido, as suas mensagens à ideia central do discurso e aos objectivos gerais e específicos previamente definidos.

Neste sentido é possível identificar-se três tipos de discursos em Relações Públicas, que variam de acordo com os objectivos que o orador pretende alcançar: informativo, persuasivo e de celebração.

No entanto, estas três categorias não são estanques nem devem ser consideradas mutuamente exclusivas, uma vez que é difícil definir um discurso que seja apenas persuasivo, informativo ou de celebração. Por isso, é possível verificar-se que, em algumas situações, o discurso proferido não diz respeito apenas a uma categoria, mas é o resultado da combinação das categorias, na medida em que

“It is difficult to deliver a speech that is just persuasive, or just informative, or appropriate only to a special occasion. The more experience you have, the more you will realize that these general purposes often converge” (Makay, 1995, p.32).

Mas, independentemente da categoria ou da combinação das categorias, o que interessa evidenciar é o facto do objectivo do discurso se centrar na obtenção de uma resposta por parte do público a que o orador se dirige – e essa resposta será mais concreta quanto melhor definido estiver o objectivo específico do discurso (Cf. Makay, 1995).

Por isso, não deixa de ser fundamental que se caracterize os três tipos de discurso em Relações Públicas e se analise, igualmente, as características e os objectivos de cada um.

2.1. Discursos Informativos

O objectivo do orador do discurso informativo é fornecer ao auditório uma quantidade de informação que este ainda não possui. Este tipo de discurso “[...] seeks to clarify, instruct, or demonstrate” (Bivins, 1999, p.236). Por isso, o discurso informativo visa transmitir novos conhecimentos aos auditores e informações detalhadas sobre o assunto

em discussão, mesmo que o público já possua algum conhecimento geral sobre o tema (Cf. Makay, 1995; O'Connor, 1997).

Partilhando esta definição, é no entanto, necessário ter em linha de conta a existência de algumas características associadas a este tipo de comunicação. Um bom discurso informativo deverá primar por informação precisa, clara, significativa e que permaneça na memória do auditório (Cf. Makay, 1995).

Exactamente por isso, o orador deverá assegurar que os factos comunicados são correctos e actuais, ao mesmo tempo que deverá garantir que o seu ponto de vista é imparcial. Além disso, o orador deverá conhecer os sujeitos a quem se dirige; conhecer o seu *background*⁵ e conseguir garantir que o público vai ser capaz de compreender as informações recebidas. Simultaneamente, é fundamental que o orador esteja em constante adaptação ao seu público, uma vez que, por mais que o discurso seja preciso e claro, é importante relacionar a temática com os interesses, necessidades e preocupações do auditório. E este esforço de adaptação do orador é determinado pelo facto do auditório se alterar durante o discurso, não sendo no fim do discurso, o mesmo que era no início (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006). E é esta característica, que se assemelha à de um camaleão, que faz com que o orador consiga que o seu discurso permaneça na memória de quem o ouve e vê.

Ao nível dos discursos informativos, podem identificar-se três subtipos de discursos: de descrição, de demonstração e de explicação.

Os discursos de descrição permitem relatar um acontecimento, descrever uma pessoa, objecto, lugar, situação ou explicar um conceito. A linguagem utilizada é específica, concreta e a informação deve ser transmitida com base em experiências (Cf. Makay, 1995).

Por outro lado, os discursos de demonstração visam descrever as mudanças graduais de um processo que levam ao alcance de um resultado particular. Este tipo de discurso é marcado por duas abordagens: explicar ao público como é que o processo terminou ou mostrar-lhe o que é necessário fazer para que o processo termine. Na abordagem que Makay denomina de *how*, a intenção é explicar o desenvolvimento de um processo, sem

⁵ Entende-se o conceito de *Background* como um conjunto de “[...] abilities, capacities, and so on for applying those intentional states. [...] The Background consists of all of those abilities, capacities, dispositions, ways of doing things, and general know-how that enable us to carry out our intentions and apply our intentional states generally” (Searle, 2010, p.31).

que, no entanto, se demonstre as competências específicas associadas a essa tarefa. Já na abordagem *how to*, o objectivo consiste em, além de explicar o processo, transmitir as competências necessárias para que seja possível alcançar esse fim (Cf. Makay, 1995).

Os discursos de explicação abordam assuntos mais abstractos que os de descrição ou demonstração. Visam transmitir ideias, teorias, princípios e crenças e, por isso, de forma a garantir a sua compreensão, o orador deverá recorrer a uma linguagem clara e simples, e a exemplos concretos, evitando ideias abstractas. A finalidade deste tipo de discurso é a clarificação de temas complexos, alcançando assim a compreensão por parte do público (Cf. Makay, 1995).

Este tipo de discurso pode também dizer respeito a políticas associadas a decisões futuras, cuja comunicação é necessária. Exactamente por isso, é importante que o orador se antecipe ao público, procurando responder a todas as questões que possam surgir no auditório, em diversas ocasiões:

“The president may announce a new arms control policy. A school principal may announce the initiation of a school dress code. The director of human resources of a major corporation may discuss the firm’s new flextime policy” (Makay, 1995, p.324).

No entanto, e de acordo com os objectivos dos discursos informativos, os discursos de explicação não pretendem convencer o público a apoiar determinadas medidas, mas sim informá-los sobre a implementação da política.

Independentemente do tipo de discurso informativo, é fundamental que o orador centre a sua mensagem nos interesses e necessidades do público, até porque “[...] the best informative speakers know what their listeners want to learn from their speech” (Makay, 1995, p.324).

E é esta, também, a realidade na prática das Relações Públicas, onde é fundamental que o profissional conheça a fundo os públicos a quem se dirige, de forma a conseguir atender às suas necessidades específicas. Trata-se assim de uma relação recíproca e de interdependência em que é vital ter em atenção os *inputs* e *outputs* recebidos, de modo a que se consiga comunicar com o auditório e alcançar o estado de compreensão (Cf. Grunig e Hunt, 1984).

2.2. Discursos Persuasivos

Enquanto no discurso informativo, a intenção do orador é a de esclarecer o público, garantindo a compreensão e o aumento do conhecimento sobre a temática, no discurso persuasivo, o objectivo do orador é o de conseguir que o público esteja de acordo com o seu ponto de vista, de forma a alterar as atitudes e crenças dos indivíduos ou até levar à concretização de uma acção específica (Cf. Makay, 1995).

No entanto, tendo em conta estes conceitos, é possível afirmar que as fronteiras entre estes dois tipos de discurso são ténues. Se se considerar que o objectivo da comunicação é a compreensão, então é o discurso informativo que está em evidência. Contudo, se além da compreensão, o orador pretende a partilha e a concordância do auditório com o seu ponto de vista, o discurso que antes era informativo, pode tornar-se persuasivo.

Percebe-se assim que o discurso persuasivo visa influenciar as atitudes, crenças ou comportamentos do público a quem se dirige; “[...] is designed to convince or influence and often carries a call to action” (Bivins, 1999, p.236). Por isso é habitual ocorrer em situações de incerteza ou divergência, ou seja, quando existem vários pontos de vista sobre uma temática. E aqui pode tornar-se importante persuadir os sujeitos que duvidam ou discordam do ponto de vista do orador de que a tese defendida é a correcta.

Mas O’Connor defende que persuadir um auditório é mais difícil do que o informar, e que, por isso, exige capacidades acrescidas (Cf. O’Connor, 1997). Já antes Aristóteles defendia esta questão e, por isso, afirmou na sua obra *Retórica* que existem três pilares fundamentais, através dos quais se pode persuadir os indivíduos: *pathos* - “a emoção despertada pelo orador nos ouvintes”, *ethos* - “o carácter do orador”, e *logos* – a estrutura lógica da argumentação, “baseada em argumentos verdadeiros ou prováveis” (Aristóteles, 1998, p.24).

É fundamental que o orador conheça os interesses do público, conquiste ou relembre o seu próprio prestígio e construa argumentos lógicos que o permitam persuadir o auditório. Afinal, “[...] a knowledge, sincere, logical speaker stands a good chance of successfully persuading others” (O’Connor, 1997, p.106).

Assim, se o orador pretende persuadir o auditório, é imprescindível que desperte a emoção junto dos espectadores, através da criação de estados emocionais que vão ao encontro do que pretende efectivamente – *pathos*. E desta forma o orador estará em

condições de delinear a melhor estratégia persuasiva para aquele grupo e, assim, definir o sucesso ou fracasso do seu discurso.

No entanto, é verdade que o público pode ter diversas emoções, que variam de acordo com o tema discutido. E como é que se pode defini-las? Agrupando-as de acordo com a forma como o auditório aceita o orador e recebe o seu discurso.

Neste sentido, o auditório pode ser classificado com base em quatro categorias: o público positivo, neutro, desinteressado e opositor (Cf. O'Connor, 1997). Cada categoria possui diferentes emoções e, por isso, deve ser alvo de abordagens distintas, apoiadas em estratégias diferenciadas. A melhor forma de tentar perceber quais as emoções do auditório é recolher informações junto de quem já discursou para esse público ou, por alguma razão, o sabe caracterizar:

“Ask the person who invites you to speak about the attitudes and needs of your prospective listeners. Ask friends and acquaintances who know your future audience members. Talk to other speakers who have addressed the same group in the past. In each case, ask questions designed to tell you about their needs in relationship to the topic” (O'Connor, 1997, p.108).

Simultaneamente, é decisivo que o profissional de Relações Públicas realize um bom trabalho de investigação que lhe permita caracterizar o público a quem se dirige, de forma a poder categorizá-lo e, assim, definir a melhor estratégia para esse grupo.

O público positivo caracteriza-se por já estar de acordo com o ponto de vista do orador. Por isso, este tipo de auditório é considerado o mais fácil de persuadir, uma vez que a função do orador consiste apenas em fomentar o interesse do público perante esta temática. A abordagem a adoptar perante este público é simples: “[...] keep them happy or make them even happier” (O'Connor, 1997, p.109).

O discurso dirigido ao público positivo é comparado muitas vezes a um discurso exortativo. Um exemplo é o discurso do treinador à equipa antes de um grande jogo: todos os indivíduos partilham do mesmo objectivo, ou seja, sabem que querem ganhar (Cf. O'Connor, 1997).

O público neutro caracteriza-se por não ser nem a favor nem contra a tese apresentada pelo orador, uma vez que simplesmente não tem conhecimentos sobre a temática. Por isso, a necessidade perante este público é comunicar-lhe informação suficientemente convincente que lhe permita formar a opinião que se pretende.

“The strategy for handling a neutral audience, then, is one of presenting the listeners with information from which they can reach only one conclusion - the conclusion you want them to reach” (O’Connor, 1997, p.109).

O público desinteressado é mais difícil de persuadir do que o público neutro, dado que tem conhecimentos sobre o assunto, mas não se interessa por ele, ao ponto de o considerar “[...] a dull issue or an unimportant one, not particularly relevant to them or their needs” (O’Connor, 1997, p.108).

Neste sentido é fundamental que o orador, antes de o persuadir, lhe mostre de que forma o tema o afecta directamente. Para isso é importante que recorra a exemplos que retratam a realidade de uma forma exagerada e que lhes sejam familiares para que eles percebam a gravidade do problema, a proximidade do perigo ou a forma como poderão ser afectados (Cf. O’Connor, 1997).

No entanto, o público mais difícil de persuadir é o opositor, posto que é constituído por pessoas que discordam da posição assumida pelo orador. Este auditório tem conhecimentos sobre o tema, contudo, defende posições distintas. E este facto pode até colocar em causa o prestígio do orador. Neste sentido, é fundamental que o orador adopte uma dupla estratégia:

“First, the listeners must be «softened up» to the point where they will really listen to your arguments and consider them fairly. Second, you must present sound evidence to back your position” (O’Connor, 1997, p.110).

Assim, se os argumentos utilizados ao longo do discurso forem suficientemente fortes, o público poderá ser persuadido.

Mas, é importante referir que, na maioria das vezes, estes quatro tipos de públicos não surgem separadamente, uma vez que, mesmo dentro do grupo, existem indivíduos com posições positivas, neutras, desinteressadas ou opositoras face ao ponto de vista defendido pelo orador (Cf. O’Connor, 1997). Este facto verifica-se com bastante regularidade na grande maioria dos discursos políticos.

Se o orador recorrer a informação persuasiva, apoiada em factos, exemplos ou estatísticas, poderá conseguir chegar tanto a um público neutro como positivo. Esta abordagem também se pode revelar eficaz junto de um público neutro e opositor, contudo, é necessário que, antes da apresentação da informação factual, se recorra a

táctica de abertura mental (*mind-opening tactics*) (Cf. O'Connor, 1997; Moura, M., Cabral, M., Azevedo, S. [et al.], 1992).

Optando por esta estratégia, o orador também conseguirá alcançar o seu objectivo junto de um público desinteressado e opositor. No entanto, o auditório mais difícil de persuadir é o que reúne indivíduos com opiniões positivas e opositoras. Neste caso, a abordagem mais segura é a dirigida aos públicos opositores, porém, acarreta alguns riscos: é possível que se consiga persuadir alguns indivíduos com opiniões contrárias, mas é igualmente provável que se perca algumas posições positivas (Cf. O'Connor, 1997).

Mas, O'Connor (1997), partilhando a definição de Aristóteles (1998), defende que, mesmo criando e despertando estados emocionais no auditório, a persuasão não seria bem sucedida se o orador não fosse respeitado pelo auditório. E este representa o segundo elemento fundamental no processo de persuasão – *ethos*.

O *ethos*, que diz respeito ao carácter do orador, é fundamental, como se viu, em todos os tipos de auditório, mas especialmente quando a intenção é persuadir um público opositor (Cf. O'Connor, 1997). Mas como é que o orador consegue alcançar ou reforçar o seu carácter junto do público?

É importante que o orador demonstre que está bem preparado e que é competente. Para isso deverá basear-se em factos, resultados de pesquisas, estatísticas e citações de autores reconhecidos nessa área. Desta forma é possível assegurar que

“[...] you are not simply «putting your mouth in motion» [...] [and] referring to outside sources of evidence shows the audience you have taken the time and effort to discover that evidence” (O'Connor, 1997, p.113).

Outra forma de revelar a competência do orador é referir a sua própria experiência sobre o assunto apresentado, e esta informação terá maior sucesso, se for transmitida durante a introdução do discurso. É ainda importante que o orador faça referência ao seu currículo ou a pesquisas que tenha desenvolvido. Assim é certo que “[...] your *ethos* will grow in the minds of your listeners” (O'Connor, 1997, p.114).

No entanto, além de se mostrar competente, o orador deverá transmitir sinceridade ao auditório, de forma a conseguir obter prestígio ou reforçar o seu carácter junto dos

auditores. Para isso, o orador deverá defender o seu ponto de vista sempre tendo como base os interesses do público e não os seus interesses pessoais (Cf. O'Connor, 1997).

No mesmo sentido, para fortalecer o seu *ethos*, o orador deverá estabelecer relações de *good will*⁶ com o público. Para isso poderá começar por agradecer o convite para discursar, cumprimentar o seu auditório, falar directamente aos indivíduos, identificar os interesses e experiências que partilha com o público e adoptar um discurso com humor.

Mas O'Connor (1997) relembra ainda um outro pilar fundamental para a eficácia do discurso persuasivo – *logos*. Cumpre ao orador mostrar ao público, através de uma argumentação lógica, como satisfazer os seus estados emocionais. Para isso é fundamental que recorra a argumentos válidos e a raciocínios correctos, com a intenção de alcançar uma conclusão lógica – e que se pretende que seja partilhada pelo auditório. E o método correcto de se construir o argumento lógico pode comparar-se ao processo de formação de um rio:

“[...] begin in the mountains and hills in tiny rivulets and creeks (evidence), which then flow together (the reasoning process) to form larger streams. Finally, these larger streams come together as a mighty river (the conclusion)”
(O'Connor, 1997, p.116).

É importante que o orador tenha a preocupação de adequar os argumentos ao tipo de público a que se dirige. Isto é, de acordo com a categorização referida anteriormente, o público positivo, uma vez que não necessita de ser convencido, pode ser persuadido através de humor, exemplos ou comparações. O público neutro, que necessita de informação sobre o assunto, é mais facilmente persuadido através de factos, estatísticas ou testemunhos. Estes argumentos são igualmente válidos para o público desinteressado, contudo é importante que o orador lhe demonstre que existe um problema e que o auditório pode ser afectado por ele. Por outro lado, para o públicopositor, e uma vez que é o mais difícil de persuadir, o orador deverá recorrer a todos os argumentos referidos: numa primeira fase a humor, experiências em comum, elogios, e, numa segunda fase, a factos, exemplos, estatísticas e comparações (Cf. O'Connor, 1997).

⁶ Entende-se por relações de *good will* as que permitem construir e manter uma percepção positiva na mente do público (Cf. Bates, 2006).

É também fundamental que o orador adopte uma estrutura lógica ao longo de todo o discurso, com introdução, corpo e conclusão. Além da estrutura, é vital que se adopte uma estratégia lógica para cada parte do discurso. Na introdução, o orador deverá construir junto do público o seu *ethos*; no corpo, é importante que se recorra a argumentos válidos e raciocínios correctos; e, na conclusão, é necessário ter em atenção o restabelecimento do *ethos* e a definição clara da resposta que se pretende por parte do auditório (Cf. O'Connor, 1997).

Contudo existe uma premissa fundamental em qualquer discurso persuasivo: o orador deve apoiar-se em informação válida e nunca em dados falsos, uma vez que, se assim for, a sua argumentação poderá ser considerada irresponsável e não ética.

2.3. Discursos de Celebração

Os discursos que ocorrem em ocasiões especiais, denominados discursos de celebração, por serem menos comuns do que os informativos ou persuasivos, acabam por passar despercebidos, parecendo ter assim menor importância. Neste trabalho tentar-se-á contrariar esta tendência e evidenciar o verdadeiro papel que estes discursos podem assumir para os profissionais de Relações Públicas.

Thomas Bivins define o discurso de celebração como sendo de *entretenimento* e que “[...] covers almost everything else, including celebrations, eulogies, and dinner speeches” (Bivins, 1999, p.236). No entanto, e defendendo que esta definição exclui aspectos fundamentais deste tipo de discurso, urge aprofundar este conceito.

Assumindo a definição de Makay e de O'Connor, o discurso de celebração verifica-se em ocasiões de agradecimentos públicos, elogios fúnebres, testemunhos, cerimónias ou comemorações (Cf. Makay, 1995; O'Connor, 1997). São denominados de discursos de celebração, na medida em que visam comemorar um acontecimento, sendo parte integrante de uma cerimónia.

Por isso é habitual que este tipo de discurso ocorra em ocasiões como

“[...] at college graduation, eulogies at funeral of a loved one, speeches to celebrate the spirit of a special event or a national holiday [...], congratulatory toasts at a wedding or the birth of a baby or business deal, inaugural speeches, and farewell address all fit into this category” (Makay, 1995, p.418).

Apesar de ser possível encontrar elementos comuns aos discursos informativo, persuasivo e de celebração, o objectivo principal deste último não é apenas informar ou persuadir. É muito mais do que isso. A sua principal finalidade é

“[...] to inspire, to challenge, to honor, to entertain - in short, to make us feel good about ourselves and those around us” (O’Connor, 1997, p. 120).

Neste sentido, como a finalidade do discurso de celebração é diferente, as técnicas discursivas deverão adaptar-se ao seu objectivo. Todos os elementos referidos anteriormente, para informar ou persuadir o público, se mantêm válidos. No entanto, como o discurso de celebração visa fomentar a existência colectiva, é fundamental que o orador tenha em atenção a forma como se dirige ao auditório e o uso que faz da linguagem porque:

“[Commemorative speeches] are inspirational messages designed to stir emotions and make listeners reflect on what is being said through the use of rich language that lifts the audience to a higher emotional plane” (Makay, 1995, p.418).

E, uma vez que o discurso de celebração possibilita elevar o auditório a um estado emocional que permite reforçar o espaço de partilha pré-existente, torna-se assim um tipo de discurso essencial no contexto político, na medida em que permite reforçar a identidade do grupo a que o orador se dirige. E é esta a razão por que este trabalho dedica especial atenção ao discurso de celebração no contexto da Comunicação Política, assumida aqui na acepção de Comunicação Pública⁷.

Neste contexto, os discursos de celebração ocorrem, muitas vezes, em comemorações de dias importantes para a nação, como é o caso de alguns feriados nacionais. Uma vez que a análise dos discursos do dia 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas é a base deste trabalho, será, por isso, dado maior ênfase aos discursos proferidos nestas ocasiões.

E, ao estudar estes discursos é possível identificar, desde já, uma linha orientadora comum: todos visam recordar o público da razão que os leva a estar de novo reunidos e o motivo por que se deve continuar a celebrar o dia. Desta forma é possível dar continuidade à tradição e ao espírito vivido nesta ocasião (Cf. Makay, 1995).

⁷ O conceito de Comunicação Pública será desenvolvido no Capítulo III deste trabalho (p.48).

Mas o que significa ao certo isto? E, afinal, qual a principal finalidade dos discursos de celebração? São eles que permitem exaltar os valores comuns ao auditório e, conseqüentemente, celebrar o acordo em torno desses valores. Desta forma é possível fomentar um espaço de partilha pré-existente e reforçar a identidade do grupo – do qual o orador também faz parte.

E é exactamente nesta questão que os estudos de Relações Públicas têm necessidade de uma análise mais aprofundada ao nível das formulações, uma vez que os autores têm dedicado maior interesse e importância às ocasiões em que os discursos de celebração são proferidos, e não tanto aos objectivos que eles visam efectivamente cumprir.

Assim, por defender que, apesar de serem vários os estudos de Relações Públicas que se debruçam sobre os discursos, são poucos os que analisam de forma correcta os discursos de celebração, o próximo capítulo deste trabalho visa analisar estes discursos à luz da obra *Tratado de Argumentação* (2006), que, partindo da definição aristotélica, aborda os discursos de celebração sob a rubrica do género epidíctico.

Capítulo II: A Retórica

São vários os teóricos que ao longo dos anos têm estudado Retórica, sendo difícil encontrar uma definição consensual. É, no entanto, possível perceber que se trata de uma disciplina que se debruça sobre as técnicas e os princípios da comunicação com fins persuasivos (Cf. Aristóteles, 1998).

Apesar da existência da Retórica sofística e platónica, a Retórica aristotélica foi a mais influente ao longo da História, tendo marcado o desenvolvimento da argumentação até à contemporaneidade, representando ainda hoje o objecto de estudo de muitos autores.

Embora não se conheça de forma aprofundada as contribuições dos teóricos que antecederam Aristóteles, acredita-se que o filósofo defendia que os seus antecessores dedicavam maior consideração ao discurso judicial, em detrimento dos restantes géneros; elevada atenção ao estímulo das emoções, ignorando a argumentação lógica; e demasiada importância à estrutura formal do discurso (Cf. Júnior, 1998).

Por isso, Aristóteles distingue-se pelo facto de atribuir ao argumento lógico um lugar de destaque na arte de persuadir. Desta forma, a sua *Retórica* consiste “[...] sobretudo numa Retórica da prova, do raciocínio, do silogismo retórico, isto é, uma teoria da argumentação persuasiva” (Júnior, 1998, p.22).

Esta contribuição de Aristóteles foi assumida por Chaïm Perelman que, a partir dos anos cinquenta, abriu caminho a uma Nova Retórica baseada no estudo da palavra eficaz e da produção persuasiva (Cf. Júnior, 1998). E é esta perspectiva, evidenciada por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca na sua obra *Tratado de Argumentação* (2006), que constituirá a base para a análise deste trabalho.

1. Retórica Perelmaniana

De acordo com a contribuição de Aristóteles, partilhada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006), pode dizer-se que argumentar consiste em invocar razões a favor ou contra determinada tese. E se existe a necessidade de recorrer a estes argumentos, significa que existem conflitos de opinião entre pelo menos duas partes.

Desta forma, entende-se que a argumentação é pessoal, na medida em que “se dirige a indivíduos em relação aos quais ela se esforça por obter a adesão” (Perelman, 1987, p.234). Por isso, a argumentação diz respeito à ordem do “[...] verosímil, do plausível, do provável, na medida em que escapa às certezas do cálculo” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.9), diferenciando-se assim do campo da demonstração.

A demonstração diz então respeito “à verdade de uma conclusão ou pelo menos, à sua relação necessária com as premissas” (Perelman, 1987, p. 234). Não existe preocupação com a adesão, uma vez que a prova é impessoal e não depende em nada da opinião do indivíduo. Isto é, pode compreender-se a demonstração como um cálculo, independente do sujeito, onde

“[...] a conclusão a que se chega será verdadeira ou simplesmente hipotética em função de as premissas de que se parte serem verdadeiras ou serem admitidas por hipótese” (Perelman, 1987, p. 234).

Assim, se é possível entender a argumentação como diálogo e discussão, então é natural que surjam conflitos de opinião entre os intervenientes. E, ao aparecerem estes conflitos, o alcance da adesão dos espíritos torna-se fulcral, de forma a dirimir a controvérsia. Ao atingir este ponto, podem resultar várias soluções: ganha a tese A, vence a tese B ou os dois intervenientes modificam a sua opinião ao longo do processo argumentativo e conseguem alcançar uma terceira tese comum às duas opiniões. Nestas três situações pressupõe-se a existência de uma tomada de decisão por parte do interveniente. No entanto é ainda necessário ter em conta a hipótese de um deles renunciar ou interromper a argumentação, não existindo assim qualquer tomada de decisão.

Percebe-se então que a argumentação, sendo um processo, necessita de uma condição fundamental: a existência de um meio e de um domínio comum de uma linguagem, isto é, “uma técnica que permita a comunicação” entre o orador⁸ e o auditório (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.23).

Ao longo deste processo, a finalidade é provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que lhes são expostas e, para isso, são invocados, como se viu, argumentos a favor ou contra uma determinada tese. Contudo, a adesão não é estanque, o que significa que

⁸ Por orador entende-se aqui o emissor, ou seja, a origem do processo retórico. Deve considerar-se tanto o orador que apresenta a argumentação oralmente como por escrito.

é passível de ser reforçada ou enfraquecida ao longo do processo argumentativo, ou seja, entre a tomada de decisão e o momento em que esta é efectivamente executada. É isso que revela a existência de diferentes graus de intensidade de adesão durante o intervalo de tempo entre a tomada de decisão e a acção.

Mas, no culminar do processo, como se põe termo à argumentação? Como referido anteriormente é necessário fazer uma escolha: ou há renúncia à argumentação, ou há interrupção dessa argumentação ou é alcançado um acordo entre as várias partes, que poderá culminar numa tomada de decisão que, possivelmente, levará o interveniente a agir. Neste sentido, caso o interveniente avance com a tomada de decisão, a acção assume o lugar de destaque, uma vez que é o momento em que é executada que determina o cessar da argumentação. E, desta forma, percebe-se que

“A intensidade da adesão que se trata de obter não se limita à produção de resultados puramente intelectuais, ao facto de declarar que uma tese parece mais provável do que outra, mas será também, muitas vezes, reforçada até que se tenha produzido a acção que deveria desencadear” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.58).

É por isso fundamental que se tenha em conta a existência de um intervalo de tempo entre a adesão intelectual, o assentimento, a tomada de decisão e o momento em que a acção é efectivamente praticada. Afinal, a

“[...] decisão tomada está, por assim dizer, a meio caminho entre a disposição para a acção e a própria acção, entre a pura especulação e a acção eficaz” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.58).

Por isso, existe um constrangimento associado à urgência da acção, uma vez que “[...] o tempo decorrido [pode diminuir] em geral o efeito de um discurso” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.58). Isto é, enquanto a acção não é concretizada, a tomada de decisão está em aberto e pode ser alterada a qualquer momento, tendo como base a intervenção de novos *inputs* recebidos durante este período.

1.1. Géneros Discursivos

Aristóteles também distinguiu três espécies de Retórica ou géneros discursivos: deliberativo, judicial e epidíctico. E este princípio do seu esquema retórico é igualmente

retomado por Perelman, em conjunto com Olbrechts-Tyteca, na sua obra *Tratado de Argumentação* (2006).

Neste trabalho pretende-se analisar de forma mais aprofundada os três géneros discursivos, atribuindo, no entanto, maior importância ao género epidíctico, na medida em que, como se verá, é através dele que o orador consegue reforçar, durante o intervalo de tempo entre a tomada de decisão e a concretização da acção, a disposição do auditório para agir. Por isso, no género epidíctico, é o valor por ele expresso, e exaltado no auditório como pré-disposição, que permite obter a orientação necessária à tomada de decisão. E é esta característica que torna o género epidíctico uma parte fundamental da Retórica de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2006).

Interessa então definir géneros discursivos e estudar as três espécies, embora, antes de se aprofundar o género epidíctico, se deva analisar os géneros deliberativo e judicial.

Pode compreender-se os géneros discursivos como “*meios discursivos* de obter a adesão dos espíritos” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.16) e através dos quais se utiliza a linguagem com o objectivo de

“[...] exercer uma acção qualquer sobre o auditório, de modificar a intensidade da sua adesão a certas teses, incitando a uma acção imediata ou pelo menos predispondo a uma acção eventual” (Perelman, 1987, p.235).

O género deliberativo preocupa-se com os assuntos que “[...] naturalmente se relacionam connosco e cuja produção está em nossas mãos” (Aristóteles, 1998, p.58). Centra-se então em questões que poderão acontecer ou não no futuro, ignorando, desta forma, todos os assuntos que necessariamente existem ou existirão, ou que são impossíveis de existir, uma vez que sobre eles não há deliberação (Cf. Aristóteles, 1998).

Esta questão remete para a ideia de necessidade, também referida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006). Os autores afirmam que não existe deliberação sobre assuntos que são dados como garantidos, ou seja, sobre os quais já se sabe que é certo ou impossível que aconteçam, já que

“[...] ninguém delibera sobre as coisas que não podem ter acontecido, nem vir a acontecer, nem ser de maneira diferente; pois, nesses casos, nada há a fazer” (Aristóteles, 1998, p.52).

Por isso, ao preocupar-se com questões que poderão acontecer no futuro, o género deliberativo diz respeito à escolha do que era mais útil para a cidade. As questões mais importantes sobre as quais os oradores deliberam publicamente são as finanças, guerra e paz, defesa nacional, importações e exportações, e legislação.

Mas, apesar deste género oratório se dirigir a assuntos que poderão acontecer no futuro, é imprescindível que se apoie em informações do passado. Isto é, na medida em que diz respeito a uma acção futura e, por isso, impossível de antecipar, torna-se importante recorrer ao passado, com o objectivo de recolher informações que poderão revelar-se fundamentais na análise dos antecedentes e na posterior tomada de decisão.

Neste sentido, é imprescindível que exista uma identificação da informação, que se conheça esses dados, e que estes sejam organizados e hierarquizados, para que, no momento oportuno, o auditório se sinta com a orientação necessária para a tomada de decisão. E, é esta a razão por que Perelman e Olbrechts-Tyteca encaram a argumentação sobretudo

“[...] nos seus efeitos práticos: virada para o futuro, [e propondo] provocar uma acção ou preparar para ela, agindo através de meios discursivos sobre o espírito dos auditores” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.56).

Já o género judicial refere-se a acusações ou defesas relativas a coisas feitas no passado e, por isso, visa evidenciar a justiça ou injustiça do que foi feito.

Para Aristóteles, a noção de injustiça consiste em “causar dano voluntariamente em violação da lei” (Aristóteles, 1998, p.80). E esta lei pode ser particular ou comum. A lei particular é compreendida como aquela que, quer seja escrita ou não escrita, foi definida por cada povo em relação a si mesmo, representando assim a lei pela qual cada cidade se rege. A lei comum representa as leis não escritas, sobre as quais parece existir um acordo unânime entre todos (Cf. Aristóteles, 1998). E este acordo tem intrínseco o princípio comum do que é justo ou injusto, em que “todos de algum modo adivinham mesmo que não haja entre si comunicação ou acordo” (Aristóteles, 1998, p.93), uma vez que sabem o que é ou não unanimemente aceite na cidade.

Assim, na medida em que este género aborda ou não a existência de uma injustiça, é utilizado em Tribunal de forma a provar um acontecimento e está, por isso, relacionado

com o tempo passado, uma vez que só é possível acusar ou defender tendo como ponto de partida um acontecimento passado.

Infere-se assim que Aristóteles estabeleceu uma relação entre os géneros discursivos e os períodos temporais. Desta forma, o futuro diz respeito ao género deliberativo, e o passado ao género judicial. No entanto, os dois tempos relacionam-se entre si, na medida em que uma acção ocorrida no passado contribui para a deliberação para o futuro. Mas, é ainda evidente a existência de uma submissão do género judicial face ao género deliberativo, uma vez que, a partir do momento em que a acção do passado é irreversível, é então a tomada de decisão para o futuro que assume o lugar de destaque.

1.2. Género Epidíctico

Como referido, o género epidíctico apresenta características específicas e é, por isso, considerado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) como um elemento fundamental na argumentação.

A primeira característica que diferencia este género do deliberativo e judicial, é o facto de não dizer respeito directamente a uma acção. Isto é, os géneros deliberativo e judicial visam uma acção em que os termos da decisão são dados, ou seja, a decisão é tomada a partir dos factos conhecidos e os indivíduos têm conhecimento dos termos da sua escolha. Já o género epidíctico não provoca acções imediatas. Procura antes aumentar a intensidade da adesão ao valor que exalta, reforçando assim uma disposição para agir, “que se manifestará no momento oportuno” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.54).

Para Aristóteles, o género epidíctico debruça-se sobre o elogio ou a censura, preocupando-se com o que é belo ou feio, dizendo por isso respeito ao reconhecimento de valores (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006). No entanto,

“[...] faltando a noção de juízo de valor e de intensidade da adesão, os teóricos do discurso, no seguimento de Aristóteles, [misturaram] imediatamente a ideia de belo, objecto do discurso, equivalente, aliás, à ideia de bom, e a ideia de valor estético do próprio discurso” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.57).

O género epidíctico, que na perspectiva destes autores dizia então respeito ao valor estético do próprio discurso, representava um “discurso a que ninguém se opunha, sobre

matérias de que não se descortinava qualquer consequência prática” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.57), opondo-se assim aos

“[...] debates *políticos e judiciais*, verdadeiros combates em que os adversários procuravam, sobre matérias controversas, conquistar a adesão de um auditório que decidia o resultado de um processo ou uma acção a empreender” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.56).

Por isso, os valores exaltados, aparentemente de forma estética, por este género, não dizem respeito à acção, nem exigem uma tomada de decisão, distanciando-se, assim, do carácter sério da vida, associado às responsabilidades e às resistências que são necessárias superar até à tomada de decisão. Isto é, enquanto no género deliberativo, um membro da assembleia tem de decidir sobre o que será útil para a cidade, e no género judicial, um juiz tem de se pronunciar sobre a existência ou não de um crime, no género epidíctico, o auditório surge como um espectador, cujo papel se resume a ouvir o orador, aplaudi-lo e ir-se embora (Cf. Aristóteles, 1998; Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006). Por isso, ao parecer distanciar-se do carácter sério da vida, o género epidíctico adquiriu uma conotação ligada ao divertimento, ao espectáculo e ao entretenimento.

Em sede de Relações Públicas, assume-se o género epidíctico como um discurso de *protocolo*⁹. Thomas Bivins define este tipo de discurso como

“A speech to entertain [that] covers almost everything else including celebrations, eulogies, and dinner speeches” (Bivins, 1996, p.235).

No mesmo sentido, John Makay afirma que

“[...] these speech forms are linked to ceremonies, delivered at occasions that require speeches to commemorate the event; speeches of introduction, speeches of presentation, speeches of acceptance, speeches of commemoration, keynote speeches and after-dinner speeches” (Makay, 1995, p.406).

Encarando a noção de discurso de *protocolo* evidenciada pelas Relações Públicas, pode associar-se o discurso da cerimónia à noção de género epidíctico, na medida em que os actores da cerimónia, à semelhança dos actores do espectáculo, devem seguir o guião definido com o objectivo de manter o carácter sério do acontecimento. Isto é, o discurso da cerimónia deverá ser efectivamente assumido como um meio que permite a criação

⁹ Assume-se aqui o conceito de discurso protocolar como aquele que é parte integrante de um guião de uma cerimónia e que, por isso, deverá ser tido em conta nesta ocasião.

de uma pré-disposição no auditório. E é nesta pré-disposição que reside o carácter sério do discurso, associado aos obstáculos e às dificuldades que deverão ser ultrapassadas até à tomada de decisão.

No entanto, tal como nas Relações Públicas se pode dizer que os discursos de celebração são o elemento menos aprofundado e cujos objectivos são desconsiderados, também na Retórica, o género epidíctico foi menosprezado por grande parte dos autores, ignorando o seu verdadeiro contributo para a argumentação. Esta desvalorização decorria, como se viu, do facto do género epidíctico, ao criar uma pré-disposição para a acção que se verificará num momento oportuno (não exigindo uma tomada de decisão imediata), aparentar não ter consequências práticas, que, apesar de poderem vir a existir, como não são imediatas, acabam por ser desconsideradas.

E este trabalho procura precisamente recuperar o discurso de celebração no quadro das Relações Públicas, através da definição do verdadeiro contributo do género epidíctico para a Retórica. Desta forma, se as Relações Públicas compreenderem efectivamente a função que a Retórica atribui ao género epidíctico, será possível adquirir melhores competências ao nível das práticas discursivas no contexto político, procurando, simultaneamente, alcançar um papel mais interventivo no desenvolvimento de Campanhas de Comunicação Pública.

1.2.1. Recuperação do Género Epidíctico

Desta forma, e partilhando a perspectiva de Perelman e Olbrechts-Tyteca que defendem a reabilitação do género epidíctico, é possível afirmar que existe uma “incompreensão manifestada [...] que resulta de uma falsa concepção dos efeitos da argumentação” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.58). Isto é, o facto de a argumentação não ter um efeito imediato, não implica que perca a importância e que este género deixe de ser um elemento central na argumentação.

Aliás, Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam que a eficácia da argumentação só pode ser avaliada tendo em conta o objectivo a que o orador se propõe, uma vez que, como referido anteriormente,

“[...] a intensidade da adesão que se trata de obter não se limita à produção de resultados puramente intelectuais, ao facto de declarar que uma tese parece mais

provável do que outra, mas será também, muitas vezes, reforçada até que se tenha produzido a acção que deveria desencadear” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.58).

E é este lapso de tempo entre a tomada de decisão e a concretização da acção que atribui ao género epidíctico um lugar de destaque na argumentação, uma vez que a tomada de decisão está em aberto até que a acção seja efectivamente realizada.

Assim, durante este período temporal, assume-se a possibilidade de existência de diferentes graus de intensidade da adesão. Mas como se mede esta intensidade, que visa a acção eficaz? Já se verificou que não pode ser medida somente pela adesão meramente intelectual. Por isso, o valor desta adesão é revelado naquilo que se impõe à pessoa fazer,

“[...] não pode ser medido pelo grau de probabilidade concedido à tese aceite, mas antes pelos obstáculos que a acção supera, os sacrifícios e escolhas que implica e que a adesão permite justificar” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.58).

E são estes obstáculos, sacrifícios e escolhas que devem ser superados de forma a concretizar a acção. Até lá, ou seja, até que a acção seja praticada, a tomada de decisão está em aberto, pois

“A existência de um intervalo de tempo, mais ou menos grande, entre o momento da adesão e o momento da acção que ela devia suscitar, explica suficientemente a intervenção no debate, anteriormente considerado como fechado, de certos valores esquecidos ou minimizados, de elementos novos que surgiram, talvez, depois da tomada de decisão” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.58).

Por isso, é importante ter em conta que, independentemente da duração do intervalo de tempo, o processo argumentativo que permite a troca de *inputs* e *outputs*, e que, consequentemente, poderá levar à concretização da acção, está em aberto durante este período.

Desta forma é possível afirmar que o género epidíctico implica uma dupla consequência: por um lado, permite que o valor pré-existente no auditório seja explicitado e exaltado, mas por outro, a medida de eficácia do discurso é aleatória, uma vez que, não podendo antecipar a situação, é impossível perceber de antemão se o discurso foi ou não eficaz.

Assim, considerando o valor exaltado pelo género epidíctico, é possível compreendê-lo como uma bússola que permite orientar os auditores. Isto é, apesar da exaltação do valor ser realizada com vista à criação de uma pré-disposição (podendo parecer pouco relevante), analisando o período temporal entre a tomada de decisão e a acção, o género epidíctico torna-se um elemento fulcral para a argumentação, na medida em que se

“[...] propõe a aumentar a intensidade da adesão a certos valores, de que não se duvida, talvez, quando se consideram isoladamente, mas que poderiam, não obstante, não prevalecer diante de outros valores que viriam a entrar em conflito com eles” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.58).

E é o valor exaltado pelo género epidíctico, e fomentado no auditório como pré-disposição, que permite obter a orientação necessária à tomada de decisão. Isto é, o género epidíctico, ao aumentar a intensidade da adesão a certos valores durante o intervalo de tempo, procura, simultaneamente, organizá-los e hierarquizá-los na consciência dos auditores. Desta forma, ao propor organizar as preferências do auditório, está a contribuir para a actualização da pré-disposição que se revelará no futuro, quando o auditório tiver efectivamente de decidir ou agir.

Por isso, tratando-se de uma orientação respeitante a uma pré-disposição que se revelará no futuro, significa que diz respeito a algo que ainda não existe e sobre o qual não se possui domínio. E a função do epidíctico é exactamente essa: preparar a consciência do auditório, através do aumento da intensidade da adesão a determinados valores, que se tornarão preferíveis face a outros (durante o intervalo de tempo entre a tomada de decisão e a acção), permitindo assim que, no momento oportuno, o auditório se sinta apoiado nessa pré-disposição, conseguindo desta forma justificar a escolha da concretização de uma acção, face a outra.

E, neste sentido, torna-se também possível aproximar o género epidíctico ao discurso educacional, na medida em que ambos “[...] visam menos uma alteração das crenças do que um acréscimo da adesão ao que já é aceite” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.64).

E, à semelhança do orador do género epidíctico, que procura aumentar a intensidade da adesão a determinados valores comuns ao auditório, o educador é “[...] encarregue por uma comunidade de se tornar porta-voz dos valores reconhecidos por ela” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.61). Por isso, o discurso de um e de outro diz respeito a “[...]”

matérias que não são objecto de controvérsia para o seu auditório” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.61).

Desta forma, percebe-se que

“Na educação, qualquer que seja o seu objecto, supõe-se que o discurso do orador, se nem sempre exprime verdades, quer dizer, teses aceites por toda a gente, defende pelo menos valores que não estão, no meio que o encarregou de fazê-lo sujeitos a controvérsia” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.63).

E esta é a característica comum entre o discurso educacional e o género epidíctico, na medida em que ambos têm como objecto valores sobre os quais já existe acordo.

2. Tipos de Objecto de Acordo

No género epidíctico, em que a finalidade da argumentação não é directa nem fechada numa acção, a existência de uma técnica linguística comum não é suficiente. Como referido, é necessário também reforçar e aumentar a comunhão em torno de um acordo prévio que permita o desenrolar da argumentação.

Neste sentido, é necessário garantir que o que se comunica chega ao outro. E como? Através da concordância. Por isso, a técnica linguística comum não é suficiente para o desenvolvimento de uma argumentação; é também necessário que exista uma comunidade entre os espíritos.

Assim, para concretizar uma argumentação, é fundamental o estabelecimento de uma comunicação e o desenvolvimento de um conflito de opinião entre os intervenientes, que originará uma cadeia de raciocínio entre eles. É este conflito de ideias que permitirá alcançar uma tese comum aos vários interesses, e que deverá incidir no

“[...] conteúdo das premissas explícitas, [nas] ligações particulares utilizadas [e na] maneira como nos servimos dessas ligações” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.75).

Esta tese representa um acordo e este constitui a premissa inicial para qualquer argumentação.

Até ao momento, e sem ter em conta a questão do género epidíctico, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) ainda não se afastaram da Retórica tradicional, não tendo por

isso apresentado ainda uma concepção própria. A sua conceptualização específica reside nos tipos de objecto de acordo, onde Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) compreendem o facto e o valor como objectos de acordo que se correlacionam com o auditório universal e com o auditório particular, respectivamente.

2.1. O Real e o Preferível

Os Antigos compreendiam os valores como fazendo parte de todas “as espécies de afirmações verosímeis no grupo indiferenciado das *opiniões*” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.85). No entanto, Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam que os valores dizem respeito a um auditório diferente do dos factos, da mesma forma que os consideram agrupados em duas categorias de tipos de objecto de acordo, que, conseqüentemente, desempenham papéis distintos no procedimento argumentativo (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006).

Assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) agrupam os objectos de acordo em duas categorias: uma relativa ao real e outra relativa ao preferível. Os elementos que assentam na estrutura do real caracterizam-se por uma “[...] pretensão de validade para o auditório universal¹⁰” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.76) e, por outro lado, os elementos do preferível, ou seja, os que guiam as nossas escolhas e não têm uma realidade pré-definida, dizem respeito a “[...] um ponto de vista determinado que só se pode identificar com a ajuda de um auditório particular¹¹, por mais vasto que seja” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.76).

Apesar de nos tipos de objecto de acordo pertencentes ao real, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) identificarem factos, verdades¹² e presunções¹³, nesta análise focar-se-á apenas os factos.

¹⁰ Ver página 37 – Auditórios.

¹¹ Ver página 39 – Auditório Particular.

¹² As verdades caracterizam-se por dizer respeito ao auditório universal, no entanto, ao contrário dos factos, não devem ser refutadas nem são susceptíveis de ser questionadas. Devem ser entendidas como “[...] sistemas mais complexos e relativos a ligações entre os factos, quer se trate de teorias científicas quer de concepções filosóficas ou religiosas que transcendem a experiência” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.79).

¹³ À semelhança dos factos e das verdades, as presunções são caracterizadas pelo acordo do auditório universal. No entanto, neste caso, a adesão não é máxima, uma vez que as presunções estão sempre sujeitas a ser reforçadas (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006).

2.1.1. Factos Argumentativos

Um facto é “caracterizado unicamente pela ideia que se tem de um certo género de acordos acerca de certos dados, os que se referem a uma realidade objectiva” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.77) e que designariam o que poderia ser comum a vários seres pensantes. Por isso, ao invocar um facto, o orador saberá que todos o compreenderão e que, nesse sentido, não deixarão de aderir à sua tese.

Por esta razão, os factos argumentativos caracterizam-se pela adesão do auditório universal e, tratando-se de uma relação de interdependência, também o auditório universal se caracteriza por aceitar os factos argumentativos. Por isso mesmo, esta adesão do auditório universal descarta a necessidade de ser reforçada, ou seja, a intensidade de adesão aos factos argumentativos não precisa de ser aumentada nem generalizada, da mesma forma que não necessita de ser justificada, uma vez que se trata apenas de “uma reacção subjectiva a qualquer coisa que se impõe a todos” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.77).

Neste sentido percebe-se que os factos argumentativos são tacitamente válidos até que alguém os questione. Isto é,

“Só estamos em presença de um facto, do ponto de vista argumentativo, se pudermos postular em relação a ele um acordo universal, não controvertido” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.77).

Para se manterem, não devem, por isso, ser questionados nem justificados, uma vez que quando isso se verifica, perdem a força e podem mesmo ser destituídos. Tendo em conta que o acordo é sempre susceptível de ser posto em causa, existem duas formas para que o facto argumentativo perca este estatuto: quando, no auditório, surgem dúvidas a seu respeito e quando se verifica a existência de indivíduos com a capacidade reconhecida para julgar esse facto argumentativo e que, por isso, não o admitem como assumindo esse estatuto. Esta segunda situação surge

“[...] a partir do momento em que se pode mostrar eficazmente que o auditório que admitia o facto [argumentativo] é apenas um auditório particular, a cujas concepções se opõem as dos membros de um auditório alargado” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.78).

No entanto, também se torna importante referir que um facto argumentativo isolado, no processo argumentativo, não tem qualquer relevância. Isto é, como se exemplificará no ponto seguinte, para que o interveniente consiga tomar uma decisão, tem de ter conhecimento dos factos argumentativos. Perelman e Olbrechts-Tyteca referem o exemplo

“[...] de determinada pessoa, [que] convencida do perigo de mastigar demasiado rapidamente, não cessará, só por isso, de o fazer; é porque se isola de todo um conjunto de o raciocínio em que é baseada essa convicção. Esquece-se, por exemplo, que essa convicção pode chocar-se contra outra convicção, a que nos afirma que se ganha tempo quando se come mais depressa” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.36).

Ou seja, o indivíduo, neste exemplo, apesar de saber que mastigar demasiado depressa pode ser prejudicial para a sua saúde, decide mesmo assim fazê-lo, na medida em que também tem conhecimento de que se ganha tempo quando se come mais depressa.

Para tomar esta decisão, o indivíduo tem de se referir ao preferível, deixando de se apoiar no real. Ou seja, tem de organizar as suas preferências, de forma a alcançar uma orientação para as suas escolhas e, assim, optar pelo valor que para ele prevalece como sendo o mais importante: ganhar tempo ou prevenir o bom estado de saúde.

E ao fazer referência ao preferível, interessa então analisar os valores, enquanto objecto de acordo desta categoria.

2.1.2. Valores

Assim, no que toca aos objectos do preferível, Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam que o seu propósito é a adesão de grupos particulares (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006).

Para os autores,

“Estar de acordo relativamente a um valor é admitir que um objecto, ser ou um ideal, deve exercer sobre a acção e as disposições para a acção uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem que se considere, no entanto, que esse ponto de vista se impõe a toda a gente” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.84).

E, não se impondo a toda a gente, os valores tornam então possível a “comunhão em torno de maneiras particulares de agir [e estão ligados] à ideia de multiplicidade dos grupos” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.84).

Esta ideia de multiplicidade de grupos reside no facto de os valores terem sido considerados “desprovidos de qualquer objectividade” (Perelman, 1987, p.242) e, por isso, foram, como referido anteriormente, “englobados juntamente com todas as espécies de afirmações verosímeis no grupo indiferenciado das *opiniões*” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.85), destacando-se assim dos “juízos de realidade sobre os quais, graças à experiência e à verificação seria possível o acordo de todos” (Perelman, 1987, p.242).

E a questão de multiplicidade de grupos está também intrinsecamente relacionada com noção de senso comum, enquanto colectividade, e encarada como uma

“[...] série de crenças aceites no seio de uma sociedade determinada e que os seus membros presumem partilhadas por todos os seres racionais” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.111).

Assim, é através dos objectos de acordo, sejam os factos argumentativos ou os valores, e da forma como estão organizados, que os oradores conseguem exercer influência sobre o auditório, transmitindo-lhe as competências necessárias para que, no momento oportuno, consiga

“[...] fazer certas escolhas, de preferência a outras, e sobretudo para justificar estas, de maneira a torná-las aceitáveis e aprovadas pelos outros” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.85).

Mas, como referido, para que o auditório consiga fazer determinadas escolhas, é necessário que tenha conhecimento dos factos argumentativos e que os valores estejam hierarquizados, pois sem isso, apenas justapostos, não têm qualquer relevância para a argumentação. Por isso,

“[...] do mesmo modo que, se se contesta que uma coisa qualquer é um facto, é preciso dar as razões dessa alegação [...], também quando se trata de um valor se pode desqualificá-lo, subordiná-lo a outros ou interpretá-lo mas não se pode, em bloco, rejeitar todos os valores” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.85).

E é neste aspecto que se identifica uma correlação entre o facto e o valor, na medida em que se pode dizer que um se define em relação ao outro. Isto é, se, por um lado, e à

semelhança do que acontece com as verdades, não há argumentação só com a existência de um facto argumentativo isolado, por outro, para que existam outros factos argumentativos, é necessário que sejam organizados e sustentados com base em valores.

Mas, dependendo do contexto em que a tese é exposta, e daquilo que anuncia ou contesta, o enunciado pode ser compreendido como dizendo respeito tanto a um facto argumentativo, como a um valor (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006). Desta forma, e uma vez que os valores dizem respeito à adesão do auditório particular, Perelman e Olbrechts-Tyteca colocam uma questão pertinente:

“Mas, se é essa, na nossa maneira de ver, a característica dos valores, que dizer do que se considera de imediato como valores universais ou absolutos, tais como o Verdadeiro, o Bem, o Belo, o Absoluto?” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.86).

Estes valores, tidos como universais ou absolutos, alcançam o auditório universal, apenas sob a condição do seu conteúdo não ser especificado, representando, como se viu, um valor isolado: “a partir do momento em que se tente precisá-los, as divergências a seu respeito irrompem irremediavelmente” (Perelman, 1987, p.242), deixando assim de se inserir num “sistema de crenças que se pretende que valha aos olhos de todos [e onde] os valores podem ser tratados como factos ou verdades” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.86).

Assim, a partir do momento em que os valores são precisados, levam à especificação correlativa de certos grupos particulares. Entende-se, portanto, que o papel dos valores tidos como universais consiste em

“[...] justificar escolhas sobre as quais não existe acordo unânime, inserindo essas escolhas numa espécie de moldura vazia, mas sobre a qual reina um acordo mais vasto” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.87).

Mas, a partir do momento em que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) compreendem o facto e o valor como objectos de acordo correlacionados com os auditórios universal e particular, interessa então aprofundar esta distinção que, embora metodológica, deverá ser analisada.

3. Auditórios

Para os autores, é o auditório universal que permite o diálogo e a compreensão do pensamento. Depende da existência de auditórios concretos particulares, uma vez que o orador só conseguirá alcançar o auditório universal se negar as oposições presentes nos auditórios.

Por isso mesmo pode dizer-se que a noção de auditório é dinâmica e que consiste num processo de negação, uma vez que os auditórios se julgam e negam a eles próprios. Isto é, são os

“[...] auditórios concretos particulares que podem fazer valer uma concepção do auditório universal que lhes é própria; mas, em contrapartida, é o auditório universal não definido que é invocado para julgar da concepção do auditório universal próprio a um dado auditório concreto, para examinar, simultaneamente, a maneira como foi composto, quais os indivíduos que, de acordo com o critério adoptado, dele fazem parte e qual é a legitimidade desse critério” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.44).

Assim, para confrontar um auditório particular, deve recorrer-se a um auditório universal não definido que se tornará, também ele, particular pela universalização de um mais superior. Assim está-se perante um processo continuado e dinâmico, pois quando se chega a uma universalidade, surge sempre outra universalidade.

O ideal de auditório universal é um processo de construção e imaginação, constituído “[...] por cada um a partir do que sabe dos seus semelhantes, de maneira a transcender o punhado de oposições de que tem consciência” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.41). É a “imagem que o orador forma” a partir da negação daquilo que existe e do que ele conhece e considera como “real, verdadeiro e objectivamente válido” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.42). Por isso mesmo pode dizer-se que a noção de auditório universal é um processo de construção de algo que não está presente e do qual ninguém pode ser excluído, uma vez que se trata de uma

“[...] universalidade e unanimidade que orador imagina, do acordo de um auditório que deveria ser universal, não podendo os que nele não participam, por razões legítimas, deixar de ser tomados em consideração” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.40).

Para o auditório universal, aquele que permite a compreensão do pensamento, a adesão racional é alcançada através da argumentação convincente. A convicção é o meio

através do qual o orador se propõe a obter a adesão de todos os seres dotados de razão, na medida em que os deve convencer do

“[...] carácter compulsivo das razões fornecidas, da evidência delas, da sua validade intemporal e absoluta, independentemente de contingências locais ou históricas” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.40).

Convencer baseia-se, assim, em boas razões, ponderação e conhecimento, estando, por isso, associado à esfera da razão.

Por outro lado, se o resultado a alcançar é o principal objectivo do orador, então será dedicada maior importância à persuasão do que à convicção (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006). Persuadir trata-se de um convencimento meramente manipulador e associa-se a paixão, multidão e movimentos espontâneos.

Pode, por isso, associar-se a persuasão à efectividade e a convicção à racionalidade, estabelecendo, assim, a divisão entre a esfera efectiva/não racional e a esfera da razão.

Por esta razão, a argumentação persuasiva é aquela que só pretende ser válida junto de auditórios particulares, enquanto a argumentação convincente se destina a obter a adesão de todos os seres dotados de razão.

Contudo, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006), a gradação entre a convicção e a persuasão e, conseqüentemente, entre a razão e a emoção é bastante delicada e imprecisa, uma vez que, é fundada numa divisão meramente metodológica dentro da argumentação. Enquanto se consegue delinear com alguma facilidade a distinção entre inteligência e vontade e entre racionalidade e irracionalidade, o mesmo não sucede quando se faz referência a auditórios. E esta incerteza ao nível da distinção é “[...] tanto [maior] quanto a representação que o orador constrói dos auditórios é o resultado de um esforço sempre susceptível de ser recommçado” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.38).

Conclui-se assim que é

“[...] a natureza do auditório a que os argumentos podem ser submetidos com sucesso que determina em grande medida tanto o aspecto que as argumentações tomarão como o carácter, o alcance, que lhes será atribuído” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.38).

No entanto, apesar de analisado a conceito de auditório universal, interessa ainda compreender a noção de auditório particular proposta por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2006), de forma a estabelecer a relação entre estes grupos particulares e os valores, enquanto objecto de acordo relativo ao preferível.

3.1. Auditório Particular

Como referido, para que a argumentação ocorra, é necessário primeiro que os intervenientes estabeleçam uma comunicação entre eles. E, ao verificar-se a existência de diálogo e discussão, então é natural que surjam conflitos de opinião entre as partes envolvidas. E, ao surgirem estes conflitos, o alcance da adesão dos espíritos torna-se, como se viu, fundamental para dirimir a oposição.

No entanto, para que o processo cesse, é necessário que os intervenientes façam uma escolha: ou se assume o fim da argumentação (renunciando ou interrompendo o processo argumentativo) ou se toma uma decisão, que levará à acção.

Mas como é que uma parte tem capacidade para escolher uma opção e não outra? Como referido, tendo como ponto de partida uma preferência. E as preferências são indissociáveis dos valores.

Percebe-se assim que uma tomada de decisão está dependente da existência de valores e que por isso, qualquer acção exige uma referência a este tipo de objecto de acordo. É através deles que se consegue analisar o que nos rodeia e guiar as nossas escolhas.

Hofstede afirma que “os valores são as preferências gerais utilizadas para a escolha de um estado de coisas em vez de outro” (Hofstede, 1985 em Neto, 2010, p.29). Como tal, podem ser compreendidos como

“[...] a apreciação de algo, a nossa interpretação, o valor que damos a algo. São um conjunto de regras às quais estamos ligados, que partilhamos com determinadas pessoas e que influenciam o nosso *background*, a forma como interpretamos o mundo e como agimos” (Neto, 2010, p.30).

Exactamente por isso, dizem respeito a uma realidade que não é dada nem universal. Dizem antes respeito a um ponto de vista específico e determinado, possível de alcançar apenas através do auditório particular. Percebe-se então porque é que os valores,

enquanto objecto de acordo relativo ao preferível, estão associados a grupos particulares.

4. Exaltação do Valor no Género Epidíctico

O auditório particular representa um espaço partilhado, onde os valores são definidos, específicos e determinados. E, como se verificou, esta comunidade é reforçada através dos valores exaltados pelo género epidíctico.

No entanto, e ao contrário dos géneros deliberativo e judicial, como o género epidíctico não diz respeito a uma acção imediata e não exige uma escolha, o valor é celebrado em separado da acção. E como? Sendo exaltado como objecto do discurso.

Como se viu, foi este facto que levou alguns autores a desconsiderarem o género epidíctico, pois, como não se destinava a uma acção imediata, parecia exaltar os valores de uma forma estética. No entanto, também se verificou que o sucesso da argumentação não deve ser avaliado apenas pelo assentimento a uma tese ou pela tomada de decisão. É necessário ter em conta todos os sacrifícios ultrapassados e as escolhas realizadas até à concretização da acção. E a justificação para estes sacrifícios e escolhas tem a sua base na criação e actualização da pré-disposição, ao longo do intervalo de tempo. Como? Através do valor exaltado pelo género epidíctico.

Assim, ao identificar-se a importância que, de facto, o género epidíctico tem para a argumentação, é possível recuperar o seu carácter sério, que, como se viu, pode ser efectivamente associado ao divertimento, ao espectáculo e ao entretenimento. Ou seja, torna-se então possível aproximar o género epidíctico ao discurso cerimonial, ao espectáculo e ao entretenimento, na medida em que poderão ser considerados um meio para a criação de uma pré-disposição no auditório. Sendo que, como referido, é exactamente nesta pré-disposição que reside o carácter sério do género epidíctico, uma vez que se associa aos obstáculos e às dificuldades que são necessárias superar até à tomada de decisão.

Neste sentido, percebe-se que é através do género epidíctico que se consegue celebrar o acordo pré-existente em torno do próprio valor. E este valor, apesar de não ter referência para o futuro, porque é exaltado no presente, tem a capacidade de consolidar a disposição para a acção futura.

Assim, como o valor não implica uma escolha ou decisão imediata, é certo que não existirão conflitos entre os membros do grupo. Torna-se então possível supor esse valor como sendo comum a todo o grupo. E, desta forma, ao celebrar o acordo prévio em torno desse valor, é possível fomentar um espaço de partilha pré-existente e reforçar a identidade comum ao grupo – do qual o orador também faz parte, uma vez que

“[...] já não é a própria causa nem o próprio ponto de vista que se defendem, mas sim o de todo o auditório” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.61).

Mas como se decide quem toma a palavra em nome deste grupo? E quando a toma?

É fundamental que o orador do género epidíctico tenha qualidades específicas que o permitam obter a palavra e conseguir apelar aos valores comuns. É igualmente pertinente que possua um prestígio reconhecido, uma vez que

“[...] mais do que em qualquer outro género oratório, [no epidíctico] é preciso, para não ser ridículo, ter títulos que justifiquem que se tome a palavra e não ser inábil no uso desta” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.61).

4.1. Ocasião do Género Epidíctico

É fundamental que o orador do género epidíctico tenha a capacidade de envolver o auditório, de forma a reforçar uma comunidade pré-existente e garantir a união e integração daqueles com quem comunica.

Mas o que significa ao certo integração? Maurice Duverger define o conceito como

“[...] o processo de unificação de uma sociedade, [cujo objectivo é] fazer dela uma cidade harmoniosa, assente numa ordem sentida como tal pelos seus membros” (Duverger, 1964, p.227).

A integração acarreta dois aspectos fundamentais: ao unificar a sociedade, é possível terminar com os antagonismos e lutas existentes; no entanto, para que a sociedade esteja verdadeiramente integrada, é necessário que os indivíduos se sintam unidos e não isolados. Por isso mesmo, pode dizer-se que para existir integração, além de suprimir os antagonismos, é necessário desenvolver solidariedades¹⁴.

¹⁴ Entende-se por solidariedades, o que “[...] resulta da própria estrutura da vida comunitária, em que cada um necessita dos outros, num tecido de intercâmbios entrecruzados” (Duverger, 1964, p.237).

Ao desenvolver-se solidariedades, é possível criar e instalar uma harmonia na sociedade, pondo assim fim aos antagonismos existentes. E a integração e o fim dos antagonismos (independentemente do seu valor/dimensão para a sociedade), por norma, estão inerentes ao conceito de compromisso. Este compromisso associa-se à noção de acordo referido anteriormente, em que todos os lados ajustam os seus interesses, cedendo de uma forma ou de outra, com o objectivo de pôr termo à existência da divergência, obtendo assim o bem comum.

E o alcance deste compromisso e do bem comum pode resultar muitas vezes em situações de celebração, em que

“[...] através de comemorações locais, regionais ou nacionais e do culto recente do património procura-se reconstruir identidades feridas, ou recriar outras em alternativa, e refazer solidariedades em torno de objectos do passado comum que assumem um valor simbólico e se tornam, por isso, um lugar de encontro das pessoas” (João, 2003, p.12).

E é neste lugar de encontro das pessoas que o orador do género epidíctico encontra a melhor ocasião para discursar. Algumas das ocasiões mais conhecidas do género epidíctico são os elogios fúnebres ou os elogios a personalidades. Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca afirmam que

“Toda a sociedade que se agarra aos seus valores próprios não pode portanto deixar de favorecer as ocasiões que permitem que os discursos epidícticos se reproduzam a um ritmo regular: cerimónias comemorando factos interessantes para o país, cerimónias religiosas, elogios dos desaparecidos e outras manifestações que servem a comunhão dos espíritos (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.64).

Por isso, os géneros epidícticos ocorrem, em grande medida, em situações de comemoração e comunhão dos espíritos e, por sua vez, a festa é a materialização dessa comemoração.

Pode encarar-se a festa como estando associada ao “momento em que se vive o mito, o sonho”, onde se dá conta da “ruptura na obrigação do trabalho, da libertação das limitações e das sujeições da condição do homem” (Caillois, 1950, p.123).

A festa surge como o “fenómeno total que manifesta a glória da colectividade e a retempera no seu ser” (Caillois, 1950, p.123). Tem o objectivo de “estabelecer correspondências de um tempo afastado com o tempo presente” (Ozouf, 1987, p.281),

uma vez que é fundamental que aqueles que não viveram o momento, o sintam retratado. É um fenómeno comum a

“[...] todas as sociedades contemporâneas que se vivem como histórias e que procuram na celebração dos grandes acontecimentos e figuras do passado a certeza de uma continuidade, a par dos consensos e da unidade necessária para enfrentar o futuro” (João, 2003, p.11).

Por isso mesmo, é fundamental que a festa seja encarada como uma “empresa de rectificação”, pois “procura reviver por sua própria conta uma história remodelada, reajustada [e] reprimida” (Ozouf, 1987, p.297).

Neste sentido é à festa que se deve a existência de uma “colectividade celebrante, [de] unanimidade, independência relativamente aos indivíduos [e] coesão” (Ozouf, 1987, p.286), ou seja, é a ela que se deve a conservação da sociedade, uma vez que permite reforçar a vida colectiva, o ajuntamento das multidões e o seu esforço (Cf. Caillois, 1950).

A festa também se caracteriza por

“[...] inaugurar um período de forte socialização, de fusão integral dos instrumentos, dos recursos, das forças; rompe com o tempo durante o qual os indivíduos se atarefam cada qual de sua banda numa quantidade de domínios diferentes” (Caillois, 1950, p.164).

Como tal, trata-se de um fenómeno que tem a capacidade de purificar e renovar a sociedade, abrindo espaço para que, nas sociedades hierarquizadas, por exemplo, as diferentes classes sociais se aproximem, contribuindo para o desenvolvimento de solidariedades. Desta forma, a festa permite transmitir à sociedade um elo de ligação para que esta se mantenha integrada e para que os

“[...] indivíduos que a compõem [não fiquem] justapostos uns ao lado dos outros, como uma multidão em que cada um está isolado dos seus vizinhos” (Duverger, 1964, p.227).

A festa assume assim a função de regenerar o mundo real (Cf. Caillois, 1950), mantendo a harmonia na sociedade e reforçando a comunhão dos indivíduos, o que, por sua vez, transmite uma ideia de união e fomenta o espaço de partilha pré-existente.

E a importância da festa e da comemoração reside exactamente aqui: ao festejar o acordo em torno do valor assumido como sendo comum a todo o grupo, é possível fomentar o espaço de partilha já existente e reforçar a identidade do grupo, o que dará origem à integração de todos os indivíduos que o constituem.

Verifica-se assim que, à semelhança do género epidíctico, também na festa e na comemoração, os valores alcançam um papel fundamental, pois continuam a ser a base da comunicação entre o orador e o auditório. Os valores percebidos como importantes para o grupo ou sociedade vão afectar as atitudes e comportamentos dos seus membros.

4.2. Orador do Género Epidíctico

Mas, das pessoas envolvidas, quem pode tomar a palavra em nome do grupo? É fundamental que o representante do grupo – o orador - tenha capacidades reconhecidas, ou como Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam, “títulos que justifiquem que se tome a palavra” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.61), permitindo-lhe apelar aos valores comuns e concedendo-lhe, por consequência, um estatuto de prestígio reconhecido.

Ao analisar-se a forma como Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) caracterizam o orador de um género epidíctico, é possível fazer-se a associação ao conceito de carisma abordado à luz da legitimidade do poder, de Max Weber (2000; 2007). Para Weber, carisma é

“[...] uma propriedade do comportamento e personalidade que é considerada por aqueles que a ela reagem como uma manifestação de um dote ou possessão de algum poder divino” (Shills, 1992, p.394).

Weber (2000; 2007) defende a existência de três tipos ideais de poder *puros*: o tradicional, o legal e o carismático. É possível designá-los de ideais, uma vez que “[...] os tipos puros raramente se encontram, na realidade” (Weber, 2000, p.19), ou seja, nenhum destes tipos de autoridade legítima é passível de ser encontrada numa forma pura (Cf. Shills, 1992).

Para o autor, o poder tradicional surge em virtude dos “poderes senhoriais, desde sempre presentes” (Weber, 2007, p.4). O seu tipo mais puro é a dominação patriarcal, o conteúdo das ordens tem como base a tradição e as relações são reguladas pela fidelidade pessoal dos servidores. O poder centra-se no “senhor”, cujo corpo

administrativo são os “servidores” e os que lhe obedecem são os “súbditos” (Weber, 2007, p.4). A sua eleição consiste em

“[...] dependentes pessoais (elementos ou funcionários domésticos) ou em parentes ou amigos (favoritos) ou naqueles que estão obrigados pelo vínculo pessoal de fidelidade (vassalos, príncipes tributários)” (Weber, 2007, p.5).

Já o poder legal resulta do estatuto e o seu tipo mais puro é o poder burocrático. Para Weber, este tipo de poder consiste na “ideia fundamental [de] que, através de um estatuto arbitrário formalmente correcto, se podia criar qualquer direito e alterar opcionalmente o existente” (Weber, 2007, p.2). Por isso, a obediência não se deve à pessoa, como resultado do seu direito próprio, mas da regra estatutária que define a quem e enquanto se deve obedecer. Da mesma forma, esta obediência é gradual e hierarquizada, ou seja, os inferiores devem submeter-se aos seus superiores (Cf. Weber, 2007).

Em relação ao poder carismático, este surge mediante a “dedicação afectiva à pessoa do senhor e aos seus dons gratuitos (carisma)” (Weber, 2007, p.9). De acordo com Max Weber,

“A qualidade carismática pode ser atribuída a profetas reformadores religiosos, a líderes políticos dominantes, a heróis militares audaciosos e a sábios que através do exemplo e de mandamentos mostram aos seus discípulos um modo de vida” (Shills, 1992, p.220).

O poder centra-se no chefe e o que lhe obedece, pelas suas qualidades pessoais e não pela posição estatutária ou pela dignidade tradicional, é o “discípulo” (Cf. Weber, 2007). Para o autor, este poder resulta da dedicação daqueles que obedecem ao “carisma exclusivamente pessoal do líder” (Weber, 2007, p.9) porque, acima de tudo, acreditam nele e nas suas qualidades. Por isso mesmo, este poder está dependente da demonstração de carisma por parte do líder, uma vez que a dedicação se mantém apenas enquanto as suas qualidades forem evidentes e reconhecidas.

Mas, no género epidíctico, como aquilo que o orador vai dizer

“[...] não suscita controvérsia, não envolve nunca um interesse prático imediato, como não se trata de defender ou de atacar, mas sim de promover valores que são objecto de uma comunhão social, o orador, se bem que tenha a certeza antecipada da boa vontade do seu auditório deve, no entanto, possuir um prestígio reconhecido” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.61).

E, relacionando esta ideia de prestígio reconhecido de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) com os três tipos de poder enunciados por Max Weber (2000; 2007), percebe-se que o género epidíctico tornar-se-á mais forte, isto é, será mais eficaz no cumprimento do seu objectivo quando o orador conseguir reunir, nesta ocasião, os três tipos de poder.

Isto é, na ocasião do género epidíctico, o orador estará em condições de reunir o poder tradicional - na medida em que a ocasião do discurso se assemelha a um ritual, cuja repetição permite reforçar a comunhão social; o poder legal - uma vez que existe um conjunto de regras definidas para quem toma a palavra; e o poder carismático - na medida em que o auditório deverá reconhecer as qualidades pessoais do orador.

E, nesta ocasião, ao ser-lhe reconhecida representatividade por parte do auditório, o orador possuirá maior capacidade para envolver o grupo, de forma a reforçar, assim, a comunhão em torno dos valores exaltados. E esta representatividade “[...] dá à pessoa do representante uma dignidade própria, porque o representante de um valor elevado não pode não ter valor” (Schmitt, 1998, p.35).

Como tal, o homem representativo é aquele cujas acções vão ao encontro das convicções dos representados, porque “[...] já não é a própria causa nem o próprio ponto de vista que se defendem, mas sim o de todo o auditório” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.61).

A representação é assim considerada como “[...] an acting for others, an activity in behalf of, in the interest of, as the agent of, someone else” (Pitkin, 1972, p.113).

Por isso mesmo, o homem representativo deverá assumir a capacidade de celebrar o acordo pré-existente em torno dos valores que são já objecto de comunhão social e, por isso, “[...] aquilo que vai dizer não suscita controvérsia, [porque] não envolve nunca um interesse prático imediato, [e] não se trata de defender ou atacar” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.61).

No entanto, como referido, para que o indivíduo consiga alcançar este estatuto de representante é necessário que possua um prestígio reconhecido que lhe permita obter a palavra e acima de tudo fomentar a comunhão em torno dos valores comuns ao grupo que representa.

Analisando o objectivo a que este trabalho se propõe, a figura que actualmente, e no contexto político, representa o todo é a do Presidente da República, na medida em que é o Presidente de todos os portugueses. E, sendo uma figura com representatividade reconhecida por todos, assume então o estatuto de representante do todo, obtendo e dirigindo assim a palavra aos portugueses e apelando aos valores comuns de Portugal. Por estas razões, a figura do Presidente da República assume muitas vezes a função de orador de discursos epidícticos e esse é o papel que se pretende evidenciar neste trabalho, através da análise dos discursos do dia 10 de Junho.

Capítulo III: Comunicação Pública

Na medida em que se pretende analisar a comunicação da Presidência da República, cumpre em primeiro lugar definir o conceito de Comunicação Política.

Brian McNair (2003) defende que

“[...] the term has proved to be notoriously difficult to define with any precision, simply because both components of the phrase are themselves open to a variety of definitions, more or less broad” (McNair, 2003, p.3).

No entanto, Perloff (1997) afirma que Comunicação Política pode ser definida como um processo “[...] by which a nation’s leadership, media, and citizenry exchange and confer meaning upon messages that relate to the conduct of public policy” (Perloff, 1997, p.8).

Entende-se assim que a Comunicação Política é um processo dinâmico e complexo que envolve uma grande variedade de *stakeholders* (Cf. Perloff, 1997). É necessário ter em conta os agentes políticos, os candidatos, líderes de opinião, meios de comunicação social, *lobbyists*, empresas, a opinião pública, entre outros. Por isso, uma “[...] buena comunicación política es un esfuerzo directivo complejo que implica a muchas personas y que constituye una empresa en sí mismo” (Xifra, 2008, p.394).

Muitas vezes, o conceito de Comunicação Política é associado apenas ao período de campanhas eleitorais, enquanto objecto de persuasão do público. Contudo, aprofundando a ideia de Comunicação Política, entende-se que pode também dizer respeito à comunicação que visa informar o público, durante os períodos não eleitorais. É esta última perspectiva que se pretende aprofundar neste trabalho, desenvolvendo o conceito de Campanhas de Comunicação Pública, enquanto estratégias de comunicação desenvolvidas pelos profissionais de Relações Públicas para informar o público.

O conceito de “público”, enquanto comunicação ou assunto público, é, na maioria das vezes, utilizado para designar questões que afectam e dizem respeito a todos (Cf. Tench e Yeomans, 2009).

Como referido, para comunicar estes assuntos e informar o público, as organizações do sector público implementam Campanhas de Comunicação que podem ser designadas de

Campanhas de Informação Pública ou Campanhas de Comunicação Pública (Cf. Tench e Yeomans, 2009). Apesar de serem conceitos que surgem muitas vezes associados, neste trabalho, referenciar-se-á apenas o conceito de Campanha de Comunicação Pública.

As Campanhas de Comunicação Pública podem ser definidas como

“Purposive attempts to inform, persuade, or motivate behavior changes in a relatively well-defined and large audience, generally for noncommercial benefits to the individual and/or society, typically within a given time period, by means of organized communication activities involving mass media and often complemented by interpersonal support” (Tench e Yeomans, 2009, p.578).

Consistem numa das áreas de actuação das Relações Públicas e visam, em grande medida, provocar a mudança, seja ao nível dos conhecimentos e crenças, como dos comportamentos dos públicos (Cf. Dozier, L. A. Grunig e J. E. Grunig, 2001), fazendo-os assim reflectir e incentivando-os a agir em prol do seu próprio bem-estar ou do bem comum (Cf. Tench e Yeomans, 2009).

Neste nível surgem as campanhas de *Public Will*, que visam suscitar a atenção dos públicos em relação a determinadas questões sociais, de forma a consciencializá-los para estes assuntos e, simultaneamente, aumentar o seu nível de conhecimento sobre eles (Cf. Tench e Yeomans, 2009). Um exemplo deste tipo de campanhas é o *Holocaust Memorial Day*, organizado todos os anos na Grã-Bretanha, com o objectivo de consciencializar e aumentar a literacia em torno do Holocausto, ao mesmo tempo que, através do discurso de celebração do dia, visa fomentar a inclusão social e a união da comunidade.

A Comunicação Pública é bastante ampla e abrange estratégias de comunicação desenvolvidas tanto em organizações com fins lucrativos, organizações sem fins lucrativos ou entidades públicas (Cf. Dozier, L. A. Grunig, e J. E. Grunig, 2001; Costa, 2006). Neste trabalho, uma vez que se procura estudar a Comunicação da Presidência da República, entender-se-á as Campanhas de Comunicação Pública, enquanto Comunicação das Instituições Públicas e não enquanto Comunicação no Interesse Público.

1. Comunicação das Instituições Públicas

É possível entender-se a Comunicação das Instituições Públicas como uma “[...] comunicação formal que diz respeito à troca e à partilha de informações de utilidade pública, assim como à manutenção do todo social” (Zémor, 1995 em Costa, 2006).

Em entrevista a Fraser Seitel (1987), Robert K. Gray afirma que, ao nível dos Órgãos de Soberania, as Relações Públicas surgem como “Public Communications” e representam

“[...] the craft of presenting a case for a position in such a way as to influence the outcome of vital decisions and to shape the views of the many ‘public’ who will help determine the decision. [...] The central concept is communicating the right message to the people where and when it will do most good” (Seitel, 1987, p.390).

Mas quando se trata de Comunicação das Instituições Públicas, além de ser importante ter em conta como se comunica e onde se comunica, é fundamental que se tenha em atenção quem comunica e qual a legitimidade para o fazer. E ao nível das Instituições Públicas, a Presidência da República, na figura do Presidente da República, surge como a entidade com maior legitimidade para comunicar, uma vez que representa “[...] the symbolic embodiment of the nation” (Charles Euchner em Perloff, 1997, p.105).

Assim, os discursos presidenciais apresentam-se como uma das formas mais eficazes para a Comunicação Pública, uma vez que, além de transmitir a informação, procuram o fomento da comunhão dos públicos em torno dessa informação (Cf. Perloff, 1997). E esta é a razão porque as Instituições Públicas deveriam apostar cada vez mais na Retórica, enquanto elemento fundamental para a formulação de discursos presidenciais.

Enquanto representante da nação, o que está aqui em causa não é a decisão do Presidente da República em relação a uma campanha, mas sim a capacidade de, através do discurso, conseguir influenciar as crenças e alterar as atitudes dos públicos perante essa informação (Cf. Perloff, 1997).

Esta capacidade de influência, que resulta do prestígio associado ao cargo que ocupa, permite que o Presidente da República, enquanto representante do todo, tenha as competências reunidas para fomentar a comunhão do grupo em torno de valores pré-existentes. E é esta capacidade de manutenção do todo que se pretende evidenciar neste trabalho.

1.1. O Presidente da República

De acordo com a Constituição da República Portuguesa,

“O Presidente da República representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas.”¹⁵

Com efeito, ao Presidente da República compete garantir a unidade do Estado, a independência nacional e o regular funcionamento das instituições democráticas. Por isso, as funções do Presidente da República estão intrinsecamente associadas à minimização dos conflitos e das lutas existentes no contexto político do grupo, no qual assume o estatuto de representante.

E ao falar-se dos conflitos existentes no contexto político, é inevitável que se referencie os partidos políticos e o seu direito de oposição, até porque é exactamente aqui que a função do Presidente da República, que diz respeito ao regular funcionamento das instituições democráticas, adquire maior sentido.

Assim, ao reconhecer-se “[...] às minorias o direito de oposição democrática, nos termos da Constituição e da lei”¹⁶, está, simultaneamente, a assumir-se a existência de vários partidos políticos que originam, de forma inevitável, uma pluralidade e um conflito partidário.

Além disso, esta pluralidade partidária é igualmente inevitável, na medida em que a Constituição atribui às associações e aos partidos políticos o “[...] direito de [...] concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e [para] a organização do poder político”¹⁷. Desta forma, percebe-se que, “ao concorrer democraticamente” para o alcance de um objectivo, o que está aqui em causa, enquanto oposição, é o recurso ao discurso deliberativo.

¹⁵ Artigo 120º do Capítulo I, do Título II, da Parte III da Constituição da República Portuguesa (Sétima revisão constitucional - 2005).

¹⁶ Artigo 114º do Título I, da Parte III da Constituição da República Portuguesa (Sétima revisão constitucional - 2005).

¹⁷ Artigo 51º do Capítulo II, do Título II, da Parte I da Constituição da República Portuguesa (Sétima revisão constitucional - 2005).

Por isso, face à pluralidade partidária e aos conflitos inerentes à existência da oposição, compete ao Presidente da República, enquanto representante do todo, garantir a minimização desses conflitos, assegurando a integração, o desenvolvimento de solidariedades e o fomento da união do grupo. E como? Através do género epidíctico e da celebração de um valor relativo à unidade do Estado e da nação.

Percebe-se, então que este valor assume especial importância na medida em que é exaltado, tendo como *background* a existência de um conflito que surge ao nível do debate político e como resultado da pluralidade partidária existente. E, desta forma, torna-se possível perceber que a função de garantir a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas dirige-se, acima de tudo, à celebração do valor da comunhão do Estado e da nação, aumentando a intensidade da adesão a esse valor, face a outros, criando, assim, uma orientação para que, no momento oportuno, e mesmo perante os conflitos que possam existir no debate político, a decisão tomada tenha em linha de conta a continuidade do grupo.

Perante isto, o Presidente da República, enquanto Chefe de Estado e representante do todo, tem o dever de, de acordo com os termos do juramento realizado na sua tomada de posse perante a Assembleia da República, “[...] desempenhar fielmente as funções em que [fica] investido e defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa.”¹⁸

Sendo eleito numa lista uninominal, através dos votos dos cidadãos portugueses recenseados no território nacional, recebe assim a legitimidade democrática que lhe explica os “[...] poderes formais e informais que a Constituição lhe reconhece, explícita ou implicitamente, e que os vários Presidentes da República têm utilizado” (Presidência da República Portuguesa, [s.d.]).

No relacionamento com os outros órgãos de soberania, compete ao Presidente da República nomear o Primeiro-Ministro, de acordo com os resultados eleitorais, e depois de ouvir todos os partidos com representação na Assembleia da República. De seguida é seu dever nomear ou exonerar os restantes membros do Governo, propostos pelo Primeiro-Ministro (Cf. Presidência da República Portuguesa, [s.d.]).

¹⁸ Artigo 127º do Capítulo I, do Título II, da Parte III da Constituição da República Portuguesa (Sétima revisão constitucional - 2005).

No que toca às relações com a Assembleia da República, o Chefe de Estado pode “[...] dirigir-lhe mensagens, chamando-lhe assim a atenção para qualquer assunto que reclame, no seu entender, uma intervenção do Parlamento” (Presidência da República Portuguesa, [s.d.]). O Presidente da República tem ainda o poder de convocar extraordinariamente ou de dissolver a Assembleia da República.

Outra das competências do Chefe de Estado diz respeito à fiscalização política da actividade legislativa de todos os órgãos de soberania. Não lhe compete legislar, mas tem o poder de promulgar e assinar todas as leis da Assembleia da República, Decretos-Leis ou Decretos Regulamentares do Governo (Cf. Presidência da República Portuguesa, [s.d.]).

Enquanto Comandante Supremo das Forças Armadas, ao Presidente da República compete presidir o Conselho Superior de Defesa Nacional, assegurar a fidelidade das Forças Armadas à Constituição e a todas as instituições democráticas, nomear e exonerar, de acordo com a proposta do Governo, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e os Chefes de Estado-Maior dos três ramos das Forças Armadas. É ainda seu dever declarar a guerra e, quando declarada, assumir a sua direcção superior juntamente com o Governo; tem ainda a função de declarar o estado de sítio ou o estado de emergência, depois de ouvir o Governo e receber a autorização da Assembleia da República (Cf. Presidência da República Portuguesa, [s.d.]).

Como representante máximo da República Portuguesa, compete ao Chefe de Estado gerir as relações internacionais e, para além da declaração de guerra ou de paz, tem a responsabilidade de nomear os embaixadores e enviados extraordinários, de acordo com a proposta do Governo, e aprovar os tratados internacionais, bem como assinar os acordos assumidos com as outras nações (Cf. Presidência da República Portuguesa, [s.d.]).

Assumindo a responsabilidade da unidade do Estado, e ao nível das regiões autónomas, o Presidente da República pode nomear ou exonerar os seus Representantes da República, depois de consultar o Governo, e dissolver as suas Assembleias Legislativas, após ouvir o Conselho de Estado e os partidos nelas representados (Cf. Presidência da República Portuguesa, [s.d.]).

Como Chefe do Estado compete-lhe ainda indultar e comutar penas, de acordo com o Governo, atribuir condecorações e assumir a função de grão-mestre das ordens honoríficas portuguesas. Compete-lhe também ainda agendar o dia das eleições para os órgãos de soberania, para as Assembleias Legislativas das regiões autónomas e para o Parlamento Europeu (Cf. Presidência da República Portuguesa, [s.d.]).

Percebe-se assim que a função do Presidente da República é mais moderadora do que interventiva. Sendo uma figura legitimada pelos portugueses para representar o todo e garantir a unidade do Estado, compete-lhe então, e acima de tudo, salvaguardar o bem de todos, através da garantia do fim dos antagonismos existentes. E como? Fazendo, como referido, “[...] uso político particularmente intenso dos atributos simbólicos do seu cargo e dos importantes poderes informais que detém” (Presidência da República Portuguesa, [s.d.]). E em que ocasiões? Em todas as

“[...] cerimónias em que está presente, ou os discursos, as comunicações ao País, as deslocações em Portugal e ao estrangeiro, as entrevistas, as audiências ou os contactos com a população, tudo são oportunidades políticas de extraordinário alcance para mobilizar o País e os cidadãos” (Presidência da República Portuguesa, [s.d.]).

Entende-se, desta forma, que as cerimónias têm o grande objectivo de afirmar a identidade e singularidade de Portugal, seja a nível interno como externo (Cf. João, 2003). De um ponto de vista interno “[...] as comemorações procuram unir os cidadãos em torno de imagens, símbolos, referências e valores susceptíveis de contribuir para a unidade e coesão nacional” (João, 2003, p.13). Do ponto de vista externo permitem “[...] projectar imagens que singularizam e identificam o país, que lhe conferem visibilidade e um estatuto de prestígio” (João, 2003, p.14).

Desta forma é compreensível que a comemoração, enquanto cerimónia, se torne a ocasião privilegiada pelo Presidente da República para desempenhar a função que garante a união do Estado. Isto possibilita que se analise todas as celebrações cíclicas em que o Chefe de Estado marca presença, como ocasiões em que o principal objectivo é o fomento da comunhão em torno dos valores pré-existentes, o reforço do espaço de partilha e da identidade do todo. Por sua vez, sendo eleito democraticamente por todos os portugueses e possuindo o prestígio reconhecido por estes, o Presidente da República reúne assim, como se viu, as condições que lhe permitem assumir a função de representante do todo.

Estas cerimónias, de forma a reforçar a comunhão do todo, reúnem, no mesmo espaço e período temporal, os três símbolos da nação portuguesa: o Chefe de Estado, a Bandeira Nacional¹⁹ e o Hino Nacional²⁰.

De acordo com o Decreto-Lei nº 150/87, de 30 de Março, a Bandeira Nacional deve ser hasteada “[...] aos domingos e feriados, bem como nos dias em que se realizem cerimónias oficiais ou outros actos ou sessões solenes de carácter público.”²¹ Por sua vez, o Hino Nacional deve ser executado oficialmente em cerimónias civis ou militares, onde se homenageie a Pátria, a Bandeira Nacional ou o Presidente da República.

Apesar de estas cerimónias tomarem lugar diversas vezes, na impossibilidade de analisar todas as comemorações de âmbito nacional, optou-se por delimitar o estudo às comemorações do dia 10 de Junho, analisando os discursos proferidos nesta data pelos Presidentes eleitos democraticamente entre os anos de 1977 e 2006.

2. Dia 10 de Junho

O dia 10 de Junho representa uma das ocasiões mais importantes em que se realizam cerimónias oficiais e sessões solenes de carácter público. Estas sessões têm origem nos rituais cívicos preconizados no período do Vintismo, de forma a suscitar a adesão da população às novas ideias liberais (Cf. João, 2003). Estas manifestações, de carácter público, abrangiam um conjunto de acções como

“[...] o juramento das Bases e, em seguida, da própria Constituição, cortejos cívicos e alegóricos, paradas e desfiles militares, proclamações, discursos [ou] representações teatrais” (João, 2003, p.35).

E este ritual da festa foi herdado até aos dias de hoje e o dia 10 de Junho, comemorado como Festa de Portugal desde 1925, é um exemplo disso (Cf. João, 2003).

¹⁹ De acordo com o artigo 11º, nº 1 da Constituição da República Portuguesa (Sétima revisão constitucional - 2005), a Bandeira Nacional representa “[...] o símbolo da soberania da República, da independência, da unidade e integridade de Portugal [e] é a adoptada pela República instaurada pela Revolução de 5 de Outubro de 1910.”

²⁰ De acordo com o artigo 11º, nº 2 da Constituição da República Portuguesa (Sétima revisão constitucional - 2005), o Hino Nacional é A Portuguesa.

²¹ Decreto-Lei nº 150/87. D.R. I Série. 74(87-03-30) 1266.

O dia esteve desde sempre associado à data do falecimento de Camões – 10 de Junho de 1580 - estabelecida pelo visconde de Juromenha, após uma exaustiva investigação que realizou sobre a vida do poeta (Cf. João, 2003).

A data desde logo assumiu bastante importância e foi particularmente valorizada pelos republicanos. Na sua perspectiva, esta data não representava apenas o Dia de Camões e da nacionalidade portuguesa, mas também “[...] o processo de afirmação do ideário das forças republicanas e da sua organização” (João, 2003, p.126).

Como tal, logo 1911, e no decorrer dos trabalhos legislativos, foi decretada uma lei que permitia aos municípios e concelhos a possibilidade de escolherem uma data para a representação das suas festas tradicionais e municipais. E a vereação da Câmara Municipal de Lisboa decidiu celebrar o dia 10 de Junho como feriado municipal e integrado nas festas da cidade (Cf. João, 2003).

O dia passou então a ser comemorado num misto de festa cívica e de arraial popular. O ponto das cerimónias era o desfile do cortejo que partia do Terreiro do Paço com destino à Praça de Camões, passando antes pelo Largo do Município:

“As autoridades republicanas incorporavam-se nele, os funcionários públicos, os múltiplos clubes e associações republicanas, uma delegação da maçonaria portuguesa e muitas crianças das escolas. Geralmente, o Presidente da República assistia à passagem do cortejo das varandas do edifício da Câmara” (João, 2003, p.128).

No entanto, em 1913, o cortejo ficou marcado por uma manifestação de um grupo de operários que se tentou inserir no cortejo com uma bandeira negra e onde se podia ler “Pão e Trabalho” (Cf. João, 2003). Simultaneamente, rebentou um petardo que instalou a confusão junto das pessoas que assistiam ao cortejo. Estas situações resultaram em perseguições que originaram algumas detenções.

Por estas razões e pela instabilidade política interna e externa cada vez mais evidente, devido à aproximação da guerra, as comemorações do dia de Camões foram bastante mais modestas no ano seguinte:

“[...] o cortejo foi substituído pelas romagens particulares ao túmulo ou à estátua, com destaque para as agremiações republicanas e os estudantes da Academia de Lisboa” (João, 2003, p.129).

Só em 1916 é que o cortejo voltou a realizar-se em grandes dimensões, tendo sido promovido pela Junta Nacional de Propaganda Patriótica. Neste ano foi clara a tentativa de mobilização nacional e de fomento da unidade: Portugal havia recebido a declaração de guerra por parte da Alemanha e o envio das tropas portuguesas estava eminente (Cf. João, 2003).

Em 1917, o 10 de Junho foi comemorado pela República Portuguesa como o Dia dos Aliados, tendo sido dominado pelo tema da guerra. Nos anos seguintes as celebrações do dia consistiam apenas em iniciativas pontuais e em 1920, o jornal O Século decidiu relembrar o significado da data.

Em 1922, o mesmo jornal sugeriu que se criasse “uma semana de festas de Lisboa” (João, 2003, p.130), comemorando o Dia de Camões e o de Santo António. Contudo, como esta junção gerou alguma confusão junto da população, nos anos seguintes, o Dia de Camões foi novamente celebrado isoladamente e “com maior solenidade cívica” (João, 2003, p.130).

Em 1924 celebrava-se o quarto centenário do nascimento de Camões e por isso, apesar da difícil situação em que a República se encontrava, o dia 10 de Junho ficou marcado pela comemoração desta efeméride (Cf. João, 2003). Apenas em 1925 se declarou em decreto-lei o dia 10 de Junho como o dia da Festa de Portugal, embora, devido à grave situação económica e financeira do país, não se instituísse ainda o dia como feriado nacional (Cf. João, 2003).

Com o golpe de Estado a 28 de Maio de 1926, o dia manteve-se como o Dia da Festa de Portugal e as comemorações seguiam o mesmo ritual através de

“[...] salvas e embandeiramento dos edifícios públicos, iluminação dos estabelecimentos do Estado e dos navios de guerra, desfile e deposição de flores junto da estátua, conferências públicas e [...] a sessão solene com a presença dos representantes do poder” (João, 2003, p.133).

Ao longo dos anos do regime, o dia 10 de Junho foi celebrado de acordo com as tradições habituais, embora a amplitude das cerimónias e festejos não fosse igual em todos os anos. Em 1944, na inauguração do Estádio Nacional do Jamor, António de Oliveira Salazar, actual Chefe de Estado, denominou este dia como o Dia da Raça, em memória das vítimas da guerra colonial, que havia começado em 1961. Desta forma, e a

partir deste ano, o dia 10 de Junho ficou conhecido como o Dia de Camões, de Portugal e da Raça.

No entanto, apesar de ser visível que o Estado Novo não atribuía grande importância às celebrações do dia, uma vez que estavam ainda bastante associadas às tradições e memória do republicanismo (Cf. João, 2003), em 1952, o 10 de Junho foi instituído feriado nacional.

A partir de 1963, o feriado nacional assumiu maior importância e adquiriu uma conotação associada à homenagem às Forças Armadas e à exaltação da guerra e do poder colonial, através da atribuição de condecorações aos militares que se distinguiram em combate. O 10 de Junho assumia-se assim como

“[...] o dia em que a nação, representada pelos seus chefes supremos, reconhecia o heroísmo dos seus soldados e no qual se fazia o apelo à unidade dos portugueses e à continuação da luta e do sacrifício pela conservação do império” (João, 2003, p.138).

A partir de 1966, o Presidente da República passou a condecorar também no Dia de Portugal algumas individualidades civis que se haviam destacado na sociedade portuguesa. Desta forma, o dia

“[...] transformou-se no momento em que a nação consagrava as suas figuras de maior prestígio e enaltecia os valores militares, premiando com o reconhecimento os actos de bravura e heroísmo” (João, 2003, p.140).

Depois da Revolução de 1974, e não se revendo com a denominação de Dia de Camões, de Portugal e da Raça, a Terceira República Portuguesa, optou por nomear o 10 de Junho como Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. É com esta denominação que se comemora o dia desde 1978 até à actualidade.

Independentemente das diferentes conotações associadas à comemoração deste dia, próprias das várias situações políticas e ideológicas que o país ultrapassou, o dia 10 de Junho esteve sempre associado à comemoração da data da morte do poeta Luís de Camões. Esta associação deve-se ao facto de Camões ser considerado “o maior símbolo de Portugal – do Portugal da expansão” (João, 2003, p.28), estando assim o seu mito estritamente relacionado com a ideia do império português.

Por isso, as sessões solenes das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas são ainda hoje a ocasião ideal para reforçar a comunhão em torno dos valores comuns e fomentar a identidade daqueles que fazem parte da nação. E esta é a principal razão porque os discursos proferidos neste dia constituem o *corpus* de análise deste trabalho.

Desta forma, ao analisar os quatro discursos proferidos no dia 10 de Junho pelos vários Presidentes da República eleitos democraticamente após 1974, o objectivo é identificar, tendo como base os esquemas argumentativos propostos por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2006), quais as figuras argumentativas que predominam nos quatro discursos e perceber de que forma a sua utilização permite fornecer orientações gerais para deliberações futuras.

1. Metodologia

Na linha do quadro teórico apresentado, o objectivo deste trabalho consiste em identificar as figuras argumentativas predominantes nos quatro discursos em análise e perceber de que forma a sua utilização permite fornecer orientações gerais para deliberações futuras.

Para isso, o material de análise considerado é composto por quatro discursos presidenciais proferidos na Sessão Solene do dia 10 de Junho. De forma a aumentar a pertinência deste *corpus*, optou-se por seleccionar os primeiros discursos proferidos pelos Presidentes da República eleitos democraticamente após a Revolução de 1974 e que, por isso, exerceram funções no intervalo de tempo compreendido entre 1977 e 2006 (data do primeiro mandato do actual Presidente da República).

Após a selecção do *corpus* de análise, torna-se então pertinente a realização de uma leitura flutuante, ou seja, o estabelecimento do primeiro contacto com o material seleccionado para análise. E, com base nesta leitura flutuante será assim possível definir as hipóteses²² para este trabalho.

Neste sentido, para responder à questão de partida deste trabalho, estabeleceram-se as seguintes hipóteses:

- Os esquemas argumentativos são comuns aos quatro discursos em análise.
- Nos discursos em análise, as figuras da comunhão são as que predominam.
- A figura argumentativa comum aos quatro discursos em análise é a enálage do número de pessoas.
- Os quatro discursos em análise exaltam valores que visam a existência colectiva.
- Nos discursos em análise, os oradores apoiam-se nas figuras da comunhão, através da referência aos Descobrimentos e a Camões, bem como à coragem, empenho e determinação, de forma a fornecer orientações para deliberações futuras.

²² O conceito de hipótese é aqui entendido como uma explicação antecipada ou uma afirmação provisória, que se propõe confirmar ou infirmar ao longo da análise dos discursos (Cf. Bardin, 2000).

Para proceder à análise dos discursos e, assim, confirmar ou infirmar as hipóteses acima enunciadas e, conseqüentemente, responder à questão de partida deste trabalho, recorrer-se-á aos esquemas argumentativos propostos por Perelman e Olbrechts-Tyteca na sua obra *Tratado de Argumentação* (2006).

1.1 Esquemas Argumentativos

Desta forma, e de acordo com a contribuição teórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006), é possível identificar-se alguns aspectos fundamentais que o orador deverá ter em atenção na construção do discurso e que constituirão a base desta análise: a selecção dos dados, a escolha das qualificações, e a apresentação dos dados e a forma do discurso, ou seja, as técnicas utilizadas para aumentar a presença de determinados elementos na consciência do auditório, as formas verbais e as figuras argumentativas.

Com efeito, ao nível da selecção dos dados, Perelman e Olbrechts-Tyteca afirmam que o seu papel é

“[...] tão evidente que, quando alguém menciona factos, devemos sempre perguntar-nos o que estes podem servir para confirmar ou invalidar” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.130).

Desta forma, os dados que o orador selecciona, adquirem, por si, uma *presença*²³ que Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) consideram ser demasiado negligenciada, uma vez que, o facto de serem seleccionados e apresentados atribui-lhes de imediato uma importância fulcral no debate. Por isso, é necessário que o orador tenha em atenção que deverá tornar presentes, isto é, valorizar e exaltar os dados que estão já na consciência dos auditores ou recuperar o que está efectivamente ausente, com o objectivo de aumentar a adesão do auditório ao seu discurso.

E, uma vez que a argumentação é, acima de tudo selectiva, à semelhança da presença, também a ausência de determinados dados deve ser tida em conta pelo orador.

Mas, além da selecção dos dados, seria igualmente importante que se percebesse de que forma esses dados são interpretados e qual o significado que lhes é atribuído (Cf.

²³ A presença, factor essencial da argumentação, é “[...] um dado psicológico que, como mostra Piaget, exerce uma acção a partir do nível de percepção: aquando da confrontação de dois elementos, por exemplo padrão fixo e grandezas variáveis com as quais o comparamos, aquilo em que o olhar está centrado é, só por esse facto, sobrevalorizado” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.130).

Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006). Uma vez que a interpretação consiste numa escolha de entre vários modos de significação, quando ela surge entre significações que não são coerentes entre si, é provável que a interpretação se torne, assim, oposta aos seus dados. Exactamente por isso, pode dizer-se que muitas argumentações consistem nesse “jogo de interpretações inumeráveis”, uma vez que, a partir do momento em que uma das interpretações parece ser a mais adequada, torna-se a única presente à consciência, deixando as restantes para segundo plano. Percebe-se assim que, muitas vezes, a preocupação do orador consiste em conseguir tornar presentes determinadas interpretações, em detrimento de outras.

Mas como se garante que a interpretação dos dados é a que o orador pretende? Perelman e Olbrechts-Tyteca defendem que

“[...] já não se considera a incompreensão, o erro de interpretação, como um acidente evitável, mas sim como a própria condição da linguagem” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.138).

E essa condição da linguagem está intrinsecamente associada ao contexto em que a argumentação toma lugar – “é sempre o contexto [...] que atribui a uma palavra a sua função, e é somente pelo contexto que podemos descobrir o que ela realiza” (Richards, 1945 em Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.138).

Por isso, o orador apenas conseguiria ter total domínio sobre as interpretações dos dados se limitasse, de uma forma voluntária, o contexto em que a sua argumentação se insere. E este facto origina uma das limitações deste estudo, na medida em que não é possível perceber se a interpretação do auditório corresponde à intenção comunicativa do orador.

No entanto, além da organização e da significação que o orador atribui aos dados, é importante que se tenha em conta a forma como certos aspectos desses dados são evidenciados. O uso do epíteto, ou seja, a atribuição de uma qualidade ao objecto que está em evidência, representa uma das formas de manifestar esses aspectos. A sua utilização surge “[...] sem justificação porque se supõe que enuncia factos incontestáveis; [embora] a escolha desses factos [apareça] como tendenciosa” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.141).

Outra forma de evidenciar determinados aspectos dos dados consiste no uso da qualificação, ou seja, na “[...] inserção de um ser numa classe” (Perelman e Olbrechts-

Tyteca, 2006, p.141). Estas classes são caracterizadas por terem aspectos particulares comuns aos seus membros, e, acima de tudo, pela atitude desses membros face a essas particularidades, ou seja, à forma como as julgam e tratam.

O uso das qualificações não tem de estar associado apenas à utilização de uma noção já elaborada, como a expressão “o assassino” - pode ocorrer através do uso de conjunções de coordenação, como “e”, “ou”, ou “nem” (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006).

Mas, independentemente das suas formulações, uma vez que a qualificação está directamente relacionada com uma escolha, que por seu turno, deverá ir ao encontro do objectivo do orador, então, à semelhança do uso dos epítetos, também as qualificações estão associadas a um ponto de vista de carácter tendencioso.

Contudo, além da selecção dos dados, da sua interpretação e da escolha das qualificações, é igualmente fundamental que se tenha em conta a apresentação destes dados e o seu objectivo para a argumentação. Afinal, uma

“[...] apresentação eficaz, que impressiona a consciência dos auditores, é essencial não somente em toda a argumentação visando a acção imediata, mas também na que visa orientar o espírito de uma certa maneira, fazer prevalecer certos esquemas interpretativos, inserir os elementos de acordo num quadro que os torne significativos e que lhes confira o lugar que lhes cabe num dado conjunto” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.159).

Nesta análise procurar-se-á evidenciar, ao nível da forma do discurso, quais as técnicas que permitem ao orador prolongar a atenção do auditório e aumentar a presença de determinados elementos na consciência dos auditores.

Uma das formas mais comuns para o prolongamento da atenção consiste na acentuação de certos elementos, ou seja, na referência a premissas conhecidas. Contudo, esta questão gera alguma controvérsia, uma vez que Aristóteles afirma que “se uma das premissas é conhecida, [...] nem sequer é preciso enunciá-la; o auditor supre-a” (Aristóteles, 1932 *em* Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.161). Contudo, e apoiando a posição de Perelman e Olbrechts-Tyteca, é possível afirmar que este comentário é de certa forma discutível, pois, para além dessa premissa poder não estar garantida para o auditório, o orador pode optar por desenvolver o seu significado e a sua importância de forma a aumentar a sua presença na consciência dos auditores (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006).

A acentuação pode materializar-se através da repetição, da técnica da acumulação ou da insistência que está, muitas vezes, associada à técnica da evocação dos detalhes. Consiste em abordar um assunto através da apresentação “[...] em sucessão [de] uma descrição sintética, global, e [de] uma análise ou enumeração dos detalhes” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.162). Além disso, dependendo das situações, estas técnicas podem também permitir a enunciação das “[...] etapas sucessivas de um determinado fenómeno, [ou seja] a maneira como se tomou consciência dele” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.162), da mesma forma que podem ainda, em vez de descrever um fenómeno, enunciar as etapas que são ainda necessárias para o alcance de determinado objectivo.

Para aumentar a presença de determinadas noções na consciência do auditório, o orador pode ainda recorrer a técnicas que lhe permitem criar emoção nos auditores. Neste caso fala-se então de técnicas como a utopia, que consiste em confrontar “[...] o real com uma presença imaginária que ela impõe para daí extrair reacções mais duradouras” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.164) ou a especificação que tem um papel fundamental, pois

“[...] as noções gerais, os esquemas abstractos não têm qualquer acção sobre a imaginação. [...] Para dar impressão de presença é útil precisar o local e o momento de uma acção” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.164).

Mas não é apenas a selecção ou a apresentação dos dados que constitui um elemento fundamental à argumentação. A maneira como se formula e transmite o pensamento assume também um papel importante, uma vez que “[...] dá a conhecer algumas das modalidades, que modificam a realidade, a certeza ou a importância dos dados do discurso” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.172).

E neste campo é possível formular o pensamento de uma maneira afirmativa ou negativa, da mesma forma que a ideia negativa pode ser formulada através de um prefixo. Além disso, a formulação do pensamento pode ser expresso através da utilização das conjunções de coordenação, como “e”, “mas”, “ou”, “porque”, “pois” ou “nem” que, embora “exprimindo uma relação lógica”, estão quase sempre associadas a uma intenção de subordinação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.174).

Ainda ao nível da formulação, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) identificam quatro modalidades: assertiva, injuntiva, interrogativa e optativa. A modalidade assertiva

apresenta as noções de uma forma convicta e determinada, por isso está inerente a qualquer argumentação. A modalidade injuntiva revela-se através do uso do imperativo, contudo é caracterizada pela ausência da força persuasiva, isto é,

“[...] todo o poder vem do ascendente da pessoa que ordena sobre a que executa: é uma relação de forças que não implica nenhuma adesão” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.176).

Devido a esta relação entre os intervenientes, a modalidade injuntiva é caracterizada por ser bastante eficaz quando o objectivo se centra no aumento de presença junto do auditório.

A modalidade interrogativa é caracterizada por Perelman e Olbrechts-Tyteca como tendo uma “importância retórica considerável” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.177), uma vez que se trata da enunciação de uma questão que referencia um objectivo e que, nesse sentido, supõe a existência de um acordo sobre ele. Ao responder à questão colocada, o auditório assume esse acordo e, por isso, pode dizer-se que a modalidade interrogativa é fundamental para reforçar o sentido de presença e comunhão junto do auditório.

Já a modalidade optativa, que se aproxima da injuntiva uma vez que pode recorrer ao uso do imperativo, é caracterizada por Perelman e Olbrechts-Tyteca como a “que melhor se presta à expressão das normas” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.178), na medida em que as exprime de uma forma que se dissimula entre a norma e a aprovação. Desta forma, a modalidade optativa aproxima-se do discurso em análise neste trabalho, pois permite que o orador reforce as normas e os valores junto do auditório, criando assim uma pré-disposição para a acção que se manifestará num momento oportuno.

Além das modalidades, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) dedicam igual atenção aos tempos verbais em que o pensamento é formulado, uma vez que a sua variação actua de forma pertinente sobre o auditório. Assim, e apesar do exemplo de partida ser a língua francesa, é possível afirmar que o passado diz respeito à enunciação de factos, o imperfeito ao tempo do que é transitório, enquanto o presente se relaciona com o tempo da máxima, da lei e do normal (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006). Ao transmitir o que é actual, o presente torna-se assim na melhor conjugação verbal, quando se trata de reforçar o sentimento de presença junto do auditório.

Mas quando o objectivo é o reforço do sentimento de presença, é igualmente importante que se tenha em conta o uso do artigo definido, do artigo demonstrativo, de advérbios e a utilização do singular em vez do plural. O uso do singular, ou seja, a transformação do grupo numa pessoa, permite criar a ideia de unicidade de perspectivas, aumentando assim o sentimento de pertença. Contudo é também importante que se tenha em conta os perigos desta transformação, uma vez que o emprego da terceira pessoa pode criar no auditório a ideia de que o orador se pretende distanciar do ponto de vista dos auditores a que se dirige.

No entanto é possível combater este risco através do uso de técnicas que fomentam a comunhão com o auditório. Estas técnicas consistem em clichés, como as palavras “liberdade” ou “democracia” que, na visão de Perelman e Olbrechts-Tyteca, “[...] permitem a comunhão como se fosse o desfraldar de uma bandeira” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.184).

Com o mesmo efeito dos clichés, surgem as máximas ou os provérbios que, apesar de contestáveis, ao serem tradicionalmente reconhecidos, estão de tal forma suportados num acordo que, por essas razões, é difícil serem rejeitados.

Mas de modo a analisar os discursos de uma forma estrutural, é fundamental que se tenha em conta a presença de figuras de Retórica. Para Omer Talon, uma figura argumentativa assume-se como “uma expressão pela qual o estilo do discurso difere do recto e simples hábito” (Talon, 1572 em Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.187). Por isso há dois aspectos que não devem faltar quando se caracteriza uma figura argumentativa:

“[...] uma estrutura discernível, independente do conteúdo, quer dizer, uma forma [...] e um emprego que se afasta da maneira normal de se exprimir e, com isso, atrai a atenção” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.187).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) apresentam as figuras argumentativas divididas em três categorias: da escolha, da presença e da comunhão. Organizam-nas de acordo com o efeito ou efeitos que podem ter na apresentação dos dados: sugerir uma escolha, reforçar a presença ou alcançar a comunhão com o auditório. No entanto, torna-se importante referir que, sendo uma figura argumentativa, o seu emprego depende sempre do contexto em que está inserida.

Nas figuras da escolha, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006) identificam a definição oratória, que assume a estrutura de uma definição, de forma a evidenciar determinados planos de uma realidade que se pretende colocar na consciência do auditório; a perífrase, que desempenha o mesmo papel da definição oratória, contudo só é considerada uma figura no caso em que a expressão utilizada substitui a definição – o que pressupõe o conhecimento prévio do termo utilizado; a sinédoque que permite tomar a parte pelo todo ou o todo pela parte e o género pela espécie ou espécie pelo género; a metonímia que consiste na utilização de uma palavra em vez de outra com a qual se liga por uma relação lógica ou de proximidade; a antonomásia que se trata de “uma espécie de sinédoque que consiste em tomar um substantivo comum por um nome próprio ou um nome próprio por um substantivo” (Littré em Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.192); a prolepse ou a antecipação que revela que há motivos para substituir uma qualificação que poderia originar objecções; a repetição que permite ao orador sublinhar a legitimidade de uma escolha; e a correcção que possibilita a substituição de uma palavra por outra (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006).

As figuras argumentativas que permitem reforçar a presença de determinados elementos na consciência do auditório são a onomatopeia que é considerada uma figura quando há a intenção de “[...] evocar um barulho real, ou criação de uma palavra, ou a utilização desusada de palavras existentes” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.194); a repetição e a anáfora que consiste na repetição das primeiras palavras em duas frases sucessivas; a amplificação que se trata do desenvolvimento de tema, independentemente do exagero associado; a sinonímia ou a metábole que permitem que se repita a mesma ideia por meio de sinónimos ou de termos diferentes dos referidos primeiramente; o procedimento que visa explicitar um elemento da frase através de outro, de forma a aumentar a presença; o pseudodiscurso directo que consiste na atribuição de palavras a uma ou mais pessoas que estabelecem uma conversa entre elas; a hipotitose que é uma figura relativa ao tempo gramatical e que surge quando se verifica uma brusca passagem do passado para o presente; e a enálage do tempo que consiste na substituição sintáctica de um tempo por outro (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006).

No que se refere às figuras de comunhão, ou seja, aquelas que permitem a criação ou reforço da comunhão com o auditório, Perelman e Olbrechts-Tyteca enunciam a alusão que se verifica “quando a interpretação de um texto ficaria incompleta se negligenciássemos a referência voluntária do autor a qualquer coisa que ele evoca sem a

designar” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.197); a citação que só é considerada como figura de comunhão quando não se verifica a sua função habitual – “apoiar o que se diz com o peso de uma autoridade” (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006, p.197); as máximas e os provérbios; a apóstrofe ou a pergunta oratória; e a enálage da pessoa ou do número de pessoas que consiste em substituir o “eu” ou o “ele” pelo “tu” e substituir o “eu” ou o “tu” pelo “nós”, respectivamente (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006).

1.1. Limitações na análise

Esta análise, apesar de se centrar nas intenções do orador e na forma como este selecciona, organiza e apresenta os dados, não consegue alcançar a intenção comunicativa do orador, nem o reconhecimento da interpretação por parte do auditório. Pois, como referido, o orador só alcançaria total domínio sobre as interpretações dos dados se limitasse, de uma forma voluntária, o contexto em que a sua argumentação se insere.

Desta forma, apesar da análise se centrar na forma como o orador estruturou e tornou presente junto do auditório determinados dados, não é possível alcançar a sua verdadeira intenção comunicativa, nem perceber qual o significado que decidiu atribuir a cada um desses dados. Significa, portanto que, simultaneamente, é difícil perceber se a interpretação do auditório face aos dados comunicados, foi ao encontro da intenção comunicativa do orador.

2. Análise dos Discursos de 10 de Junho

Após a realização do levantamento dos esquemas argumentativos propostos por Perelman e Olbrechts-Tyteca na sua obra *Tratado de Argumentação* (2006), e que foram a base da análise dos quatro discursos da Sessão Solene do dia 10 de Junho²⁴, torna-se possível proceder à análise dos resultados.

Assim, com o objectivo de identificar as figuras argumentativas que predominam nos quatro discursos em análise, e de forma a garantir a homogeneidade na análise dos discursos, criar-se-á uma grelha na qual será possível identificar a frequência das figuras argumentativas em cada um dos discursos, bem como nos quatro discursos analisados.

²⁴ Ver apêndices (p.83).

E, desta forma, ao analisar esta grelha, tornar-se-á possível comparar os discursos entre si, confirmar ou infirmar as hipóteses inicialmente estabelecidas e identificar, efectivamente, qual a figura argumentativa predominante nos quatro discursos.

Com efeito, esta grelha será constituída por três categorias: figuras da escolha, da presença e da comunhão. Por sua vez, cada uma destas categorias será formada pelas figuras argumentativas enunciadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006), e já referidas nos esquemas argumentativos utilizados para esta análise.

Figuras Argumentativas		Discurso do dia 10 de Junho de 1977	Discurso do dia 10 de Junho de 1986	Discurso do dia 10 de Junho de 1996	Discurso do dia 10 de Junho de 2006	Total
Figuras da Escolha	Definição Oratória	-	-	1	1	2
	Perífrase	-	2	1	1	4
	Sinédoque	-	-	1	1	2
	Metonímia	-	-	-	-	-
	Antonomásia	-	-	-	-	-
	Prolepse ou Antecipação	-	-	-	-	-
	Repetição	-	-	-	-	-
Figuras das Presença	Onomatopeia	-	-	-	-	-
	Anáfora	1	-	-	-	1
	Amplificação	-	-	-	-	-
	Sinonímia ou Metábole	-	-	-	1	1
	Procedimento	-	-	-	-	-
	Pseudodiscurso	-	-	-	-	-
	Hipotitose	1	1	1	-	3
	Enálage do Tempo	-	-	-	-	-
Figuras da Comunhão	Alusão	-	-	-	-	-
	Citação	-	1	1	1	3
	Máximas e Provérbios	3	-	-	1	4
	Apóstrofe ou Pergunta Oratória	-	-	-	-	-
	Enálage do número de pessoas	1	1	1	1	4

Tabela 1 - Grelha de Análise das Figuras Argumentativas

2.1. Conclusão da análise dos discursos

Após a análise dos quatro discursos da Sessão Solene do dia 10 de Junho, é possível concluir-se que não existem traços distintivos entre eles. Isto é, confirma-se que, de facto, os esquemas argumentativos são comuns aos quatro discursos.

Além disso, também se torna possível confirmar que as figuras argumentativas que predominam nos quatro discursos são as figuras da comunhão. E, neste sentido, percebe-se então que os discursos de celebração têm a capacidade de, através da utilização das figuras da comunhão e, por isso, da referência a valores que visam a existência colectiva, chegar, efectivamente, a todo o auditório. Desta forma, compreende-se que o orador, ao utilizar as figuras da comunhão, estará a apelar ao valores comuns do grupo, permitindo fomentar o espaço de partilha pré-existente, contribuindo para o reforço da identidade do grupo e, ao mesmo tempo, fornecendo orientações gerais para deliberações que possam surgir no futuro.

Analisando a grelha das figuras argumentativas, é igualmente possível verificar que as figuras que registam maior frequência são as máximas e os provérbios e a enálage do número de pessoas²⁵. Além disso, é importante referir que esta última figura é a única que se regista em todos os discursos analisados.

A predominância da figura da enálage do número de pessoas justifica-se pelo facto de ser uma figura fundamental para o reforço da comunhão com o grupo, uma vez que permite ao orador assimilar-se ao auditório, integrar-se e fazer parte do grupo, colocando-o assim numa posição facilitadora para a exaltação dos valores comuns ao auditório.

Além disso, é também evidente que, nos quatro discursos, os oradores se esforçam por recuperar os valores considerados *perenes* para Portugal, e que se associam ao momento glorificador dos portugueses. Neste sentido, é possível verificar que os oradores procuram fomentar a existência colectiva, através da referência a valores como a coragem, determinação e empenho. E esta referência apoia-se, em grande medida, nos Descobrimentos, em Camões e na sua obra *Os Lusíadas*.

²⁵ Ver página 67 – Figuras da Comunhão.

Uma vez que o discurso epidíctico visa exaltar os valores pré-existentes no grupo, fomentando assim a comunhão no auditório, é então inevitável que os oradores recorram aos Descobrimentos e a Camões. Esta inevitabilidade deve-se ao facto dos Descobrimentos representarem o auge da grandeza de Portugal, associando-se assim ao momento mais glorificador do povo português. Neste sentido, a Epopeia de Quinhentos representa o melhor meio para fomentar o valor da comunhão no auditório, uma vez que permite reunir os portugueses num todo, sem divergências.

Se os oradores recorressem à figura de D. Afonso Henriques ou a acontecimentos como a Implantação da República ou a Revolução de Abril, seria sempre difícil dirigirem-se ao auditório como um todo, pois existiriam sempre divergências de ordem ideológica, social ou política. Assim, através dos Descobrimentos, e uma vez que é inegável o facto de estes constituírem o maior feito dos portugueses, será possível dirigir-se ao auditório como um todo e exaltar o valor da unidade da nação.

Da mesma forma, e uma vez que o género epidíctico permite fornecer orientações gerais para deliberações futuras, é possível verificar-se nos quatro discursos, a referência constante ao futuro e aos desafios que este acarreta para todos os portugueses. Assim, em 1977, os desafios diziam respeito à reconstrução de Portugal, uma vez que a Revolução de Abril tinha ocorrido há apenas 3 anos e, por isso, Portugal vivia sobre alguma instabilidade política, económica e social. Procurava-se, acima de tudo, recuperar o aparelho produtivo, que havia sido desestruturado pelo processo de colonização. Em 1986, os desafios relacionavam-se com as exigências associadas à adesão à União Europeia. Em 1996, os desafios diziam respeito à criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e às exigências impostas em relação à gestão dessa Comunidade. Em 2006, os desafios relacionavam-se com o ritmo de crescimento dos países da União Europeia, na medida em que fora adoptada a moeda única. Portugal apresentava um ritmo de crescimento económico significativamente inferior face aos indicadores das décadas anteriores e a economia portuguesa não acompanhava a média da União Europeia, apresentando um crescimento que se situava abaixo da média destes países.

E nos quatro discursos, é visível o facto de os oradores se apoiarem nas figuras da comunhão, através da referência aos Descobrimentos e a Camões, bem como à coragem, empenho e determinação, de forma a fornecer orientações para deliberações

futuras. Isto é, ao referir o passado e ao ver em Camões e nos Descobrimentos um exemplo do que o povo português fez, torna-se possível fornecer orientações para que, no futuro, os portugueses consigam ultrapassar os obstáculos e dificuldades que se poderão colocar.

Notas Finais

Este trabalho procura evidenciar o papel preponderante do “discurso” para os profissionais de Relações Públicas, na medida em que é este que permite a criação de opiniões e a influência de atitudes e comportamentos, possibilitando assim o estabelecimento e a gestão de relações mutuamente benéficas entre as organizações e os públicos. E este é, acima de tudo, o objectivo fulcral desta disciplina.

Da mesma forma, a posição que se procura evidenciar neste trabalho é a de que os profissionais de Relações Públicas poderão, tendo como base a Retórica, adquirir melhores competências ao nível das práticas discursivas no contexto político. Estas competências permitir-lhes-ão assumir um papel mais preponderante no desenvolvimento de Campanhas de Comunicação Pública, que visam, acima de tudo, provocar a mudança, seja ao nível dos conhecimentos e crenças, como dos comportamentos dos públicos (Cf. Dozier, L. A. Grunig e J. E. Grunig, 2001), fazendo-os assim reflectir e incentivando-os a agir em prol do seu próprio bem-estar ou do bem comum (Cf. Tench e Yeomans, 2009).

No entanto, para que o discurso cumpra efectivamente os objectivos a que se propõe, é impreterível que as suas mensagens sejam, também elas, adaptadas a esses objectivos. E, neste sentido, é possível identificar-se três tipos de discursos em Relações Públicas: informativo, persuasivo e de celebração.

Ao analisar-se estes tipos de discursos, é possível identificar uma primazia, atribuída pelos autores de Relações Públicas, aos discursos informativo e persuasivo, face ao discurso de celebração. E esta primazia é detectável a partir do momento em que se aprofunda o tema, uma vez que é evidente a existência de uma maior preocupação no desenvolvimento e compreensão conceptual dos discursos do tipo informativo e persuasivo.

Neste sentido, e analisando a definição conceptual do discurso de celebração proposta pelos autores de Relações Públicas, pode também afirmar-se que foram excluídas características fundamentais deste tipo de discurso. Acima de tudo, os autores têm dedicado maior interesse e importância às ocasiões em que os discursos de celebração são proferidos, e não tanto aos objectivos que eles visam efectivamente cumprir.

E esta questão originou uma desvalorização do discurso de celebração por parte dos teóricos, uma vez que, ao analisar apenas a ocasião em que o discurso toma lugar, sem revelar preocupação em evidenciar efectivamente os seus verdadeiros objectivos, os autores de Relações Públicas acabam por estudar os discursos de celebração aproximando-os da rubrica protocolar e cerimonial.

Exactamente por isso, este trabalho propõe-se a recuperar o discurso de celebração no quadro das Relações Públicas, enfatizando os seus verdadeiros objectivos e evidenciado de que forma a sua utilização se pode tornar uma mais-valia para os profissionais desta área. Desta forma, espera-se contribuir para o aumento da compreensão e conhecimento desta questão, para a melhoria da prática discursiva no contexto político e, acima de tudo, para a percepção deste tipo de discurso como um elemento fundamental para a prática das Relações Públicas.

No entanto, para concretizar a clarificação dos objectivos e efeitos do discurso de celebração, e uma vez que as contribuições teóricas na área das Relações Públicas não o permitem, optou-se por recorrer à obra *Tratado de Argumentação* (2006) de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, onde os autores procuraram, também eles, restituir a função do género epidíctico face aos géneros deliberativo e judicial.

E, desta forma, é então possível analisar o discurso de celebração sob a rubrica do género epidíctico, evidenciado, simultaneamente, o seu papel fundamental para o fomento de um estado de comunhão na sociedade²⁶. Isto é, tornar-se então possível perceber que os discursos de celebração têm a capacidade de, através da referência a valores que visam a existência colectiva, chegar a todo o auditório.

Mas, depois de se analisar o discurso de celebração sob a rubrica do género epidíctico, surge a necessidade de concretizar o objectivo empírico deste trabalho. Neste sentido, ao analisar os quatro discursos da Sessão Solene do dia 10 de Junho, e ao construir uma grelha de análise com o objectivo de registar a frequência das figuras argumentativas presentes em cada um dos discursos, tornar-se então possível comparar os discursos entre si e identificar, efectivamente, as figuras argumentativas que predominam nos quatro discursos, bem como perceber de que forma a sua utilização permite oferecer orientações gerais para deliberações futuras.

²⁶ Ver Capítulo II – Género Epidíctico (p.26).

Com efeito, após a análise da grelha, é possível confirmar que as figuras argumentativas que predominam nos quatro discursos são as figuras da comunhão. E esta conclusão permite confirmar e reforçar o facto dos discursos de celebração terem a capacidade de chegar, efectivamente, a todo o auditório. Pois, nos discursos de celebração, o orador, ao utilizar as figuras da comunhão, apelará aos valores comuns do grupo, o que permitirá fomentar o espaço de partilha pré-existente, reforçar a identidade do grupo e, assim, fornecer orientações gerais para deliberações que possam surgir no futuro.

E, neste trabalho, optou-se por analisar os discursos presidenciais do dia 10 de Junho, uma vez que, no contexto político e dizendo respeito à existência colectiva, o Presidente da República²⁷, enquanto símbolo da nação e figura prestigiosamente reconhecida por todos, assume o estatuto de representante do todo. Desta forma, vê assim reunidas as condições para obter e dirigir a palavra aos portugueses, apelar aos valores comuns de Portugal, contribuir para o reforço da identidade do grupo e fornecer orientações gerais para deliberações futuras.

Neste sentido, este trabalho procura evidenciar que, de facto, as instituições públicas e, neste caso específico, a Presidência da República, realiza efectivamente um discurso de natureza epidíctica nas Sessões Solenes do dia 10 de Junho, exaltando o valor relativo à unidade do Estado e da nação, através das figuras de comunhão, e reforçando o espaço de partilha pré-existente, bem como fomentando a união do todo.

Mas a questão que se impõe é: fá-lo-á conscientemente? Isto é, ao elaborar o discurso do Presidente da República, a Presidência tem consciência dos esquemas e das figuras argumentativas a que recorre e dos objectivos que visa efectivamente cumprir? Ou apoia-se apenas na experiência e no que é definido como a melhor actuação para estas ocasiões?

Muito provavelmente, a Presidência da Presidência não elabora o discurso epidíctico de uma forma consciente, mas sim, apoiada no que a experiência lhe revela ser fundamental numa comunicação do Presidente da República. E porquê? Porque o discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho é pensado apenas no âmbito da ocasião que procura celebrar, e não tanto dos objectivos que visa efectivamente cumprir. E esta situação resulta do facto dos objectivos não serem, até aqui, correctamente definidos pelos autores de Relações Públicas e compreendidos pelos profissionais desta área.

²⁷ Ver Capítulo III – O Presidente da República (p.51).

É exactamente nesta questão que surge a grande lacuna ao nível da definição e compreensão dos discursos de celebração em Relações Públicas. Por isso, como referido, este trabalho procura clarificar os objectivos e efeitos deste tipo de discurso, proporcionando o aumento da compreensão e conhecimento desta questão. Desta forma, espera-se contribuir para que as Relações Públicas analisem os discursos de celebração tendo, também, em linha de conta os seus objectivos e não apenas as ocasiões em que são proferidos.

E interessa, acima de tudo, clarificar esta questão, uma vez que os teóricos e profissionais de Relações Públicas, ao analisarem o discurso de celebração como um discurso que visa apenas comemorar uma ocasião, estarão a ignorar a sua função, e, por isso, a aproximar o discurso epidíctico do deliberativo e judicial. Esta aproximação resulta então do facto do discurso epidíctico ser entendido pelas Relações Públicas como dizendo respeito a uma acção imediata, à semelhança dos discursos deliberativo e judicial. E, ao ser compreendido desta forma, é certo que poderia comparar-se a um discurso de entretenimento, em que o auditório ouve o orador, aplaude o que este diz e, no final, vai-se embora.

Analisando então a percepção que as Relações Públicas têm do discurso de celebração, compreende-se assim a razão da existência de definições incompletas, formuladas pelos teóricos desta disciplina.

Da mesma forma, nos quatro discursos analisados, é visível o esforço por parte dos oradores para que o dia 10 de Junho não se torne um *ritual sem alma, passadista ou vazio*. Mas, esta referência resulta do facto de se pensar que o dia está a cair em esquecimento junto dos portugueses. E esta percepção é o resultado de uma falsa concepção do discurso de celebração, pois o que interessa aqui compreender, é que não se pode esperar que exista uma acção imediata por parte do auditório.

Com efeito, é de facto fundamental que as Relações Públicas reformulem a forma como caracterizam o discurso de celebração, encarando-o como um discurso que efectivamente não diz respeito a uma acção imediata, mas que permite aumentar a intensidade da adesão a determinados valores, durante o intervalo de tempo entre a tomada de decisão e a acção. E é esta exaltação em torno do valor comum que permitirá o fomento de uma pré-disposição junto do auditório que, no momento oportuno, se revelará então suficientemente forte para justificar uma tomada de decisão.

Referências Bibliográficas

Aristóteles. (1998). *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Bardin, L. (2000). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barthes, R. & Marty, E. (1987). Oral/Escrito. In *Enciclopédia Einaudi*, Vol.11. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. pp. 32-57.

Bates, D. (2006). “*Mini-Me*” *History: Public Relations from the Dawn of Civilization*. Institute for Public Relations. [Internet]. Disponível em http://www.instituteforpr.org/wp-content/uploads/MiniMe_HistoryOfPR.pdf [Consult. 7 Agosto 2011].

Bivins, T. H. (1996). *Speechs & Presentations*. In *Handbook for Public Relations Writing*. 3ª Edição. Illinois: NTC Publishing Group. pp. 234-247.

Bivins, T. H. (1999). *Public Relations Writing: The Essentials of Style and Format*. Illinois: NTC Publishing Group.

Caillois, R. (1950). *O Homem e o Sagrado*. Lisboa: Edições 70.

Carrilho, M. M. (1990). *Verdade, Suspeita e Argumentação*. Lisboa: Editorial Presença.

Constituição da República Portuguesa. (2005). Artigo 11º, nº 1 e nº 2 – Símbolos nacionais e língua oficial.

Constituição da República Portuguesa. (2005). Artigo 51º do Capítulo II, do Título II, da Parte I – Associações e Partidos Políticos.

Constituição da República Portuguesa. (2005). Artigo 114º do Título I, da Parte III – Princípios Gerais dos Partidos Políticos e Direito de Oposição.

Constituição da República Portuguesa. (2005). Artigo 120º do Capítulo I, do Título II, da Parte III – Estatuto e Eleição do Presidente da República.

Constituição da República Portuguesa. (2005). Artigo 127º do Capítulo I, do Título II, da Parte III – Estatuto e Eleição do Presidente da República.

Costa, J. R. V (2006). *Comunicação de Interesse Público: Ideias que Movem Pessoas e Fazem um Mundo Melhor*. São Paulo: Jaboticaba.

Curtin, P.A. & Gaither, T.K. (2007). *International Public Relations: negotiating culture, identity, and power*. London: Sage Publications.

Cutlip, S., Center, A. e Broom, G. (1985). *Effective Public Relations*. 6ª Edição. New Jersey: Prentice-Hall.

Decreto-Lei nº 150/87. D.R. I Série. 74(87-03-30) 1266.

Dozier, D. M., Grunig, L. A., & Grunig, J. E. (2001). *Public Relations as Communication Campaign*. In Hornik, Robert C. *Public Communication Campaigns*. 3ª Edição. Thousand Oaks, California: Sage Publications. pp. 231-248.

Duverger, M. (1964). *Introdução à Política*. Paris: Editions Gallimard.

Grunig, J. E. & Hunt, T. (1984). *Managing Public Relations*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.

Grunig, J. & Repper, F. (1992) *Strategic Management, Publics and Issues* in Grunig, J. (Ed.), *Excellence in Public Relations and Communications Management*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

João, M. I. (2003). *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Júnior, M. A. (1998) Introdução. In Aristóteles (1998). *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. pp. 11-40.

L'Etang, J. (1996). *Public Relations and Rhetoric*. In J'Etang, J. e Pieczja, M. *Critical Perspectives in Public Relations*. London: International Thomson Business Press.

Makay, J. J. (1995). *Public Speaking – Theory into Practice*. 2ª Edição. Florida: Harcourt Brace College Publishers.

McNair, B. (2003). *An Introduction to Political Communication*. London: Routledge.

Meyer, M. (1994). *As Bases da Retórica*. In Carrilho, M. M. (1994). *Retórica e Comunicação*. Porto: Edições ASA. pp. 31-70.

Moura, M. F. M., Cabral, M. F. A., Azevedo, S. Z. B. [et al.]. (1992). *Argumentação, Retórica, Racionalidades*. Cadernos de Filosofia, 5. Coimbra: Associação de Professores de Filosofia.

Neto, C. (2010). *Gestão de Relações com Stakeholders Multiculturais: Uma Abordagem Baseada nos Valores*. Tese de Mestrado. Escola Superior de Comunicação Social – Instituto Politécnico de Lisboa.

Nobre, P. C. (2011). *Práticas Discursivas sobre Questões Ambientais: Análise Comparativa do Discurso de duas Organizações*. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

O'Connor, J. R. (1997). *High-impact Public Speaking for Business and the Professions*. Illinois: NTC Publishing Group.

Ozouf, M. (1987). *A festa: sob a Revolução Francesa*. In Goff, J. L. e Nora, P. (1987). *Fazer História*, Lisboa: Bertrand.

Perelman, C. (1987). Argumentação. In *Enciclopédia Einaudi*, Vol.11. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. pp. 234-265.

Perelman, C. & Olbrechts-Tyteca, L. (2006). *Tratado de Argumentação*. Lisboa: Instituto Piaget.

Perloff, R. M (1997). *Political Communication: Politics, Press, and Public in America*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Pitkin, H. F. (1972). *Standing For: Symbolic Representation*. In *The Concept of Representation*. Londres: University of California Press. pp. 92-111

Schmitt, C. (1998). *Catolicismo Romano e Forma Política*. Lisboa: Hugin Editores.

Searle, J. R. (2010). *Making the Social World: The Structure of Human Civilization*. Oxford: Oxford University Press.

Segre, C. (1989). Literatura/Texto. In *Enciclopédia Einaudi*, Vol.17. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. pp. 11-40.

Seitel, F. P. (1987). *The Practice of Public Relations*. 3ª Edição. Ohio: Merrill Publishing Company.

Shills, E. (1992). *Centro e Periferia*. Lisboa: DIFEL – Difusão Editorial.

Tench, R. e Yeomans L. (2009). *Exploring Public Relations*. 2ª Edição. Harlow: Pearson Education Limited.

Weber, M. (2000). *A Política como Profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Weber, M. (2007). *Três Tipos de Poder Legítimo*. Lisboa: Tribuna da História. [Internet]. Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/weber_3_tipos_poder_morao.pdf [Consult. 26 Março 2011].

White, J., & Mazur, L. (1995). *Strategic Communications Management*. Singapore: Addison-Wesley Publishing Company.

Wilcox, D. L., Cameron, G. T., & Xifra, J. (2006). *Relaciones Públicas - Estrategias y Tácticas*. 8ª Edição. Madrid: Pearson Educación.

Xifra, J. (2008). *Modelos de las relaciones públicas políticas: Análisis de la situación en Cataluña*. Revista Latina de Comunicación Social, 63 (1) Janeiro, pp. 392 a 399 [Internet]. Disponível em <http://web.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=444b88cc-ad0c-43ea-83bf-41220e738568%40sessionmgr115&vid=2&hid=112> [Consult. 6 Agosto 2011].

Sitegrafia

Presidência da República Portuguesa. [s.d.]. *Bandeira Nacional*. [Internet]. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=44> [Consult. 12 Junho 2011].

Presidência da República Portuguesa. [s.d.]. *Funções do Presidente da República*. [Internet]. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=1> [Consult. 12 Junho 2011].

Presidência da República Portuguesa. [s.d.]. *Hino Nacional*. [Internet]. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=43> [Consult. 12 Junho 2011].

Presidência da República Portuguesa. [s.d.]. *Símbolos Nacionais*. [Internet]. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=38> [Consult. 12 Junho 2011].

Apêndice 1

Análise do Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho
de 1977, proferido pelo Presidente da República
General Ramalho Eanes

Seleção dos Dados	Aplicação no Discurso	Análise
Presença	<i>“A sua vida e a sua obra são a síntese admirável das vicissitudes, da grandeza, do génio com que nos afirmámos como nação, e o exemplo da aventura e do desprendimento com que nos lançámos na tarefa de abrir, aos povos da terra, os caminhos do seu mútuo conhecimento.”</i>	O orador, ao fazer referência a Camões, opta também por valorizar alguns elementos associados ao seu percurso, estabelecendo um paralelismo entre as virtudes de Camões e a época dos Descobrimentos. Neste caso específico, apesar de estes factos serem comuns aos portugueses, o orador decide seleccioná-los e apresentá-los ao auditório, valorizando-os e tornando-os mais presentes. Esta presença vai revelar-se efectivamente pertinente quando, ao longo do discurso, o orador faz diversas vezes referência à Epopeia de Quinhentos.
	<i>“Os erros de concepção política, a falta de visão sobre os destinos do mundo moderno e a consequente insuficiência do ritmo de desenvolvimento no nosso país, lançaram nos caminhos da emigração, nas últimas décadas, mais de um milhão dos nossos compatriotas.”</i>	Apesar das causas do aumento da emigração serem conhecidas pelo auditório, o orador optou por valorizá-los de forma a, por um lado, justifique a escolha do local da cerimónia e, por outro, incentive os portugueses a terem um acréscimo de esforço e, consequentemente, a vingarem o País, em nome dos emigrantes.
	<i>“A recuperação da identidade nacional e o relançamento de um projecto universalista de um povo que ultrapassa os limites do seu próprio território pressupõem naturalmente a superação dos problemas e das dificuldades com que nos debatemos.”</i>	Este é outra situação em que se verifica que o orador opta por tornar presentes alguns elementos, valorizando-os, de forma a consciencializar o auditório de que é possível e é necessário ultrapassar e combater os problemas e dificuldades com que se deparam.
Ausência	<i>“Da Europa partimos à procura do mundo guiados por ideais que perduraram para além dos interesses efémeros que os acompanhavam”.</i>	Apercebemo-nos da existência dos ideais, comuns ao auditório e que, apesar de serem referidos em outras circunstâncias do discurso, aqui o orador opta por não os especificar.

Ausência	<i>“Este facto, se outros não houvesse, bastaria para condenar o regime que governou o País até Abril de 1974.”</i>	É possível perceber a ausência de vários elementos que, embora referidos, não são especificados: os factos de um tempo histórico, a realidade envolvente e os valores do passado.
	<i>“Julgar os factos de um tempo histórico fora da sua realidade envolvente, ou querer impedir, em nome dos valores desse passado, a marcha do homem para a sua libertação, seria atraiçoar por igual o passado e o futuro.”</i>	
	<i>“Celebramos em Camões os valores perenes da nossa identidade e da nossa vocação universal.”</i>	Apesar de os valores serem comuns ao auditório, o orador não os especifica. E esta opção de não especificar, e de não os tornar presentes à consciência do auditório, verifica-se várias vezes ao longo do discurso, sempre que o orador procura criar uma pré-disposição para a acção, em torno dos valores.
	<i>“[...] Mas não me quero alongar sobre os problemas que enfrentamos e cuja permanência esvazia de sentido os ideais que deram razão de ser à Revolução de Abril.”</i>	Também nesta situação, os problemas e os ideais são comuns e partilhados pelo auditório, no entanto, tendo em conta o objectivo do discurso, o orador opta por não os tornar presentes à consciência dos indivíduos.
	<i>“Para além do tempo, para além do espaço, há razões profundas pelas quais nos sentimos portugueses.”</i>	Apesar de essas razões serem partilhadas pelo auditório, não foram, no entanto, aqui claramente enunciadas pelo orador.
Epíteto	<i>“Síntese admirável”, “raro privilégio”</i>	Os epítetos utilizados pelo orador visam reforçar de uma forma positiva os feitos passados dos portugueses, de modo a conseguir que o auditório os encare como um exemplo de actuação.
Classificação	<i>“Grande parte dos que se exilaram da sua própria terra saíram deste e de outros distritos do interior, sem apoios nem protecção, verdadeiros exilados políticos, sentiam na carne o desespero e a exploração, mas mantiveram os seus laços com Portugal e ajudam hoje os que ficaram ou os que voltaram para participar na reconstrução da pátria.”</i>	O orador classifica os emigrantes tendo como ponto de vista a forma como eles reagem à “reconstrução da pátria”, ajudando os portugueses que ficaram no país e aqueles que decidiram voltar. Além disso, a afirmação tem como objectivo incentivar os portugueses que ficaram no território nacional a agir, tendo como exemplo aqueles que se depararam com verdadeiros desafios.

Tabela 2 - Selecção dos Dados - 10 de Junho de 1977

Apresentação dos Dados	Aplicação no Discurso	Análise
Acentuação	<p><i>“Camões não é apenas um dos escritores maiores da língua em que se exprime uma grande parcela da humanidade. A sua vida e a sua obra são a síntese admirável das vicissitudes, da grandeza, do génio com que nos afirmámos como nação, e o exemplo da aventura e do desprendimento com que nos lançámos na tarefa de abrir, aos povos da terra, os caminhos do seu mútuo conhecimento.”</i></p>	<p>Verifica-se que o orador optou por prolongar o significado e aumentar a importância atribuída a Camões, mesmo sabendo que esse dado era já comum ao auditório. Desta forma torna-se possível aumentar a presença junto do auditório.</p>
	<p><i>“Nascemos do entrecruzar de vários povos e de civilizações diversas [...]”</i></p>	<p>Também nesta afirmação é possível perceber que o orador optou por reforçar as origens dos portugueses, mesmo sabendo que, estando a dirigir-se a <i>eles</i>, esse dado seria já conhecido do auditório. Este tipo de acentuação surge várias vezes ao longo do discurso, sempre que o orador se apoia em dados referentes aos antepassados dos portugueses e às conquistas associadas a esse tempo.</p>
	<p><i>“O nosso País teve o raro privilégio de se construir no diálogo com a humanidade.”</i></p>	
	<p><i>“Da Europa partimos à procura do Mundo guiados por ideais que perduraram para além dos interesses efémeros que os acompanhavam.”</i></p>	<p>Nesta última afirmação, apesar de o orador não especificar os ideais, como se constatou na análise da ausência, opta, no entanto, por reforçar o facto de os portugueses terem partido à conquista do Mundo orientados por esses ideais que são superiores aos interesses associados às conquistas.</p>
Repetição	<p><i>“Vivemos o raro privilégio de começar uma nova era e as dificuldades do momento presente não nos podem isentar das responsabilidades que assumimos de extrair de tudo o que acaba um novo princípio.”</i></p>	<p>É possível perceber acentuação dada a estes elementos, uma vez que vão ao encontro do que é pretendido. Isto é, ao prolongar a atenção dos auditores para estas premissas e, simultaneamente, aumentar a presença delas na consciência do auditório, o orador sabe que conseguirá mais facilmente receber a atenção dos indivíduos a que se dirige e, conseqüentemente, receber maior adesão à tese que expõe: a necessidade urgente de reconstruir Portugal.</p>
	<p><i>“Temos de nos convencer definitivamente que é nos portugueses que assenta a recuperação do País.”</i></p>	
	<p><i>“Celebrar Portugal comemorando Camões e as Comunidades Portuguesas é chamar a atenção para valores que ultrapassam o tempo e que transcendem o espaço.”</i></p>	

<p>Repetição</p>	<p><i>“Precisamos de produzir mais! Precisamos de produzir melhor!”</i></p>	<p>É visível o facto do orador querer trazer estes elementos à consciência dos portugueses, continuando a ir ao encontro do objectivo do discurso: consciencializar os portugueses de que é necessário um esforço acrescido.</p>
<p>Evocação dos Detalhes</p>	<p><i>“O nosso regresso aos limites da Pátria originária não poderia realizar-se sem a crise de identidade que atravessamos e sem os sacrifícios, por vezes dramáticos, no quotidiano dos desalojados e dos desempregados.”</i></p>	<p>A técnica de evocação dos detalhes surge associada à enunciação das etapas necessárias à concretização do fenómeno, que neste caso consiste no <i>regresso aos limites da Pátria originária</i> e na recuperação do País.</p>
	<p><i>“Para atingir estes objectivos será necessário trabalhar sem hesitações, realizar novos projectos sem esperar protecções artificiais, investir com decisão nas novas oportunidades abertas e desenvolver as nossas especializações naturais.”</i></p>	
	<p><i>“[...] a luta que empreendemos será estéril se a criação cultural não permitir ao País repensar constantemente: a sua capacidade de planear e prever, a viabilidade do seu projecto, o seu poder de invenção de realizações necessárias e insubstituíveis, a sua aptidão para competir com estruturas produtivas cada vez mais agressivas e mais sofisticadas.”</i></p>	<p>A técnica de evocação dos detalhes pode também surgir associada às enunciação das etapas que permitem tomar consciência de um fenómeno. Neste caso é visível que o orador está a mencionar os factores que originaram o aumento da emigração.</p>
	<p><i>“Os erros de concepção política, a falta de visão sobre os destinos do mundo moderno e a conseqüente insuficiência do ritmo de desenvolvimento do nosso País, lançaram nos caminhos da emigração, nas últimas décadas, mais de um milhão dos nossos compatriotas.”</i></p>	<p>A técnica da evocação dos detalhes, através da apresentação de uma descrição sintética, surge aqui com a descrição do que o orador entende que seja a herança deixada pelo período ditatorial.</p>
	<p><i>“Temos contudo que assumir essa herança, repositório do esforço e do sacrifício, grandeza e também dos erros das gerações que nos legaram a Pátria que somos.”</i></p>	<p>Esta técnica pode também surgir associada à análise ou enumeração dos detalhes. Surge aqui quando o orador faz referências às competências reconhecidas dos portugueses, bem como quando</p>
	<p><i>“[...] nas comunidades portuguesas que pelo Mundo labutam consagramos o esforço, o sacrifício, e a capacidade de criar do nosso povo.”</i></p>	

Evocação dos Detalhes	<i>“Nesta perspectiva da competência, o mérito, a criatividade, a descoberta, o risco, são valores a premiar, do mesmo modo que se deve pôr termo à camuflagem da incapacidade com artifícios partidários e ideológicos ou com protecționismos injustos e retrógrados.”</i>	enumera os valores que são necessários ter em conta na hora de reconstruir Portugal.
Especificação	<i>“Não é por acaso que as celebrações das comunidades portuguesas, que em todas as partes do Mundo hoje se realizam, têm o seu ponto central nesta histórica cidade da Guarda.”</i>	O orador especifica o local das cerimónias de forma a aumentar a presença na consciência do auditório, bem como criar emoção nos indivíduos.
	<i>“Este facto, se outros não houvesse, bastaria para condenar o regime que governou o País até Abril de 1974.”</i>	Neste caso, o orador especifica o momento da acção (Revolução de Abril), de modo a criar mais emoção junto do auditório em torno desta afirmação.

Tabela 3 - Apresentação dos Dados - 10 de Junho de 1977

Formulação do Pensamento	Aplicação no Discurso	Análise
Formulações Negativas	<i>“Insuficiência”, “inconsciente”, “irremediavelmente”, “incapacidade”, “inexperiência”, “intolerância”, “indispensáveis”</i>	É possível verificar que o orador opta por, na maioria das vezes, formular as premissas na negativa. E, neste discurso, tendo em conta o contexto em que foi proferido, é possível perceber-se que as formulações negativas visam acima de tudo lembrar o auditório do facto da situação portuguesa não ser a ideal, reforçando, simultaneamente, o pedido de mais empenho, esforço e dedicação por parte dos portugueses.
Conjunções de Coordenação	<i>“Celebramos hoje o dia de Camões, que a tradição consagrou como o Dia de Portugal e que este ano distingue especialmente a coesão das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.”</i> <i>“Nascemos do entrecruzar de vários povos e de civilizações diversas e disso herdamos o nosso jeito de nos fundirmos com outras gentes, sem ambições colectivas e duradoiras de domínio.”</i>	Através do uso da conjunção “e” é possível revelar uma relação lógica entre os elementos enunciados, bem como expressar simultaneamente uma intenção de subordinação

Conjunções de Coordenação	<i>“Nem o atraso com que em África respondemos ao sentido da história, nem as consequentes precipitações e erros que lhe somámos, comprometeram irremediavelmente o património que partilhamos com os povos que na mesma língua exprimem os valores duma longa vida comum.”</i>	É também possível identificar a utilização da conjunção de coordenação “nem” que, neste caso, além de reforçar a formulação negativa, enfatiza a existência de uma relação entre os elementos.
	<i>“Grande parte dos que se exilaram da sua própria terra saíram deste e de outros distritos do interior, sem apoios nem protecção, verdadeiros exilados políticos, sentiam na carne o desespero e a exploração [...].”</i>	
	<i>“Camões não é apenas um dos escritores maiores [...]. A sua vida e a sua obra são a síntese admirável das vicissitudes, da grandeza, do génio com que nos afirmámos como nação, e o exemplo da aventura e do desprendimento com que nos lançámos na tarefa de abrir, aos povos da terra, os caminhos do seu mútuo conhecimento.”</i>	
Modalidades: Optativa	<i>“Temos de nos convencer definitivamente que é nos portugueses que assenta a recuperação do País.”</i>	Uma vez que a modalidade optativa permite exprimir, de uma forma indirecta uma norma, o orador adopta-a principalmente quando faz referência ao que é necessário realizar para melhorar a situação do País. Simultaneamente, como é uma técnica bastante eficaz para o aumento do sentimento de pertença é, por isso, utilizada várias vezes utilizada para apelar ao auditório.
	<i>“Para atingir estes objectivos será necessário trabalhar sem hesitações, realizar novos projectos sem esperar protecções artificiais, investir com decisão nas novas oportunidades abertas e desenvolver as nossas especializações naturais.”</i>	
	<i>“Acréscimo de esforço que terá de reflectir-se no aumento da produção e no empenhamento conjugado de todos os trabalhadores, sejam dirigente, quadros ou operários.”</i>	

Clichés	<i>“Liberdade”, “estado democrático”.</i>	A utilização destas expressões permitem o fácil aumento da comunhão com o auditório e, por isso, a sua utilização torna-se habitual por parte do orador.
Máximas e palavras de ordem	<i>“Temos de nos convencer definitivamente que é nos portugueses que assenta a recuperação do País.”</i>	
	<i>“Esta é uma verdade de que temos andado esquecidos: precisamos de produzir mais! Precisamos de produzir melhor!”, “Temos de aprender a aplicar a economia de valores culturais acumulados em oito séculos de história.”</i>	
	<i>“Porque o futuro é de todos, Portugal precisa do esforço de todos os portugueses.”</i>	

Tabela 4 - Formulação do Pensamento - 10 de Junho de 1977

Figuras Argumentativas	Aplicação no Discurso	Análise
Figuras da presença: Anáfora	<p><i>“Precisamos de produzir mais! Precisamos de produzir melhor!”</i></p>	<p>Nesta exclamação é possível identificar a utilização da anáfora, cujo objectivo é fomentar a presença e reforçar a comunhão do auditório em torno desta noção.</p>
Figuras da presença: Hipotitose	<p><i>“Cedo afirmámos, na Europa dos velhos impérios, a nossa determinação de sermos Pátria e com razão nos orgulhamos de ter mantido através da história a nossa identidade primitiva. Da Europa partimos à procura do Mundo guiados por ideais que perduraram para além dos interesses efémeros que os acompanhavam. Nem o atraso com que em África respondemos ao sentido da História, nem as consequentes precipitações e erros que lhe somámos, comprometeram irremediavelmente o património que partilhamos com os povos que na mesma língua exprimem os valores de uma longa vida comum.”</i></p> <p><i>“Grande parte dos que se exilaram da sua própria terra saíram deste e de outros distritos do interior, sem apoios nem protecção, verdadeiros exilados políticos, sentiam na carne o desespero e a exploração, mas mantiveram os seus laços com Portugal e ajudam hoje os que ficaram ou os que voltaram para participar na reconstrução da pátria.”</i></p>	<p>Nestas citações, bem como em grande parte do discurso, é possível perceber que o orador opta por conjugar os verbos no passado, o que representa a enunciação de factos e do que é irrefutável. Contudo, na maioria dos argumentos utilizados, depois de expor os factos no passado, o orador conclui a frase conjugando os verbos no presente, expressando assim o que, no seu entender, representa a lei, o normal e o que deve ser seguido. Nestes casos é então possível identificar o uso de hipotitoses. Da mesma forma, ao concluir as premissas no presente, e ao utilizar advérbios como “hoje”, o orador está simultaneamente a reforçar o sentimento de pertença e comunhão com o auditório. Exactamente por isso, o orador termina o discurso afirmando que <i>“Porque o futuro é de todos, Portugal precisa do esforço de todos os portugueses.”</i></p>
Figuras da comunhão: Enálage do número de pessoas	<p>A enálage do número de pessoas é uma das figuras com maior representatividade neste discurso. É fundamental para reforçar a comunhão com o auditório, uma vez que permite ao orador integrar-se e fazer parte desse grupo, colocando-o assim numa posição em que se torna mais fácil exaltar os valores comuns ao auditório. Contudo, quando o orador enuncia o que é necessário fazer para melhorar a situação de Portugal, optar então por expressar o seu pensamento na terceira pessoa do singular, referindo-se assim ao País. Este facto pode indicar uma acção de presença através da transformação do grupo numa pessoa ou, neste caso específico, num País, alcançando assim a unificação de um ponto de vista (Cf. Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2006). No entanto, e uma vez que o orador utilizou sempre a primeira pessoa do plural, acredito que esta mudança pode também ter associado o risco do auditório se sentir distanciado do orador.</p>	

Tabela 5 - Figuras Argumentativas - 10 de Junho de 1977

Apêndice 2

Análise do Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho
de 1986, proferido pelo Presidente da República
Dr. Mário Soares

Seleção dos Dados	Aplicação no Discurso	Análise
Presença	<p>“[A celebração do dia de Portugal] <i>tem de constituir muito mais do que isso: a afirmação consciente do orgulho de ser português e da perenidade da Pátria.</i>”</p>	<p>Neste discurso, é possível verificar que, ao nível da selecção de dados, o orador optou por tornar presentes à consciência do auditório, elementos que lhe permitissem justificar a comemoração do dia e que, simultaneamente, caracterizassem o povo português.</p>
	<p>“[Portugueses] <i>universais porque em todo o lado onde bate um coração português há o testemunho vivo do nosso modo de ser e de estar no Mundo.</i>”</p>	
	<p>“<i>Somos hoje uma Pátria livre, tolerante, pacífica, em busca do desenvolvimento e da modernidade.</i>”; “<i>Temos uma cultura multissecular que levou a Europa ao vasto Mundo e que, nos últimos anos, se vem afirmando, em todos os domínios, com uma pujança e uma vitalidade de que nem sempre nos damos conta, mas que responsáveis estrangeiros sublinham com interesse e admiração.</i>”</p>	<p>E ao longo do discurso, é visível o esforço do orador em continuar a evidenciar e a tornar presentes as características que distinguem os portugueses.</p>
Ausência	<p>“<i>Não perdendo de vista que nos cabe a todos nós, Portugueses desta hora, ser a memória desse passado e a vontade desse futuro.</i>”</p>	<p>Neste caso, é certo que os valores inerentes ao passado são comuns ao auditório, embora o orador não os tenha, aqui, especificado.</p>
	<p>“<i>[...] decerto benefícios e também novas oportunidades</i>”.</p>	<p>Outro exemplo de ausência surge quando o orador afirma que, ao assumir um maior peso junto das restantes nações, haverá benefícios e oportunidades. No entanto, neste caso, é possível que estes elementos não estejam tão presentes à consciência do auditório, uma vez que, tratando-se de um desafio para o futuro, é provável que seja desconhecido a alguns elementos do auditório.</p>
Epítetos	<p>“<i>Cultura multissecular</i>”, “<i>histórica cidade de Évora</i>”, “<i>feitos e obras valorosas</i>”.</p>	<p>Ao longo do discurso é possível identificar a utilização de epítetos, com o objectivo de aumentar a presença de determinados elementos junto da consciência do auditório.</p>

Tabela 6 - Seleção dos Dados - 10 de Junho de 1986

Apresentação dos Dados	Aplicação no Discurso	Análise
Acentuação	<p><i>“[...] não deve ser uma exibição de glórias passadas, nem um acto repetitivo de rituais sem alma. Tem de constituir muito mais do que isso [...]”</i></p>	<p>É possível verificar o uso da acentuação logo no primeiro parágrafo quando o orador refere que a celebração do Dia de Portugal deve ser muito mais do que rituais sem alma. Neste caso, o orador, além de evidenciar o facto de a comemoração dever celebrar muito mais do que habitualmente é celebrado, ou seja, ser a “afirmação do orgulho de ser português e da perenidade da Pátria”, está simultaneamente a minimizar outros elementos, referindo que não deve ser “uma exibição” ou “um acto repetitivo”. Desde já, é possível perceber que o orador pretende distanciar-se do passado, criticando a intencionalidade verificada no discurso anteriormente analisado. Este facto pode ainda ser confirmado pela utilização da terceira pessoa do singular, na primeira frase do discurso. Como se viu, esta conjugação poderá revelar algum distanciamento do orador face aos elementos comunicados. Contudo, é importante referir que, apesar deste distanciamento, o orador não deixa de fazer referência ao passado ao longo do discurso, embora de uma forma muito menos acentuada.</p>
Evocação dos Detalhes	<p><i>“O 25 de Abril permitiu-nos o reencontro com o melhor da nossa tradição democrática, que tanto influenciou a nossa história desde os seus alvares, como ensinou Jaime Cortesão. Deu-nos ainda a possibilidade de retomarmos orgulhosamente a nossa dupla condição, portuguesa e europeia. Reconciliou-nos com a nossa própria história, com o que de melhor fomos e somos.”</i></p> <p><i>“Está nas nossas mãos fazer de Portugal um país moderno e justo, onde dê gosto viver, trabalhar, criar, onde todos caibam sem discriminações e aceitando com naturalidade o que nos diferencia e singulariza, na unidade nacional.”</i></p>	<p>Neste caso, a técnica de evocação dos detalhes surge associada à sua análise ou enumeração. O orador recorre ao uso desta técnica, de forma a demonstrar de que modo o 25 de Abril contribuiu para a reconciliação da história de Portugal.</p> <p>A técnica de evocação dos detalhes aparece aqui associada à enunciação das etapas necessárias à concretização do fenómeno, que neste caso específico, consiste em reconstruir Portugal como um país moderno e justo.</p>

Especificação	<i>“O 25 de Abril permitiu-nos [...]”</i> ou <i>“Nesta histórica cidade de Évora [...]”</i> .	Uma vez que a especificação permite criar emoção junto do auditório, o orador recorre em algumas situações ao uso de termos concretos. Esta utilização verifica-se na referência a datas ou locais específicos como o 25 de Abril de 1974 ou a cidade de Évora, enquanto cidade anfitriã das comemorações.
----------------------	---	--

Tabela 7 - Apresentação dos dados - 10 de Junho de 1986

Formulação do Pensamento	Aplicação no Discurso	Análise
Formulações Negativas	As formulações negativas, por sua vez, têm uma utilização quase nula ao longo do discurso em análise. Este facto, bastante diferenciador em relação ao discurso de 1977, permite enfatizar o referido anteriormente: possível testemunhar um esforço por parte do orador para se distanciar dos factos negativos e da situação menos positiva de Portugal, concentrando-se apenas no futuro e nas oportunidades que com ele possam surgir.	
Conjunções de Coordenação	<p><i>“Celebrar o Dia de Portugal não deve ser uma exibição de glórias passadas, nem um acto repetitivo de rituais sem alma.”</i></p> <p><i>“[...] neste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, como que nos detemos para melhor nos olharmos e redescobrirmos como País e como Povo.”</i></p> <p><i>“[...] a afirmação consciente do orgulho de ser português e da perenidade da Pátria – do seu passado e da sua história, do seu futuro e da sua esperança.”</i></p>	Ao nível das conjunções de coordenação e subordinação não se verifica uma utilização muito recorrente. É possível apenas identificar a utilização do “e” e do “nem”, enfatizando a relação lógica ou de subordinação existente entre os elementos presentes no discurso.

Modalidades: Injuntiva	<p><i>“Celebrar o Dia de Portugal não deve ser uma exibição de glórias passadas, nem um acto repetitivo de rituais sem alma. Tem de constituir muito mais do que isso: a afirmação consciente do orgulho de ser português e da perenidade da Pátria – do seu passado e da sua história, do seu futuro e da sua esperança.”</i></p>	<p>A modalidade injuntiva caracteriza-se pela ausência de força persuasiva e é bastante eficaz quando o objectivo do orador é o aumento da presença de determinados elementos no auditório. Por isso, neste caso, o orador pretende evidenciar o facto de que a comemoração do Dia de Portugal deve representar muito mais do que efectivamente representa. Simultaneamente, o orador visa mostrar aos portugueses de que todos podem contribuir para a melhoria de Portugal e que, por isso, todos têm responsabilidade neste processo.</p>
<p><i>“A responsabilidade pertence a todos, sem excepção.”</i></p>		
Modalidades: Optativa	<p><i>“Está nas nossas mãos fazer de Portugal um país moderno e justo, onde dê gosto viver, trabalhar, criar, onde todos caibam sem discriminações e aceitando com naturalidade o que nos diferencia e singulariza, na unidade nacional.”</i></p>	<p>Uma vez que a modalidade optativa permite exprimir, de uma forma indirecta, uma norma, aproximando-se por isso do imperativo, o orador adopta-a quando tem o objectivo de mostrar aos portugueses que está nas suas mãos fazer de Portugal um país melhor; encarar o futuro com confiança e construí-lo à semelhança da nossa história e da nossa cultura.</p>
<p><i>“Portugueses de hoje, temos o dever de encarar o futuro com confiança e determinação, conscientes do que nos cumpre fazer, das imensas potencialidades de Portugal.”</i></p>		
<p><i>“Dêmos a palavra às novas gerações e incitemo-las a entregar à Pátria, livremente, a criatividade da sua juventude. Saibamos estar à altura do melhor da nossa história e da nossa cultura. Em solidariedade, ergamos o nome de Portugal no Mundo, com feitos e obras valorosas, ao serviço do homem, da terra e da paz.”</i></p>		
Formas verbais: Presente e Imperativo	<p>No que toca às formas verbais, este discurso assume maioritariamente conjugações no presente e no imperativo. Como se viu, o presente é o tempo verbal que melhor transmite a norma, dizendo respeito ao que é universal e à lei, ao mesmo tempo que é o que melhor enfatiza o sentimento de presença junto do auditório. Além das conjugações verbais, é ainda possível verificar que o orador reforça este sentimento de presença através da corrente utilização do advérbio de tempo “hoje”. Já o imperativo, que assume a função de prece ou de súplica, permite transmitir ao auditório as normas que deverão ser adoptadas, sem no entanto, perder a capacidade de aumentar o sentimento de presença junto dos indivíduos.</p>	

<p>Formas verbais: Passado</p>	<p><i>“O 25 de Abril permitiu-nos o reencontro com o melhor da nossa tradição democrática, que tanto influenciou a nossa história desde os seus alvares, como ensinou Jaime Cortesão. Deu-nos ainda a possibilidade de retomarmos orgulhosamente a nossa dupla condição, portuguesa e europeia. Reconciliou-nos com a nossa própria história, com o que de melhor fomos e somos.”</i></p>	<p>É possível identificar que este discurso tem apenas um parágrafo conjugado no passado. E é justificado pelo facto do orador estar a enumerar acontecimentos passados e originados pelo 25 de Abril. Mas, ainda assim, é possível verificar que a frase termina com um verbo no presente, fazendo assim a transição para o que realmente está em causa e deixando de lado o passado, tal como pretendido pelo orador.</p>
<p>Artigos definidos, possessivos, demonstrativos e advérbios de modo</p>	<p><i>“[...] e da perenidade da Pátria – do seu passado e da sua história, do seu futuro e da sua esperança.”</i></p>	<p>Com o objectivo de reforçar o sentimento de presença, o orador utiliza com regularidade artigos definidos, demonstrativos e advérbios de modo. Além disso, apesar de o discurso ser proferido, em grande medida, na primeira pessoa do plural, no primeiro parágrafo é possível testemunhar a utilização de pronomes possessivos, na terceira pessoa do singular. Esta conjugação, ao assumir o uso do singular (Pátria) em vez do plural (portugueses), revela a unificação de um ponto de vista e, por sua vez, um sentimento de presença muito forte. Ao mesmo tempo, e como se viu, concretiza uma relação lógica entre o passado e a história, e o futuro e a esperança, alcançando assim a quebra com a referência ao passado, em prol da vontade do futuro.</p>
<p>Clichés</p>	<p><i>“Pátria livre”; “tradição democrática”.</i></p>	<p>À semelhança do discurso anterior, também aqui o orador recorre a clichés políticos, uma vez que é um dos elementos primordiais para o alcance da comunhão com o auditório.</p>

Tabela 8 - Formulação do pensamento - 10 de Junho de 1986

Figuras Argumentativas	Aplicação no Discurso	Análise
Figuras da escolha: Perífrase	<p><i>“Este singular destino que une uma pátria ao seu maior poeta [...]”</i></p> <hr/> <p><i>“Pátria pelo mundo repartida [...]”.</i></p>	<p>É possível identificar o uso de perífrases quando o orador se dirige a Portugal como “este singular destino que une uma Pátria ao seu maior poeta”, bem como quando define os portugueses como pertencendo a uma “Pátria pelo mundo repartida”. Desta forma, o orador consegue colocar em primeiro plano alguns elementos que se arriscariam a passar despercebidos junto do auditório.</p>
Figuras da presença: Hipotitose	<p><i>“Reconciliou-nos com a nossa própria história, com o que de melhor fomos e somos.”</i></p>	<p>Quanto às figuras da presença pode identificar-se o uso da hipotitose quando, como se viu, o orador altera bruscamente o tempo gramatical em que a frase está conjugada. Desta forma consegue aumentar a presença de determinados elementos à consciência do auditório. Neste caso específico, o orador pretende reforçar a força do presente face ao passado, evidenciando assim a necessidade de encarar o presente e o futuro como uma oportunidade.</p>
Figuras da comunhão: Citação	<p><i>“[...] por obras valorosas se foram da lei da morte libertando.”</i></p>	<p>É possível identificar-se a utilização da citação quando o orador faz referência a uma frase do poeta Luís de Camões. Esta figura assume um papel fundamental, permitindo reforçar a comunhão com o auditório, uma vez que torna presente na consciência dos indivíduos o “maior poeta” de Portugal.</p>
Figuras da comunhão: Enálage do número de pessoas	<p>Ainda ao nível das figuras da comunhão, é indispensável que se faça referência ao uso da enálage do número de pessoas. À semelhança do discurso de 1977, também aqui o orador se esforça por substituir o “eu” e o “tu” pelo “nós”, aumentando assim a comunhão com o auditório.</p>	

Tabela 9 - Figuras Argumentativas - 10 de Junho de 1986

Apêndice 3

Análise do Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho
de 1996, proferido pelo Presidente da República
Dr. Jorge Sampaio

Seleção dos Dados	Aplicação no Discurso	Análise
Presença	<i>“[...] cidade de tão ilustres e antigas memórias ligadas à aventura dos descobrimentos portugueses, que estamos a comemorar até ao final do século.”</i>	À semelhança dos outros discursos, também em 1996, o orador apelou à consciência dos auditores, evidenciando as características da cidade onde se realiza a comemoração do Dia de Portugal, o que lhe permite, simultaneamente, justificar as razões desta escolha.
	<i>“[...] o povo de Timor-Leste, que tem resistido heroicamente à opressão e à violência.”</i>	Apesar de os conflitos em Timor-Leste se manterem já há vários anos, o discurso de 1996, comparativamente aos outros discursos em análise, é único que lhes faz referência e os torna presentes à consciência dos portugueses. O orador afirma ainda que Portugal tem a responsabilidade de defender o povo de Timor-Leste e, talvez por isso, o Presidente da República Dr. Jorge Sampaio tenha ficado conhecido por ser um importante contribuidor para a tomada de consciência dos portugueses, em relação à causa pela independência de Timor-Leste.
	<i>“Temos a responsabilidade de defender em todas as circunstâncias [...] o seu direito inalienável à autodeterminação, à liberdade e à identidade cultural e religiosa.”</i>	
	<i>“Portugal está sempre disposto a prestar a sua colaboração, quando desejada, em todos os actos e processos que visem a paz, a democracia e o desenvolvimento dos países irmãos.”</i>	Da mesma forma, e revelando a preocupação com os Países de Língua Portuguesa, o orador afirma que será constituída a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e refere que Portugal deve estar sempre disposto a ajudar esta Comunidade.
	<i>“Também é nesta língua que Eduardo Lourenço vem sondando, sem descanso, a nossa história, a nossa cultura, a nossa mitologia, com uma inteligência criadora excepcional. Graças a ele conhecemos melhor o que somos como homens deste tempo e como portugueses herdeiros dos vários tempos da história.”</i>	Este discurso também se distingue por ser o primeiro em que se verifica a referência o Prémio Camões; o orador torna presente ao auditório o nome do vencedor e a sua contribuição para o país.

Presença	<i>“[...] Camões viveu num tempo de crise, que como o nosso, estava submetido às pressões contraditórias de uma era que findava e de outra que nascia. Como hoje, tinha sido abalada a imagem que os homens possuíam da sua condição e do seu destino.”</i>	É ainda perceptível que, neste discurso, Camões, e a sua época, são referidos como um exemplo de actuação a seguir, uma vez que existe, na opinião do orador, uma semelhança entre os desafios dos Descobrimentos e os da actualidade.
	<i>“É [da coragem de Camões] que precisamos para enfrentarmos as novas faces de um tempo, cujas características maiores são a complexidade e a imprevisibilidade.”</i>	
	<i>“A democracia procura, hoje, novas formas de participação nas decisões e novos meios de aproximação entre os eleitores e os seus representantes, estes objectivos passam pela maior abertura das instituições e por uma mais autêntica e conseqüente ligação às pessoas, à vida quotidiana e aos problemas concretos.”</i>	E face às exigências da actualidade, é também possível verificar o esforço do orador para evidenciar as características da democracia actual e os seus principais objectivos face à população e à vida quotidiana.
	<i>“A nossa história ensina-nos que, nos períodos de progresso, fomos sempre capazes de integrar, sem conflitos, o trabalho e o valor individuais no esforço e na acção colectiva, valorizando-os mutuamente.”</i>	Reforçando o aumento da consciência do auditório em relação à história dos portugueses, o orador evidencia os períodos de êxito, de forma a torná-los um exemplo de actuação. Simultaneamente, o orador volta a referir os Descobrimentos com o objectivo de localizar geograficamente o local das comemorações.
	<i>“[...] junto ao mar que nos fez grandes [...]”.</i>	
Ausência	<i>“[...] devemos também evitar, combatendo-os, aqueles motivos que nos provocaram, no passado, períodos de decadência.”</i>	Ao contrário do que acontece com os períodos de esplendor dos Descobrimentos, o orador opta por não referir os motivos que fizeram com que Portugal passasse também por momentos de decadência (embora sejam elementos comuns ao auditório).
Epítetos	<i>“Epopéia glorificadora”, “poderosos trunfos”, “nação secular”, “cultura riquíssima”, “grande história”, “consensos amplos e dinâmicos”</i>	É possível identificar a utilização regular de epítetos ao longo do discurso que visam, além de reforçar a presença, completar o conhecimento do auditório em relação às noções apresentadas.

Tabela 10 - Selecção dos Dados - 10 de Junho de 1996

Apresentação dos Dados	Aplicação no Discurso	Análise
Acentuação	<i>“Festejamos o Dia de Portugal sob a evocação de Camões e em comunhão com as comunidades portuguesas e de lusodescendentes dispersas pelos cinco continentes.”</i>	É possível identificar o uso da técnica de acentuação quando o orador pretende evidenciar premissas que são já conhecidas pelo auditório. Neste caso, a sua utilização verifica-se quando o orador evoca as origens da comemoração do Dia de Portugal.
Evocação dos Detalhes	<i>“Todos esses povos são nossos irmãos, pela história, pelo convívio secular, pelo afecto e pelo entendimento, são nossos irmãos pela língua [...]”</i>	O orador recorre igualmente à técnica de evocação dos detalhes, de forma a explicitar as etapas que originaram um fenómeno, que neste caso específico, representa o facto dos povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa se tornassem <i>nossos irmãos</i> .
	<i>“A nossa época – que é a época da globalização, do espaço, da comunicação, da Internet [...]”</i>	Outro exemplo da utilização desta técnica surge quando o orador descreve de forma sintetizada a época em que vive.
	<i>“Os Portugueses deram historicamente provas desses atributos, com desassombro e perspicácia para vencer dificuldades, curiosidade pelo novo e adaptabilidade ao diferente e ao mutável. A afectividade da nossa maneira de ser é também um valor muito importante num mundo que precisa ser re-humanizado.”</i>	Ao nível da enumeração dos detalhes, é possível identificar esta técnica quando o orador evidencia os factores que revelam o facto de os portugueses terem condições para enfrentar os desafios do futuro.
Especificação	<i>“Celebramos o 10 de Junho em Lagos [...]”</i>	Com o objectivo de criar emoção junto do auditório, o orador recorre também à especificação. É possível identificar o uso desta técnica sempre que o orador especifica a localização das cerimónias ou quando afirma que as comunidades portuguesas estão espalhadas pelos <i>cinco continentes</i> .
	<i>“[...] aqui, em Lagos [...]”</i>	
	<i>“[...] em comunhão com as comunidades portuguesas e de lusodescendentes dispersas pelos cinco continentes.”</i>	

Tabela 11 - Apresentação dos Dados - 10 de Junho de 1996

Formulação do Pensamento	Aplicação no Discurso	Análise
<p>Formulações Negativas</p>	<p><i>“Devemos cultivar o que sabemos ter de bom e corrigir o que não nos satisfaz, devemos afirmar os valores da nossa identidade secular e não ter medo de assumir um novo patriotismo, atento à lição da história, dinâmico e mobilizador, com raízes no passado e voltado para o futuro.”</i></p>	<p>Ao nível das formulações negativas, e à semelhança da análise de referente a 1986, pode dizer-se que este discurso também não apresenta conclusões significativas a esse nível. São poucas as vezes que o orador recorre a formulações negativas e, quando o faz, é apenas depois de referir o que se pretende para Portugal e o que se exige aos portugueses, de forma a enfatizar o que não deve ser feito.</p>
	<p><i>“A nossa relação com Portugal não é apenas consubstanciada numa ideia.”</i></p>	
	<p><i>“Afirmarmos esse sentimento não é uma proclamação retórica [...]”</i></p>	
	<p><i>“Esse compromisso traduz-se em não aceitarmos nem a discriminação nem a exclusão de ninguém [...].”</i></p>	
<p>Conjunções de Coordenação</p>	<p><i>“Esse compromisso traduz-se em não aceitarmos nem a discriminação nem a exclusão de ninguém, em prestarmos apoio e atenção aos que mais precisam.”</i></p>	<p>No que toca ao uso de conjunções de coordenação, é possível perceber que o orador apenas as utiliza quando a intenção é exprimir uma relação lógica entre os elementos apresentados.</p>
	<p><i>“A nossa relação com Portugal não é apenas consubstanciada numa ideia. É também um instinto e um sentimento forte, vivo e mobilizador.”</i></p>	<p>Mas também é possível identificar o uso das conjunções (através da expressão <i>não é apenas</i>) com o objectivo de minimizar certos elementos. Desta forma, o orador está a ir ao encontro do que pretende comunicar ao auditório, ou seja, de que é necessário olhar para Camões e para a sua obra de uma forma que ultrapasse a visão da epopeia glorificadora. Deve antes encarar-se este período como um exemplo, uma vez que, como o orador refere, é possível estabelecer um paralelismo entre a sua época e a nossa, na medida em que também Camões teve de lidar com a imprevisibilidade associada a novos desafios.</p>
	<p><i>“Mas Os Lusíadas não são apenas uma epopeia glorificadora, são também um manual de sinais e advertências para os perigos e as consequências dos erros humanos.”</i></p>	

Modalidades: Injuntiva	<p><i>“A nossa época [...] exige uma atitude que os Portugueses estão em boas condições de compreender. Exige sentido do universal, consciência da unidade do Mundo e de que tudo está ligado a tudo, capacidade de pressentir o que vai aparecer, coragem de correr riscos.”</i></p>	<p>Em relação às modalidades, e à semelhança dos discursos de 1977 e 1986, no de 1996 é possível identificar a existência das modalidades assertiva, injuntiva e optativa. A modalidade injuntiva surge várias vezes ao longo do discurso e, na grande maioria das vezes, com o objectivo de criar uma pré-disposição para agir.</p>
	<p><i>“Porque sabemos que esses são poderosos trunfos que possuímos e que temos de saber valorizar, devemos também evitar, combatendo-os, aqueles motivos que nos provocaram, no passado, períodos de decadência. Temos de ser sempre mais exigentes na prática quotidiana da democracia, aperfeiçoando as instituições e as relações de tolerância entre os cidadãos que devem participar e fazer ouvir a sua voz. Devemos ser mais exigentes connosco próprios, com o que somos e o que fazemos, com o contributo que damos à comunidade.”</i></p>	
	<p><i>“Temos de ser mais perseverantes no alcançar dos objectivos, mais combativos nos desafios a vencer, mais organizados e firmes na execução dos projectos, mais ambiciosos nos desejos e aspirações. Devemos cultivar o que sabemos ter de bom e corrigir o que não nos satisfaz, devemos afirmar os valores da nossa identidade secular e não ter medo de assumir um novo patriotismo, atento à lição das história, dinâmico e mobilizador, com raízes no passado e voltado para o futuro.”</i></p>	

<p>Modalidades: Optativa</p>	<p><i>“A democracia procura, hoje, novas formas de participação nas decisões e novos meios de aproximação entre os eleitores e os seus representantes, este objectivos passam pela maior abertura das instituições e por uma mais autêntica e conseqüente ligação às pessoas, à vida quotidiana e aos problemas concretos. As qualidades humanistas que sempre evidenciámos de proximidade afectiva e abertura cultural podem, nesse sentido, ter um carácter vivificador exemplar. Devemos fazer delas a marca criadora da nossa intervenção cívica e política.”</i></p>	<p>A modalidade optativa, apesar de estar presente com menor frequência, surge quando o orador procura exprimir, de uma forma indirecta, uma norma. Neste caso, verifica-se a utilização desta modalidade quando o orador se dirige à democracia, tendo em conta as novas exigências da actualidade; e quando pede aos portugueses para não celebrarem o Dia de Portugal como um ritual vazio, solicitando igualmente que cada um pense no seu papel na sociedade e no seu dever para com Portugal.</p>
<p><i>“Gostaria que os Portugueses não encarassem a celebração deste dia como um ritual vazio que se repete ou uma formalidade oficial que se cumpre. Gostaria que todos e cada um de nós fizéssemos uma pausa para pensar nos deveres que temos para com Portugal, qualquer que seja o nosso lugar na sociedade, pois somos todos portugueses. Gostaria que este dia de Portugal fosse sentido pelos Portugueses como o seu dia e o dia de todos. Desejo que estas celebrações contribuam para estreitar os laços que nos unem e nos tornam uma comunidade em movimento, coesa e forte.”</i></p>		
<p>Artigos definidos, possessivos, demonstrativos e advérbios de modo</p>	<p><i>“Fraternalmente” e “aqui”, “agora”, “hoje”.</i></p>	<p>Ao nível das formulações, o orador recorre com frequência ao uso de artigos definidos e, acima de tudo, demonstrativos com o objectivo de aumentar o sentimento de presença no auditório. Além disso, também se verifica, e à semelhança dos discursos já analisados, o uso recorrente de advérbios de modo e de tempo, também com o objectivo de reforçar a presença de determinados elementos.</p>
<p>Clichés</p>	<p><i>“Liberdade”, “justiça”, “solidariedade”.</i></p>	<p>Com o objectivo de reforçar a comunhão com o auditório, também no discurso de 1996, e à semelhança do de 1977 e 1986, é possível verificar a existência de clichés políticos.</p>

Tabela 12 - Formulação do Pensamento - 10 de Junho de 1996

Figuras Argumentativas	Aplicação no Discurso	Análise
Figuras da escolha: Definição oratória	<i>“[...] não é uma proclamação retórica, é um compromisso reafirmado que significa assumirmos um sentimento de responsabilidade activa e de partilha solidária.”</i>	Ao nível da definição oratória, é possível perceber que o orador recorre a esta figura quando pretende evidenciar e colocar na consciência do auditório determinados aspectos que, neste caso, se relacionam com a forma como os portugueses encaram a recuperação de Portugal.
Figuras da escolha: Sinédoque	<i>“[...] qualquer que seja o nosso lugar na sociedade, pois somos todos portugueses.”</i>	É também possível identificar o uso de sinédoques quando o orador visa tomar o todo pelas partes ou as partes pelo todo.
Figuras da escolha: Perífrase	<i>“[...] saudamos também fraternalmente todos os povos que falam a língua que nos é comum.”</i> <i>“O seu poema constitui a referência maior da nossa biografia colectiva.”</i>	Ainda ao nível das figuras de comunhão, é possível identificar o uso de perífrases quando o orador se dirige à Comunidade de Países de Língua Portuguesa como <i>“todos os povos que falam a língua que nos é comum”</i> ; e à obra <i>Os Lusíadas</i> como o <i>“poema constitui a referência maior da nossa biografia colectiva”</i> .
Figuras da presença: Hipotitose	<i>“[...] nós não fomos e não somos uma nação porque estamos juntos ou porque o destino nos juntou. Somos uma nação porque nos quisemos e nos queremos juntos [...]”</i>	No que toca às figuras de presença é possível identificar o uso da hipotitose, de forma a aumentar a presença de determinados elementos à consciência do auditório.
Figuras da comunhão: Enálage do número de pessoas	Em relação às figuras de comunhão, e à semelhança dos discursos anteriormente analisados, também em 1996 o orador recorre em grande medida à enálage do número de pessoas, substituindo o “eu” e o “tu” pelo “nós”. Como se viu, desta forma, é possível fomentar a comunhão e reforçar o sentimento de pertença no auditório.	

Figuras da escolha: Citação	<i>“[...] descoberta de «novas ilhas, novas terras, novos mares; e o que mais é, novo céu e novas estrelas» [...]”</i>	Um dos aspectos que distingue este discurso dos anteriormente analisados, é o aumento da utilização de citações. O orador recorre a esta figura de forma a evidenciar aos portugueses o facto de que estão numa situação muito semelhante à da época de Camões, em que é necessário viver lado a lado com constantes mudanças e novos desafios e que, por isso, se deve ver no escritor um exemplo de que é possível contornar a situação e alcançar melhorias.
	<i>“[...] «todo o mundo é composto de mudança» e que «continuamente vemos novidades».”</i>	

Tabela 13 - Figuras Argumentativas - 10 de Junho de 1996

Apêndice 4

Análise do Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho
de 2006, proferido pelo Presidente da República
Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva

Seleção dos Dados	Aplicação no Discurso	Análise
Presença	<p><i>“Daqui houve nome Portugal. E daqui sempre houve o que de melhor existe na portugalidade: uma vontade granítica de triunfar, uma frontalidade orgulhosa e leal, a indomável ambição de ser maior. Aqui, nesta cidade do Porto, na alma livre das suas gentes de trabalho e de palavra, residem os valores mais perenes do País que hoje celebramos.”</i></p>	<p>Neste discurso, e à semelhança dos discursos anteriores, o orador começa por se dirigir aos portugueses tornando presentes as glórias dos Descobrimentos e os valores associados a essa época. A sua intenção é que esses valores sejam percebidos como uma fonte de inspiração para as opções que têm de ser tomadas no futuro.</p>
	<p><i>“Recebemos a herança de um passado ilustre.”</i></p>	
	<p><i>“A obra de Camões traduz esse misto de orgulho pelo passado e de preocupação pelo amanhã que deve presidir às opções que temos continuamente de fazer.”</i></p>	
	<p><i>“[...] necessário fazer o balanço não só do que gostaríamos de ver feito mas também do modo como a acção de cada um pode contribuir para que o resultado colectivo nos contente.”</i></p>	<p>No entanto, é igualmente evidente um esforço para mostrar aos portugueses que as melhorias necessárias dependem também de um esforço e contribuição da sua parte. E este aspecto permite perceber que o discurso de 2006 se distingue dos anteriormente analisados, uma vez que é possível identificar uma maior responsabilização por parte do Presidente da República e em relação às atitudes e comportamentos dos portugueses.</p>
	<p><i>“Foi-se instalando na mentalidade colectiva a ideia de que o Estado é, para o bem e para o mal, a raiz e a solução de todos os nossos problemas. Daí nasce a relação nem sempre amadurecida e responsável que os Portugueses têm com o Estado.”</i></p>	
	<p><i>“É urgente interiorizar esta pedagogia republicana dos deveres cívicos. Se olharmos à nossa volta, encontraremos bons exemplos de como uma forte cultura cívica é um recurso insubstituível que, só por si, pode determinar a diferença no sucesso e no desenvolvimento dos países.”</i></p>	

Ausência	<i>“Não comemoremos esta efeméride como um ritual passadista em que se exaltam nacionalismos que perderam sentido no nosso tempo.”</i>	Através da ausência, o orador exprime a vontade de celebrar o dia 10 de Junho com uma visão focada no futuro e nos desafios que o país tem hoje pela frente, evitando referências a nacionalismos de outrora.
Epíteto	<i>“Vontade granítica”, “frontalidade orgulhosa”, “indomável ambição”, “inestimável património”, “rigoroso cumprimento”, “responsabilidade solidária”.</i>	Ao nível da escolha das qualificações, e de forma a aumentar a presença dos elementos na consciência do auditório, o orador recorre com alguma frequência ao uso de epítetos.

Tabela 14 - Seleção dos Dados - 10 de Junho de 2006

Apresentação dos Dados	Aplicação no Discurso	Análise
Acentuação	<i>“Esta é uma data festiva, em que Portugal se reencontra consigo mesmo para celebrar a memória do seu Poeta maior e para saudar as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.”</i>	Neste discurso e à semelhança dos anteriormente analisados, o orador recorre à acentuação, de forma a reforçar a presença de determinados elementos junto do auditório.
Evocação dos Detalhes	<i>“Ambicionamos um País mais rico e mais justo, uma sociedade que não seja atravessada por tantas assimetrias e desigualdades, um território mais equilibrado no desenvolvimento de todas as suas parcelas. Desejamos um Portugal com recursos humanos mais qualificados, com empresas mais competitivas, com serviços públicos de qualidade. Precisamos de um sistema de justiça eficiente e acessível, a que os cidadãos possam recorrer com confiança na celeridade e eficácia das decisões. Desejamos, enfim, um Portugal que se reveja no melhor do seu património histórico e cultural e que saiba não só preservá-lo, mas também promovê-lo e torná-lo maior na riqueza e criatividade das suas manifestações.”</i>	É possível identificar o uso da técnica de evocação dos detalhes, associada à técnica da acumulação e da insistência, quando o orador expõe o que se pretende para Portugal.

Evocação dos Detalhes	É igualmente possível identificar a técnica de evocação dos detalhes quando o orador faz um balanço do que é necessário mudar e de que forma cada português pode contribuir para esse resultado colectivo. O orador começa assim a descrever, de uma forma global, algumas situações específicas, enunciando de seguida as etapas, ou seja, o que os portugueses deverão fazer para mudar a situação actual do país.	
Silêncio	<p>Este discurso, ao contrário dos anteriormente analisados, tem duas pausas explícitas. Estes períodos de silêncio permitem ao orador aumentar a presença junto do auditório, bem como enfatizar as passagens que se seguem. Além disso, nas duas situações, o orador retoma o discurso com “<i>Portugueses</i>”, apelando assim à união e fomentando a comunhão em torno do grupo.</p> <p>As pausas podem também ser percebidas como elementos que ajudam a estruturar o discurso. Ao entendê-las desta forma, é então possível, perceber que numa primeira fase, o orador torna presentes à consciência do auditório elementos relacionados com os Descobrimentos e a obra de Camões, de forma a desafiar os portugueses a reflectir sobre o passado enquanto exemplo de coragem para alcançar o que é necessário para o futuro.</p> <p>Numa segunda parte, o orador responde às questões colocadas anteriormente e faz um balanço dos problemas que se verificam no país, afirmando que se espera uma nova atitude por parte dos portugueses.</p> <p>Por último, numa terceira fase, o orador esforça-se por recuperar a comunhão junto do auditório, fazendo referência às comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e depositando também a sua esperança na juventude.</p>	
Especificação	<p>“<i>Aqui, nesta cidade do Porto [...].</i>”</p> <hr/> <p>“<i>[...] língua portuguesa partilhada por outro sete Estados que a têm por língua oficial [...].</i>”</p> <hr/> <p>“<i>Envergonhamo-nos por persistirem, no Portugal do século XXI [...].</i>”</p>	À semelhança dos outros discursos em análise, em 2006, o orador também recorre à especificação, de forma a criar mais emoção junto do auditório em relação aos elementos que enuncia.

Tabela 15 - Apresentação dos Dados - 10 de Junho de 2006

Formulação do Pensamento	Aplicação no Discurso	Análise
Formulações Negativas	Este discurso é caracterizado pela utilização de formulações negativas, como se verificou no discurso de 1977. Percebe-se que a razão destas formulações deve-se ao facto de ser um discurso, à semelhança do proferido pelo Presidente General Ramalho Eanes, mais autoritário e no qual se responsabiliza os portugueses por parte da situação do país. Por isso, as formulações negativas intensificam-se na segunda parte do discurso, quando o orador exige uma mudança de atitude dos portugueses em relação a determinados aspectos, relacionados com a educação, saúde, ambiente ou responsabilidade cívica. Isto revela, por um lado, o reconhecimento do Presidente da República face à insatisfação dos portugueses, mas por outro lado, é uma oportunidade para transmitir o que também ele acha que está mal, exigindo assim uma mudança ao nível das atitudes e comportamentos dos cidadãos.	
Conjunções de Coordenação	<i>“É, por isso, necessário fazer o balanço não só do que gostaríamos de ver feito mas também do modo como a acção de cada um pode contribuir para que o resultado colectivo nos contente.”</i>	Ao nível da formulação das ligações verifica-se a utilização de conjunções de coordenação, como “mas”, “nem”, “ou”, “e” de forma a evidenciar uma relação lógica entre os elementos. Da mesma forma, e à semelhança dos outros discursos, o orador recorre à minimização de determinados elementos face a outros.
Modalidades: Interrogativa	<i>“Entre os Portugueses de ontem e os Portugueses de amanhã, que papel está reservado aos Portugueses de hoje?”</i>	Este discurso distingue-se dos anteriormente analisados pelo facto de apresentar a modalidade interrogativa. Ao interrogar o auditório, o orador está a incentivá-lo a reflectir sobre os elementos expostos e, simultaneamente, a reforçar a comunhão em torno dessas noções.
	<i>“Na vida pessoal, na família, no trabalho, no comportamento cívico, na atitude para com os outros, no pleno aproveitamento dos recursos de que dispomos, temos estado à altura das nossas responsabilidades e das gerações que nos precederam?”</i>	No mesmo sentido, o orador dirige-se ao auditório questionando-o se têm estado à altura das gerações que nos antecederam. E, se de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2006), os pressupostos implícitos nas questões permitem transmitir crenças, então é perceptível que o Presidente da República sabe que não têm estado à altura.

Modalidades: Interrogativa	<i>“[...] não seremos todos também responsáveis, por acção ou emissão, pela poluição que invade os rios, pelo lixo que suja as praias, pela destruição do nosso património histórico e paisagístico?”</i>	E, confirmando esta questão, o Presidente da República dirige uma questão mais directa aos portugueses: afinal não seremos todos responsáveis? Mais uma vez, nesta interrogação, o orador está a transmitir ao auditório as suas crenças, ou seja, que a responsabilidade é efectivamente de todos.
	<i>“«Que Portugal se espera em Portugal? Que gente há-se ainda erguer-se desta gente?»”</i>	Exactamente por isso, o orador termina o discurso com a modalidade interrogativa, apelando assim à reflexão.
Modalidades: Injuntiva	<i>“Temos de assinalar o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas com uma perspectiva do passado e uma visão para o futuro.”</i>	No entanto, este discurso não deixa de ter presente a modalidade injuntiva. Verifica-se a presença desta modalidade quando o orador evidencia o que deve ser feito para alterar o rumo de Portugal. A modalidade é marcada pelo facto de começar com a conjugação do verbo ter na primeira pessoa do plural, o que revela a necessidade urgente de mudança.
	<i>“Temos de cuidar melhor da nossa saúde para que o sistema de saúde possa cuidar melhor de nós.”</i>	
	<i>“Temos, para além disso, o dever de acolher e integrar os que, no respeito pelas leis do País, nos procuram como nova fonte de esperança e oportunidade, os imigrantes que chegam de outros países dispostos a lutar por uma vida melhor. Temos de pensar a República como uma comunidade de destino e de futuro, feita de cidadãos livres e responsáveis. Temos de fazer da ética da responsabilidade uma marca integrante do espírito de todos os Portugueses [...].”</i>	
Modalidades: Optativa	<i>“Não comecemos esta efeméride como um ritual passadista em que se exaltam nacionalismos que perderam sentido no nosso tempo. E também não vejamos no 10 de Junho o mero pretexto para uma comemoração que, de tão repetida, corre o risco de se esvaziar de sentido.”</i>	A modalidade optativa, apesar de menos verificada, surge quando, como se viu, o orador pretende exprimir uma norma, mas de uma forma indirecta. Neste caso, o orador pede ao auditório que não comemore o dia 10 de Junho como um ‘ritual passadista’ ou como uma celebração que, de tão repetida, acaba por cair no esquecimento.

Formas verbais: Presente	Este discurso é marcado pelo uso do presente, o que permite aumentar o sentimento de presença, e pela fraca existência de formas verbais conjugadas no passado.	
Artigos definidos, possessivos, demonstrativos e advérbios de modo	<p><i>“Neste dia 10 de Junho, quero interpelar directamente os Portugueses, todos e cada um, exortando-os a reflectir sobre o que desejam e o que se dispõem a fazer pelo seu País.”; “[...] o Estado só pode suportar esse custo se contar com o contributo e a iniciativa de todos e de cada um dos cidadãos.”</i></p>	<p>É possível identificar o uso de artigos definidos, demonstrativos e advérbios de modo, embora com menor frequência do que no discurso de 1996.</p> <p>Em 2006 é igualmente comum a transformação do grupo em uma pessoa, de forma a unificar o ponto de vista e, conseqüentemente, aumentar o sentimento de pertença no auditório.</p>
Clichés, Máximas e Palavras de ordem	Este discurso distingue-se também dos anteriores pelo facto dos clichés políticos e das máximas ou palavras de ordem serem inexistentes. Além disso, apesar de fazer referência aos emigrantes, como todos os outros discursos, este é o único que destaca os imigrantes e a forma como Portugal deverá acolhê-los e integrá-los.	

Tabela 16 - Formulação do Pensamento - 10 de Junho de 2006

Figuras Argumentativas	Aplicação no Discurso	Análise
Figuras da escolha: Definição oratória	<p><i>“Ser independente é ser responsável.”</i></p>	<p>Ao nível das figuras da escolha, o orador recorre à definição oratória quando pretende evidenciar e colocar na consciência do auditório que, para ser independente, é necessário ser-se responsável. E esta definição oratória pode também ser compreendida como um paralelismo entre os portugueses e o país.</p>
Figuras da escolha: Sinédoque	<p><i>“O Estado somos nós.”</i></p>	<p>À semelhança do discurso de 1996, aqui o orador também utiliza perífrases quando visa tomar os portugueses pelo Estado, ou seja, as partes pelo todo.</p>

Figuras da escolha: Perífrase	<i>“[...] os que, no respeito das leis do País, nos procuram como nova fonte de esperança e oportunidade [...].”</i>	Pode ainda identificar-se a utilização de sinédoques quando, por exemplo, o orador se dirige aos emigrantes como os que ‘nos procuram como nova fonte de esperança e oportunidade’.
Figuras da presença: Sinonímias	<i>“Ambicionamos [...] uma sociedade que não seja atravessada por tantas assimetrias e desigualdades, um território mais equilibrado no desenvolvimento de todas as suas parcelas.”</i>	É possível verificar-se a utilização de sinonímias, ou seja, figuras que permitem que se repita a mesma ideia por meio de sinónimos ou de termos diferentes dos referidos primeiramente. Neste caso, o orador refere a mesma ideia, embora por termos diferentes.
Figuras da comunhão: Enálage do número de pessoas	À semelhança dos outros discursos em análise, e como é esperado que aconteça, o orador recorre frequentemente à enálage do número de pessoas, formulando assim o seu discurso na primeira pessoa do plural, de modo a fomentar a comunhão em torno dos valores expressos.	
Figuras da escolha: Citação	Ainda ao nível das figuras da comunhão, e seguindo a tendência do discurso de 1996, em 2006 também é possível verificar o uso de citações. E é exactamente com uma citação que o orador termina o discurso, incentivando o auditório a reflectir.	

Tabela 17 - Figuras Argumentativas - 10 de Junho de 2006

Anexo 1

Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1977,
proferido pelo Presidente da República
General Ramalho Eanes

Presidência da República

NA SESSÃO SOLENE DO DIA DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES
PORTUGUESAS

(10.JUNHO.1977)

PORTUGUESES

CELEBRAMOS HOJE O DIA DE CAMÕES, QUE A TRADIÇÃO
CONSAGROU COMO O DIA DE PORTUGAL E QUE ESTE ANO
DISTINGUE ESPECIALMENTE A COESÃO DAS COMUNIDADES
PORTUGUESAS ESPALHADAS PELO MUNDO.

CAMÕES NÃO É APENAS UM DOS ESCRITORES MAIORES DA
LÍNGUA EM QUE SE EXPRIME UMA GRANDE PARCELA DA
HUMANIDADE. A SUA VIDA E A SUA OBRA SÃO A SÍNTESE
ADMIRÁVEL DAS VICISSITUDES, DA GRANDEZA, DO GÊNIO COM
QUE NOS AFIRMAMOS COMO NAÇÃO, E O EXEMPLO DA AVENTURA
E DO DESPRENDIMENTO COM QUE NOS LANÇAMOS NA TAREFA DE
ABRIR, AOS POVOS DA TERRA, OS CAMINHOS DO SEU MÚTUO
CONHECIMENTO.

NASCEMOS DO ENTRECRUZAR DE VÁRIOS POVOS E DE
CIVILIZAÇÕES DIVERSAS E DISSO HERDAMOS ESTE NOSSO

Presidência da República

JEITO DE NOS FUNDIRMOS COM OUTRAS GENTES, SEM AMBIÇÕES COLECTIVAS E DURADOIRAS DE DOMÍNIO.

CEDO AFIRMAMOS, NA EUROPA DOS VELHOS IMPÉRIOS, A NOSSA DETERMINAÇÃO DE SERMOS PÁTRIA E COM RAZÃO NOS ORGULHAMOS DE TER MANTIDO ATRAVÉS DA HISTÓRIA A NOSSA IDENTIDADE PRIMITIVA. DA EUROPA PARTIMOS À PROCURA DO MUNDO GUIADOS POR IDEAIS QUE PERDURARAM PARA ALÉM DOS INTERESSES EFÉMEROS QUE OS ACOMPANHAVAM. NEM O ATRASO COM QUE EM ÁFRICA RESPONDEMOS AO SENTIDO DA HISTÓRIA, NEM AS CONSEQUENTES PRECIPITAÇÕES E ERROS QUE LHE SOMAMOS, COMPROMETERAM IRREMEDIAVELMENTE O PATRIMÓNIO QUE PARTILHAMOS COM OS POVOS QUE NA MESMA LÍNGUA EXPRESSAM OS VALORES DUMA LONGA VIDA COMUM.

O NOSSO REGRESSO AOS LIMITES DA PÁTRIA ORIGINÁRIA NÃO PODERIA REALIZAR-SE SEM A CRISE DE IDENTIDADE QUE ATRAVESSAMOS E SEM OS SACRIFÍCIOS, POR VEZES DRAMÁTICOS, NO QUOTIDIANO DOS DESALOJADOS E DOS DESEMPREGADOS. A COMEMORAÇÃO DE CAMÕES NESTE DIA É POR ISSO UM CONVITE À MEDITAÇÃO SOBRE O NOSSO PASSADO, UM PASSADO QUE NOS GLORIFICA E COMPROMETE, QUE NOS ESTIMULA E RESPONSABILIZA.

Presidência da República

NÃO É POR ACASO QUE AS CELEBRAÇÕES DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS, QUE EM TODAS AS PARTES DO MUNDO HOJE SE REALIZAM, TÊM O SEU PONTO CENTRAL NESTA HISTÓRICA CIDADE DA GUARDA. OS ERROS DE CONCEPÇÃO, POLÍTICA, A FALTA DE VISÃO SOBRE OS DESTINOS DO MUNDO MODERNO E A CONSEQUENTE INSUFICIÊNCIA DO RITMO DE DESENVOLVIMENTO NO NOSSO PAÍS, LANÇARAM NOS CAMINHOS DA EMIGRAÇÃO, NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, MAIS DE UM MILHÃO DOS NOSSOS COMPATRIOTAS. ESTE FACTO, SE OUTROS NÃO HOUVESSE, BASTARIA PARA CONDENAR O REGIME QUE GOVERNOU O PAÍS ATÉ ABRIL DE 1974.

GRANDE PARTE DOS QUE SE EXILARAM DA SUA PRÓPRIA TERRA SAÍRAM DESTE E DE OUTROS DISTRITOS DO INTERIOR, SEM APOIOS NEM PROTECÇÃO VERDADEIROS EXILADOS POLÍTICOS, SENTIAM NA CARNE O DESESPERO E A EXPLORAÇÃO, MAS MANTIVERAM OS SEUS LAÇOS COM PORTUGAL E AJUDAM HOJE OS QUE FICARAM OU OS QUE VOLTARAM PARA PARTICIPAR NA RECONSTRUÇÃO DA PÁTRIA.

A ESCOLHA DESTA CIDADE PARA SEDE DAS COMEMORAÇÕES NACIONAIS É POR ISSO UMA HOMENAGEM TODOS QUANTOS PERSISTEM EM MANTER RAÍZES E INVESTIR ESPERANÇAS NA TERRA QUE OS VIU NASCER.

Presidência da República

COM O REGRESSO À EUROPA CUMPRIU-SE UM CICLO IMPORTANTE DA VIDA PORTUGUESA. NÃO FALTAM OS QUE SÓ ENCONTRAM NESSE PASSADO MOTIVOS DE CONDENÇÃO, COMO TAMBÉM NÃO FALTAM OS QUE VÊM NO ENCERRAR DE UM IMPÉRIO, MAIS SONHADO QUE FEITO, O OCASO DUMA PÁTRIA QUASE MILENÁRIA.

O BALANÇO DESTE PERÍODO HAVEREMOS DE FAZÊ-LO QUANDO O TEMPO PROPICIAR A SERENIDADE E O RIGOR QUE O CREPITAR DAS PAIXÕES NÃO CONSENTE.

TEMOS CONTUDO QUE ASSUMIR ESSA HERANÇA, REPOSITÓRIO DO ESFORÇO E DO SACRIFÍCIO, GRANDEZA E TAMBÉM DOS ERROS DAS GERAÇÕES QUE NOS LEGARAM A PÁTRIA QUE SOMOS. NÃO É LEGÍTIMO DISSOCIAR AS PÁGINAS DE GRANDEZA DAS LINHAS DO PASSIVO. JULGAR OS FACTOS DE UM TEMPO HISTÓRICO FORA DA SUA REALIDADE ENVOLVENTE, OU QUERER IMPEDIR, NOME DOS VALORES DESSE PASSADO, A MARCHA DO HOMEM PARA A SUA LIBERTAÇÃO, SERIA ATRAIÇOAR POR IGUAL O PASSADO E O FUTURO. SOBEJAM-NOS RAZÕES PARA NOS REVERMOS NESSA HERANÇA SEM PRECONCEITOS E SEM COMPLEXOS.

DEIXAMOS NAS MÃOS DOS POVOS COM QUEM CONVIVEMOS INSTRUMENTOS DE PROGRESSO. MANTEMOS A CAPACIDADE E O

Presidência da República

INTERESSE EM TER COM ELES A RELAÇÃO FRATERNA QUE CONSTITUI O TRAÇO MAIS MARCANTE DA NOSSA MANEIRA DE ESTAR NO MUNDO.

VIVEMOS O RARO PRIVILÉGIO DE COMEÇAR UMA NOVA ERA E AS DIFICULDADES DO MOMENTO PRESENTE NÃO NOS PODEM ISENTAR DAS RESPONSABILIDADES QUE ASSUMIMOS DE EXTRAIR DE TUDO O QUE ACABA UM NOVO PRINCÍPIO.

CELEBRAMOS EM CAMÕES OS VALORES PERENES DA NOSSA IDENTIDADE E DA NOSSA VOCAÇÃO UNIVERSAL; NAS COMUNIDADES PORTUGUESAS QUE PELO MUNDO LABUTAM CONSAGRAMOS O ESFORÇO, O SACRIFÍCIO E A CAPACIDADE DE CRIAR DO NOSSO POVO.

ESTES SÃO MOTIVOS BASTANTES PARA ENCETARMOS O CAMINHO DA RECONCILIAÇÃO NACIONAL EM TORNO DOS VALORES QUE, SENDO DE ONTEM, SÃO DE SEMPRE, E QUE, SENDO PATRIMÓNIO DE GERAÇÕES, ESTÃO DEPOSITADOS NA CONSCIÊNCIA DE CADA PORTUGUÊS.

LIBERTOS DA ANGÚSTIA COLECTIVA QUE AS GRANDES FRACTURAS DA HISTÓRIA GERAM NO INCONSCIENTE DOS POVOS, REDEFINIREMOS NA BASE DAS COMUNIDADES LUSÍADAS UM NOVO CONCEITO DE POVO E DE PÁTRIA. SÃO OS HOMENS E NÃO SÓ OS TERRITÓRIOS QUE DEFINEM OS POVOS. É A

Presidência da República

CULTURA E O EMPENHO COMUM DE CONSTRUIR UM FUTURO SOLIDÁRIO QUE EM CADA MOMENTO FAZEM AS PÁTRIAS.

A RECUPERAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E O RELANÇAMENTO DE UM PROJECTO UNIVERSALISTA DE UM POVO QUE ULTRAPASSA OS LIMITES DO SEU PRÓPRIO TERRITÓRIO PRESSUPÕEM NATURALMENTE A SUPERAÇÃO DOS PROBLEMAS E DAS DIFICULDADES COM QUE NOS DEBATEMOS.

TEMOS DE NOS CONVENCER DEFINITIVAMENTE QUE É NOS PORTUGUESES QUE ASSENTA A RECUPERAÇÃO DO PAÍS.

O REFORÇO DA NOSSA IDENTIDADE NUM MUNDO CARACTERIZADO POR UMA FORTE INTERDEPENDÊNCIA ECONÓMICA DEPENDE DA NOSSA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E DA VIABILIDADE DO PROJECTO ECONÓMICO GLOBAL, ASSENTE NAS NOSSAS POTENCIALIDADES NA NOSSA EXPERIÊNCIA E NA QUALIDADE UNIVERSALISTA DAS NOSSAS RELAÇÕES.

ESTA É UMA VERDADE DE QUE TEMOS ANDADO ESQUECIDOS:
PRECISAMOS DE PRODUZIR MAIS!

PRECISAMOS DE PRODUZIR MELHOR!

Presidência da República

PARA ATINGIR ESTES OBJECTIVOS SERÁ NECESSÁRIO TRABALHAR SEM HESITAÇÕES, REALIZAR NOVOS PROJECTOS SEM ESPERAR PROTECÇÕES ARTIFICIAIS, INVESTIR COM DECISÃO NAS NOVAS OPORTUNIDADES ABERTAS E DESENVOLVER AS NOSSAS ESPECIALIZAÇÕES NATURAIS.

OS PORTUGUESES QUE MOUREJAM O SEU DIA A DIA NOUTROS PAÍSES E QUE PATRIOTICAMENTE TÊM POSTO AS SUAS POUPANÇAS AO SERVIÇO DA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA DE PORTUGAL TÊM UMA AUTORIDADE INDISCUTÍVEL PARA NOS EXIGIR UM ACRÉSCIMO DE ESFORÇO.

ACRÉSCIMO DE ESFORÇO QUE TERÁ DE REFLECTIR-SE NO AUMENTO DA PRODUÇÃO E NO EMPENHAMENTO CONJUGADO DE TODOS OS TRABALHADORES SEJAM DIRIGENTES QUADROS OU OPERÁRIOS.

OS TRABALHADORES ESTÃO CADA VEZ MAIS CIENTES DE QUE A INDISCIPLINA NAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E A BAIXA PRODUTIVIDADE COMPROMETEM NÃO SÓ A GARANTIA DE BENEFÍCIOS JÁ ADQUIRIDOS, MAS AINDA A POSSIBILIDADE DE MELHORIA REAL DAS SUAS CONDIÇÕES DE VIDA. MAS NÃO BASTA PRODUZIR MAIS. É PRECISO REORGANIZAR A PRODUÇÃO PARA PRODUZIR MELHOR.

Presidência da República

A ESTA RESPONSABILIDADE HISTÓRICA NÃO PODEM FURTAR-SE, PARTICULARMENTE, OS QUADROS E DIRIGENTES DAS EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS E DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL. NA SUA CAPACIDADE DE INOVAR E ORGANIZAR RESIDE UMA DAS CONDIÇÕES ESSENCIAIS AO ÊXITO DO NOVO PROJECTO ECONÓMICO.

Presidência da República

NESTA PERSPECTIVADA, COMPETÊNCIA, O MÉRITO, A CRIATIVIDADE, A DESCOBERTA, O RISCO, SÃO VALORES A PREMIAR, DO MESMO MODO QUE SE DEVE POR TERMO À CAMUFLAGEM DA INCAPACIDADE COM ARTIFÍCIOS PARTIDÁRIOS E IDEOLÓGICOS OU COM PROTECCIONISMOS INJUSTOS E RETRÓGRADOS.

O REFORÇO DA IDENTIDADE NACIONAL PASSA TAMBÉM PELA REVITALIZAÇÃO E ACTUALIZAÇÃO DO NOSSO PATRIMÓNIO CULTURAL E TÉCNICO.

TEMOS DE APRENDER A APLICAR À ECONOMIA DE VALORES CULTURAIS ACUMULADOS EM OITO SÉCULOS DE HISTÓRIA.

O NOSSO PAÍS TEVE O RARO PRIVILÉGIO DE SE CONSTRUIR NO DIÁLOGO COM A HUMANIDADE. NADA DO QUE É HUMANO FOI ESTRANHO AOS PORTUGUESES; PELO CONTRÁRIO, À NOSSA PERSONALIDADE CULTURAL, COMO UNIDADE ORGÂNICA, É O PRODUTO DO INTERCAMBIO E DO CONFRONTO COM OUTROS POVOS E OUTRAS CULTURAS.

ESTE CONJUNTO DE VALORES, AO QUAL DEVEMOS O QUE SOMOS, DEVERÁ SER PROSEGUIDO PELO CONTÍNUO APROVEITAMENTO DA RIQUEZA CULTURAL RESULTANTE DO FLUIR DA VIDA NOS CAMPOS, NAS FÁBRICAS, NOS LUGARES DE MEDITAÇÃO E DE CONVÍVIO.

Presidência da República

A PLENA VALORIZAÇÃO DESTAS FONTES NATURAIS DO SABER NÃO PODE DISPENSAR, NO ENTANTO, O ESTUDO SISTEMÁTICO E A INVESTIGAÇÃO ORIENTADA QUE ÀS UNIVERSIDADES COMPETE PROMOVER E SINTETIZAR A FIM DE QUE O NOSSO LUGAR NA IDADE DO HOMEM SEJA DIGNO DAS BASES CIENTÍFICAS DA NOSSA EPOPEIA DE QUINHENTOS.

O DESAFIO QUE ENFRENTAMOS NÃO SE VENCERÁ SEM "CALEJAR AS MÃOS" DOS QUE TRABALHAM. É UM ERRO SUPOR QUE AS NAÇÕES SE CONSTROEM COM GRANDES DISCURSOS POLÍTICOS. PELO CONTRÁRIO, A LUTA QUE EMPREENDEMOS SERÁ ESTÉRIL SE A CRIAÇÃO CULTURAL NÃO PERMITIR AO PAÍS REPENSAR CONSTANTEMENTE:

- A SUA CAPACIDADE DE PLANEAR E PREVER,
- A VIABILIDADE DO SEU PROJECTO,
- O SEU PODER DE INVENÇÃO DE REALIZAÇÕES NECESSÁRIAS E INSUBSTITUÍVEIS,
- A SUA APTIDÃO PARA COMPETIR COM ESTRUTURAS PRODUTIVAS CADA VEZ MAIS AGRESSIVAS E MAIS SOFISTICADAS.

A EMIGRAÇÃO TEVE O MÉRITO DE DEMONSTRAR QUE POSSUÍMOS A CONDIÇÃO MAIS IMPORTANTE PARA A EDIFICAÇÃO DE UMA ECONOMIA PRÓSPERA. MUITOS DOS TRABALHADORES

Presidência da República

PORTUGUESES QUE PASSARAM A FRONTEIRA VENCERAM EM MESES DECÉNIOS DE ESTAGNAÇÃO TÉCNICO-CULTURAL. O REPTO CONTIDO NESTE FACTO HISTÓRICO DEVERIA MOBILIZAR TODA A NAÇÃO.

PORTUGUESES

NÃO QUERO ALONGAR-ME SOBRE OS PROBLEMAS QUE ENFRENTAMOS E CUJA PERMANÊNCIA ESVAZIA DE SENTIDO OS IDEAIS QUE DERAM RAZÃO DE SER À REVOLUÇÃO DE ABRIL.

CELEBRAR PORTUGAL COMEMORANDO CAMÕES E AS COMUNIDADES PORTUGUESAS É CHAMAR A ATENÇÃO PARA VALORES QUE ULTRAPASSAM O TEMPO E QUE TRANSCENDEM O ESPAÇO.

PARA ALÉM DO TEMPO, PARA ALÉM DO ESPAÇO, HÁ RAZÕES PROFUNDAS PELAS QUAIS NOS SENTIMOS PORTUGUESES.

É EM TORNO DESSAS RAZÕES E COM O OBJECTIVO DE CONSEGUIR EM LIBERDADE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA QUE SE NOS IMPÕE A RECONCILIAÇÃO NACIONAL.

A INEXPERIÊNCIA RESULTANTE DE UM LONGO AFASTAMENTO DOS CIDADÃOS DA VIDA POLÍTICA CONDUZIRIA NATURALMENTE A EXCESSOS QUE SE TRADUZIRAM NUMA CERTA INTOLERÂNCIA NA CONVIVÊNCIA CÍVICA.

Presidência da República

MAS NÃO SERIA LEGÍTIMO QUE A QUERELA PARTIDÁRIA E IDEOLÓGICA, NATURAL NUM ESTADO DEMOCRÁTICO, PUDESSE AMEAÇAR A REALIZAÇÃO DE TAREFAS COLECTIVAS INDISPENSÁVEIS À CONCRETIZAÇÃO DO PROJECTO NACIONAL.

VIVEMOS A PROVA REAL DA NOSSA VOCAÇÃO HISTÓRICA. O NOSSO FUTURO NÃO DEPENDE AGORA DAS QUESTÕES MENORES DA CONJUNTURA E DÁ ESPECULAÇÃO POLÍTICAS, MAS SIM DO PODER DE REALIZAÇÃO DO PROJECTO UNIVERSALISTA QUE FOI O DOS NOSSOS ANTEPASSADOS E QUE HÁ-DE CONTINUAR A SER O NOSSO, NO QUADRO DE RELAÇÕES QUE EM QUINHENTOS SONHAMOS ESTABELECECER COM TODO O MUNDO.

A COESÃO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS À VOLTA DOS VALORES DA NOSSA CULTURA E DOS OBJECTIVOS QUE CONSTITUEM O NOSSO PROJECTO DE SOCIEDADE, HÁ-DE PERMITIR-NOS ENCONTRAR A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS QUE URGE RESOLVER.

NÃO NOS FALTAM RAZÕES PARA NOS SENTIRMOS SOLIDÁRIOS NA TAREFA DE RECONSTRUIR PORTUGAL.

PORQUE O FUTURO É DE TODOS, PORTUGAL PRECISA DO ESFORÇO DE TODOS OS PORTUGUESES.

Anexo 2

Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1986,
proferido pelo Presidente da República

Dr. Mário Soares

1 – CELEBRAR PORTUGAL NA EVOCAÇÃO DE CAMÕES *

Celebrar o Dia de Portugal não deve ser uma exibição retórica de glórias passadas, nem um acto repetitivo de rituais sem alma. Tem de constituir muito mais do que isso: a afirmação consciente do orgulho de ser português e da perenidade da Pátria — do seu passado e da sua história, do seu futuro e da sua esperança. Não perdendo de vista que nos cabe a todos nós, Portugueses desta hora, ser a memória desse passado e a vontade desse futuro.

Celebramos Portugal na evocação de Camões. Este singular destino que une uma pátria ao seu maior poeta faz-nos pensar na cultura que nos identifica e na língua que nos exprime. Nos nossos maiores e nos nossos valores.

Ao homenagearmos Luís de Camões, honramos todos aqueles que *por obras valorosas se foram da lei da morte libertando*, em qualquer tempo, e são os traços do rosto em que nos reconhecemos Portugueses universais.

Universais porque em todo o lado onde bate um coração português há o testemunho vivo do nosso modo de ser e de estar no Mundo. As comunidades portuguesas, que hoje solidariamente lembramos, longe da terra, estão irmanadas connosco no mesmo abraço que a todos une.

* Discurso proferido em Évora, em 10 de Junho de 1986, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Pátria pelo mundo repartida, neste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, como que nos detemos para melhor nos olharmos e redescobrirmos como País e como Povo.

Somos hoje uma Pátria livre, tolerante, pacífica, em busca do desenvolvimento e da modernidade. O 25 de Abril permitiu-nos o reencontro com o melhor da nossa tradição democrática, que tanto influenciou a nossa história desde os seus alvores, como ensinou Jaime Cortesão. Deu-nos ainda a possibilidade de retomarmos orgulhosamente a nossa dupla condição, portuguesa e europeia. Reconciliou-nos com a nossa própria história, com o que de melhor fomos e somos.

Está agora nas nossas mãos fazer de Portugal um país moderno e justo, onde dê gosto viver, trabalhar, criar, onde todos caibam sem discriminações e aceitando com naturalidade o que nos diferencia e singulariza, na unidade nacional. A responsabilidade pertence a todos, sem exceção.

Temos uma cultura multissecular que levou a Europa ao vasto Mundo e que, nos últimos anos, se vem afirmando, em todos os domínios, com uma pujança e uma vitalidade de que nem sempre nos damos conta, mas que responsáveis estrangeiros sublinham com interesse e admiração. Na literatura, nas artes plásticas, no cinema, nas ciências, nas modernas tecnologias, no desporto.

Somos hoje uma comunidade linguística que conta cerca de 150 milhões de seres humanos, prevendo-se, à entrada do ano 2000, que esse número se eleve acima dos 200 milhões, realidade que nos confere um peso no concerto das nações que nos trará decerto benefícios e também novas responsabilidades.

Nesta histórica cidade de Évora, património artístico incomparável, que não nos pertence só a nós, Portugueses, mas à Humanidade, no Dia de Portugal e nesta hora de esperança, é chegado o momento de sacudir o desânimo e a descrença, de afastar definitivamente o pessimismo nacional, que há tantas décadas nos acompanha. Portugueses de hoje, temos o dever de encarar o futuro com confiança e determinação, conscientes do que nos cumpre fazer, das imensas potencialidades de Portugal.

Dêmos a palavra às novas gerações e incitemo-las a entregar à Pátria, livremente, a criatividade da sua juventude. Saibamos estar à altura do melhor da nossa história e da nossa cultura. Em solidariedade, ergamos o nome de Portugal no Mundo, com feitos e obras valorosas, ao serviço do homem, da nossa terra e da paz.

Anexo 3

Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 1996,
proferido pelo Presidente da República

Dr. Jorge Sampaio

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA
DO DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES
E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
Lagos
10 de Junho de Lagos

Celebramos o 10 de Junho em Lagos, cidade de tão ilustres e antigas memórias ligadas à aventura dos descobrimentos portugueses, que estamos a comemorar até ao fim do século. Festejamos o Dia de Portugal sob a evocação de Camões e em comunhão com as comunidades portuguesas e de lusodescendentes dispersas pelos cinco continentes. Essas comunidades estão presentes no nosso afecto, quaisquer que sejam as terras, próximas ou longínquas, onde vivam e trabalhem, prestigiando o nome de Portugal.

Neste dia, saudamos também fraternalmente todos os povos que falam a língua que nos é comum e que a enriquecem com as suas experiências plurais e com as visões do mundo que lhes são próprias: Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e o povo de Timor-Leste, que tem resistido heroicamente à opressão e à violência. Temos a responsabilidade de defender em todas as circunstâncias, não abrandando a nossa voz, o seu direito inalienável à autodeterminação, à liberdade e à identidade cultural e religiosa.

Todos esses povos são nossos irmãos pela história, pelo convívio secular, pelo afecto e pelo entendimento, são nossos irmãos pela língua, vamos constituir agora a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que contará com **2 0 0** milhões de seres humanos, e que temos a obrigação de considerar como um desígnio estratégico fundamental, tornando-a realidade viva de coopera-

ção e força activa dos mais sérios desafios pois essa é uma exigência de afirmação. Esse será no futuro um dos mais sérios desafios que temos, o qual terá de ser ganho, pois essa é uma exigência fundamental dos nossos povos.

Portugal está sempre pronto a prestar a sua colaboração, quando desejada, em todos os actos e processos que visem a paz, a democracia e o desenvolvimento dos países irmãos. Pela nossa parte, entendemos ter o dever de fazê-lo com isenção e sem complexos, que já não têm razão de ser, na solidariedade e no respeito pela vontade soberana de cada povo. Torna-se imperioso valorizar o muito que temos em comum, independentemente das opções livres de cada Estado. Sabemos que a língua é o mais forte e perene traço de união, constituindo o fundamento da comunidade que vamos instituir e o grande instrumento da sua projecção no Mundo.

O prémio Camões que entregamos a Eduardo Lourenço é um símbolo dessa comunidade e da língua em que o grande ensaísta tem dado voz às mais fundas questões postas pelos homens neste século, procurando respostas, logo a seguir transformadas em novas perguntas. Também é nesta língua que Eduardo Lourenço vem sondando, sem descanso, a nossa história, a nossa cultura, a nossa mitologia, com uma inteligência criadora excepcional. Graças a ele conhecemos melhor o que somos como homens deste tempo e como portugueses herdeiros dos vários tempos da história.

Pátria que fez da viagem, da procura, da descoberta, do encontro de culturas e de civilizações a substância da sua identidade, Camões simboliza-a e simboliza-nos. O seu Poema constitui a referência maior da nossa biografia colectiva. Em cada época, tem sido possível lê-lo com actualidade renovada. No nosso tempo, essa leitura surpreende-nos, mais do que nunca, pela força intacta e pela validade da sua mensagem.

Talvez isso aconteça porque Camões viveu num tempo de crise que, como o nosso, estava submetido às pressões contraditórias de uma era que findava e de outra que nascia. Como hoje, tinha sido abalada a imagem que os homens possuíam da sua condição e do seu destino. O nascimento da ciência experimental moderna e a descoberta de «novas ilhas, novas terras, novos mares, novos povos; e o que mais é, novo céu e novas estrelas», como disse de forma tão bela Pedro Nunes, teve fundas repercussões no pensamento e na vida.

Portugal esteve na origem do movimento de consciência e da atitude de progresso que é o melhor da cultura europeia.

Camões, com o seu génio, experimentou e captou esse clima de mudança, hesitação, dúvida, conflito interior. Nele, como em poucos, cruzam-se a herança recebida do passado e o apelo visionário do futuro. Compreendeu que «todo o mundo é composto de mudança» e que «continuamente vemos novidades». N' *Os Lusíadas* está o mundo e está Portugal que deu a conhecer o mundo a esse mundo. Mas *Os Lusíadas* não são apenas uma epopeia glorificadora, são também um manual de sinais e de advertências para os perigos e as consequências dos erros humanos. A memória das glórias do passado nunca pode ser refúgio para as desilusões ou a insatisfação do presente. Os povos que assim procedem perdem energia e alma, ficam prisioneiros de si mesmo. Nós queremos, justamente, lembrar os grandes exemplos do passado, de modo a neles colher ânimo para olharmos o futuro. No caso de Camões, retemos a lúcida coragem de pensar o novo e o diferente. É dela que precisamos para enfrentarmos as novas faces de um tempo, cujas características maiores são a complexidade e a imprevisibilidade

A nossa época — que é a época da globalização, do espaço, da comunicação, da Internet — exige uma atitude que os Portu-

gueses estão em boas condições de compreender. Exige sentido do universal, consciência da unidade do Mundo e de que tudo está ligado a tudo, capacidade de pressentir o que vai aparecer, coragem de correr riscos.

Os Portugueses deram historicamente provas desses atributos, com desassombro e perspicácia para vencer dificuldades, curiosidade pelo novo e adaptabilidade ao diferente e ao mutável. A afectividade da nossa maneira de ser é também um valor muito importante num mundo que precisa ser re-humanizado.

A democracia procura, hoje, novas formas de participação nas decisões e novos meios de aproximação entre os eleitores e os seus representantes, estes objectivos passam pela maior abertura das instituições e por uma mais autêntica e conseqüente ligação às pessoas, à vida quotidiana e aos problemas concretos. As qualidades humanistas que sempre evidenciámos de proximidade afectiva e abertura cultural podem, nesse sentido, ter um carácter vivificador exemplar. Devemos fazer delas a marca criadora da nossa intervenção cívica e política.

Porque sabemos que esses são poderosos trunfos que possuímos e que temos de saber valorizar, devemos também evitar, combatendo-os, aqueles motivos que nos provocaram, no passado, períodos de decadência. Temos de ser sempre mais exigentes na prática quotidiana da democracia, aperfeiçoando as instituições e as relações de tolerância entre os cidadãos que devem participar e fazer ouvir a sua voz. Devemos ser mais exigentes connosco próprios, com o que somos e o que fazemos, com o contributo que damos à comunidade. A nossa história ensina-nos que, nos períodos de progresso, fomos sempre capazes de integrar, sem conflitos, o trabalho e o valor individuais no esforço e na acção colectiva, valorizando-os mutuamente.

Temos de ser mais perseverantes no alcançar dos objectivos, mais combativos nos desafios a vencer, mais organizados e firmes na execução dos projectos, mais ambiciosos nos desejos e aspirações. Devemos cultivar o que sabemos ter de bom e corrigir o que não nos satisfaz, devemos afirmar os valores da nossa identidade secular e não ter medo de assumir um novo patriotismo, atento à lição da história, dinâmico e mobilizador, com raízes no passado e voltado para o futuro.

Orgulhamo-nos legitimamente de pertencer a uma nação secular, com uma cultura riquíssima, uma grande história e que é hoje uma terra livre de mulheres e homens livres.

A nossa relação com Portugal não é apenas consubstanciada numa ideia. É também um instinto e um sentimento forte, vivo e mobilizador. Afirmarmos esse sentimento não é uma proclamação retórica, é um compromisso reafirmado que significa assumirmos um sentido de responsabilidade activa e de partilha solidária. Esse compromisso traduz-se em não aceitarmos nem a discriminação nem a exclusão de ninguém, em prestarmos apoio e atenção aos que mais precisam. Significa que cada um sente como seu o destino de todos, lutando contra o egoísmo que alheia, contra a passividade que desresponsabiliza, contra o fatalismo que faz desistir. É combater pela liberdade, pela justiça, pela solidariedade. É defender a nossa identidade, a coesão nacional, a língua, a cultura, bens preciosos que temos de enriquecer, acrescentar e afirmar no mundo.

O novo patriotismo de que vos falo assenta na força da coesão nacional e no dinamismo social com consciência de que a acção individual se continua e enriquece na relação com os outros, visando o bem do País. Este patriotismo não é fechado nem incompatível com a nossa participação activa nos projectos e organizações internacionais a que pertencemos e às quais queremos dar o nosso contributo original.

Gostaria que os Portugueses não encarassem a celebração deste dia como um ritual vazio que se repete ou uma formalidade oficial que se cumpre. Gostaria que todos e cada um de nós fizéssemos uma pausa para pensar nos deveres que temos para com Portugal, qualquer que seja o nosso lugar na sociedade, pois somos todos portugueses. Gostaria que este dia de Portugal fosse sentido pelos Portugueses como o seu dia e o dia de todos. Desejo que estas celebrações contribuam para estreitar os laços que nos unem e nos tornam uma comunidade em movimento, coesa e forte.

Nós não fomos e não somos uma nação porque estamos juntos ou porque o destino nos juntou. Somos uma nação porque nos quisemos e nos queremos juntos, coesos e solidários, para construir alguma coisa que valha a pena e que, por ela, as gerações futuras guardem memórias de nós, como nós conservamos memória dos que nos antecederam e fizeram Portugal.

Somos uma nação, porque temos uma vontade colectiva, confiança em nós próprios, nas nossas capacidades e na nossa ambição de fazer mais e melhor.

Sabemos que há dificuldades, atrasos, injustiças e problemas graves. Conhecemos a situação de alguns dos nossos concidadãos. Eu não os esqueço. Sabemos que a Europa atravessa um período de definição. Temos consciência de que se exige de nós um grande esforço, que é fundamental para o futuro. Por tudo isso, precisamos de afirmar o que nos une, reforçar o que somos, fazer ouvir a nossa voz, valorizar as pessoas e, em especial, os jovens, não desperdiçar energias e recursos, defender os nossos interesses, assegurar a estabilidade e a paz cívica. Não queremos ficar na defensiva, à espera, queremos participar, ajudar a construir o Portugal, a Europa e o mundo do próximo milénio.

Neste tempo, uma das responsabilidades dos que recebem dos seus concidadãos o mandato e o encargo de os representar é a

procura de consensos amplos e dinâmicos, em torno de princípios e objectivos essenciais. Só deste modo se evita a tentação de tudo voltar sempre a pôr em causa, recomeçando de trás. É através dos consensos responsáveis e sólidos que é possível a definição de acordos e formas estáveis de entendimento e concertação, a partir das quais se pode progredir com segurança. A experiência dos vinte e dois anos vividos em democracia dá-nos esta lição: quando alcançámos consensos, duradouros, que não foram postos em causa, conseguimos reforçar as instituições, aprofundar as reformas, prestigiar a política e consolidar o próprio regime democrático. Importa ter presente essa lição. Como Presidente da República, eleito pelos Portugueses com o compromisso de deles estar próximo e de em seu nome falar, tudo farei para mobilizar o País em defesa dos grandes princípios e em torno dos objectivos que nos unem e fazem avançar. Neste dia de tão grande significado, aqui, em Lagos, junto ao mar que nos fez grandes, reafirmemos, com confiança no futuro, a nossa vontade de engrandecermos Portugal e de servirmos o povo português.

Anexo 4

Discurso da Sessão Solene do dia 10 de Junho de 2006,
proferido pelo Presidente da República
Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva

Sessão Solene das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Porto, 10 de Junho de 2006

Neste Dia de Portugal saúdo todos os Portugueses.

Esta é uma data festiva, em que Portugal se reencontra consigo mesmo para celebrar a memória do seu Poeta maior e para saudar as comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Não é preciso explicar o motivo pelo qual foi escolhido o Porto como cidade anfitriã das primeiras comemorações do 10 de Junho do meu mandato presidencial.

Daqui houve nome Portugal. E daqui sempre houve o que de melhor existe na portugalidade: uma vontade granítica de triunfar, uma frontalidade orgulhosa e leal, a indomável ambição de ser maior. Aqui, nesta cidade do Porto, na alma livre das suas gentes de trabalho e de palavra, residem os valores mais perenes do País que hoje celebramos.

O 10 de Junho é a ocasião mais propícia para Portugal se pensar como futuro. Não comemoemos esta efeméride como um ritual passadista em que se exaltam nacionalismos que perderam sentido no nosso tempo. E também não vejamos no 10 de Junho o mero pretexto para uma comemoração que, de tão repetida, corre o risco de se esvaziar de sentido.

Temos de assinalar o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas com uma perspectiva do passado e uma visão para o futuro.

Recebemos a herança de um passado ilustre. Mas temos de estar conscientes de que a melhor forma de evocar a História é enfrentando os desafios que o País tem hoje pela frente.

A obra de Camões traduz esse misto de orgulho pelo passado e de preocupação pelo amanhã que deve presidir às opções que temos continuamente de fazer.

No Dia de Portugal e de Camões celebramos o Portugal que não se conforma com a falta de ambição e que conhece o êxito em muitos sectores onde quis e soube afirmar-se. O Portugal que quer olhar o futuro com determinação, coragem e vontade de vencer.

Celebramos, também, o inestimável património que é a língua portuguesa, partilhada por outros sete Estados que a têm por língua oficial e que a utilizam na sua prática política, jurídica e administrativa, na comunicação técnica e científica, na criação literária e artística.

Neste dia 10 de Junho, quero interpelar directamente os Portugueses, todos e cada um, exortando-os a reflectir sobre o que desejam e o que se dispõem a fazer pelo seu País.

Entre os Portugueses de ontem e os Portugueses de amanhã, que papel está reservado aos Portugueses de hoje?

Na vida pessoal, na família, no trabalho, no comportamento cívico, na atitude para com os outros, no pleno aproveitamento dos recursos de que dispomos, temos estado à altura das nossas responsabilidades e das gerações que nos precederam?

Ambicionamos um País mais rico e mais justo, uma sociedade que não seja atravessada por tantas assimetrias e desigualdades, um território mais equilibrado no desenvolvimento de todas as suas parcelas.

Desejamos um Portugal com recursos humanos mais qualificados, com empresas mais competitivas, com serviços públicos de qualidade.

Precisamos de um sistema de justiça eficiente e acessível, a que os cidadãos possam recorrer com confiança na celeridade e eficácia das decisões.

Desejamos, enfim, um Portugal que se reveja no melhor do seu património histórico e cultural e que saiba não só preservá-lo, mas também promovê-lo e torná-lo maior, na riqueza e criatividade das suas manifestações.

A insatisfação colectiva, que nos levou por mares tão longínquos, é um dos traços mais salientes do nosso destino comum. Mas também o é a coragem para enfrentar dificuldades. Sem ela, teríamos ficado reféns da resignação.

Sabemos bem, e a história demonstra-o: Portugal será essencialmente o que dele fizermos. Ninguém o fará por nós.

Quero, pois, neste 10 de Junho, fazer um apelo aos Portugueses a que não se resignem e a que não se deixem vencer pelo desânimo ou pelo cepticismo.

Isso seria indigno do nosso passado, um desperdício do nosso presente e o adiar do nosso futuro.

Devemos comemorar o dia 10 de Junho com confiança nas nossas capacidades

como pessoas e como Povo, na certeza de um futuro com mais progresso e bem-estar social.

Portugueses

Há uma certa tendência para atribuir aos outros muito daquilo que nos acontece.

Damos a impressão de que não nos conformamos com as coisas e, no entanto, esmorecemos na vontade de as mudar.

Acreditámos que as riquezas da Índia, do Brasil ou da África ou que os fundos da União Europeia seriam suficientes para trazer o progresso por que ansiávamos.

Não nos iludamos. No mundo cada vez mais interdependente, globalizado e competitivo, vivemos cada vez mais dependentes de nós próprios, do nosso trabalho, da capacidade para defendermos os nossos interesses no plano externo. As condicionantes que enfrentamos colocam-nos novas exigências, mas não nos impedem de realizar as nossas justas ambições.

Portugal será, essencialmente, o que quisermos que ele seja. Nem mais, nem menos; nem melhor, nem pior. É por isso que somos uma nação livre, soberana e independente.

Ser independente é ser responsável.

E a responsabilidade implica ter uma noção clara e exigente dos direitos, mas também dos deveres, colectivos e individuais, sem o que a exigência e as críticas não serão respeitadas como devem ser.

É, por isso, necessário fazer o balanço não só do que gostaríamos de ver feito mas também do modo como a acção de cada um pode contribuir para que o resultado colectivo nos contente.

Foi-se instalando na mentalidade colectiva a ideia de que o Estado é, para o bem e para o mal, a raiz e a solução de todos os nossos problemas. Daí nasce a relação nem sempre amadurecida e responsável que os Portugueses têm com o Estado.

Quando, por exemplo, nos alarmamos com o insucesso escolar dos nossos filhos, o impulso é atribuir todas as culpas ao sistema de ensino, aos responsáveis políticos, aos professores... Só raramente nos lembramos de que a educação é uma

tarefa da escola mas é também um dever da família, que não pode demitir-se do seu papel essencial na educação dos filhos e na transmissão dos valores que os devem guiar pela vida fora, como cidadãos e como pessoas completas e íntegras.

Queixamo-nos muitas vezes de que os serviços de saúde são insuficientes para dar resposta às necessidades da população com os padrões de qualidade que outros países já alcançaram.

Mas ainda não se valoriza suficientemente o forte contributo que podemos dar se os hábitos de consumo forem mais moderados e se reduzirmos os níveis preocupantes de alcoolismo, de tabagismo ou de obesidade, que persistem mesmo entre as camadas mais jovens da população.

O acesso a mais bens materiais não significa mais qualidade de vida se não for acompanhado da adopção de hábitos saudáveis e de estilos de vida que previnam os efeitos nocivos que nenhum sistema de saúde pode resolver.

Temos que cuidar melhor da nossa saúde para que o sistema de saúde possa cuidar melhor de nós.

Quando olhamos indignados para as estatísticas da sinistralidade rodoviária, que nos envergonham se comparadas às dos restantes membros da União Europeia, exigimos do Estado estradas seguras, forças policiais bem equipadas e campanhas de prevenção.

Esquecemos que tudo isso jamais será suficiente se o comportamento dos condutores não for prudente e não tiver respeito pelas regras estabelecidas e pelos outros. Não tenho receio de o afirmar: a atitude dos Portugueses nas estradas é um exemplo do País que não devemos ser.

Envergonhamo-nos por persistirem, no Portugal do século XXI, situações gritantes de injustiça e pelo facto de a desigualdade na distribuição de rendimento ser a maior entre os países da União Europeia. Mas a indignação contra tal situação devia ser acompanhada pelo rigoroso cumprimento das obrigações fiscais e de responsabilidade solidária que cabem a cada um de nós.

Lamentamos ainda situações de degradação ambiental visíveis em muitas zonas do nosso País. Mas não seremos todos também responsáveis, por acção ou omissão, pela poluição que invade os rios, pelo lixo que suja as praias, pela destruição do nosso património histórico e paisagístico?

Nestes, como noutros exemplos, esquece-se a capacidade de acção individual e alguns dos mais importantes deveres de cidadania.

São gestos simples, que estão ao alcance de todos, e que podem melhorar muito aquilo de que hoje nos queixamos.

Como afirmei no meu discurso de tomada de posse, "todos somos responsáveis pelo nosso futuro colectivo".

Portugueses

Acabámos de assinalar os trinta anos da Constituição da República. A nossa Lei Fundamental contempla um conjunto muito vasto e diversificado de direitos, seja no plano das liberdades e garantias seja no plano dos direitos económicos, sociais e culturais.

Temos que assumir que a concretização desses direitos e liberdades, nomeadamente dos direitos sociais, tem um custo.

E que o Estado só pode suportar esse custo se contar com o contributo e a iniciativa de todos e de cada um dos cidadãos.

O Estado somos nós.

É urgente interiorizar esta pedagogia republicana dos deveres cívicos. Se olharmos à nossa volta, encontraremos bons exemplos de como uma forte cultura cívica é um recurso insubstituível que, só por si, pode determinar a diferença no sucesso e no desenvolvimento dos países.

Olhemos, a este propósito, a Diáspora portuguesa.

As comunidades da Diáspora construíram no estrangeiro o Portugal que aqui não encontraram.

Os emigrantes portugueses são o exemplo vivo do inconformismo e da necessidade de adaptação que nos deve estimular em tempo de incertezas e encruzilhadas.

Temos, além disso, o dever de acolher e integrar os que, no respeito das leis do País, nos procuram como nova fonte de esperança e oportunidade, os imigrantes que chegam de outros países dispostos a lutar por uma vida melhor.

Temos de pensar a República como uma comunidade de destino e de futuro, feita de cidadãos livres e responsáveis.

Temos de fazer da ética da responsabilidade uma marca integrante do espírito

de todos os Portugueses, sem a qual esforço, trabalho e riqueza serão desperdiçados.

Dirijo-me especialmente aos jovens, que já vivem com a noção do mundo global, que convivem e comunicam sem fronteiras, e que por isso têm conhecimento pleno de como é importante assumir e esperar dos outros uma cultura de direitos e deveres.

Nos jovens, há um capital de esperança e um ímpeto generoso e exigente que não deve ser frustrado, antes estimulado e enaltecido, com bons exemplos em todos os sectores da vida nacional.

Neste Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, desafio os Portugueses a pensar no País que queremos e na responsabilidade de cada um. Todos queremos deixar às gerações futuras a herança de um país social, cultural e economicamente mais rico, um Portugal melhor.

A comemoração do passado, num dia como o 10 de Junho, só tem um sentido pleno se trazer consigo a promessa de um futuro diferente.

Neste dia de Camões, desafio os Portugueses a responder com ambição às perguntas com que um outro poeta, Jorge de Sena, nos inquietou:

"Que Portugal se espera em Portugal?
Que gente há-de ainda erguer-se desta gente?"

Sei que podemos responder. Portugal será o que fizermos dele.

Disse.